



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

MANUEL ALBERTO DOMINGUES LOURENÇO

AGENTES EDUCACIONAIS: FAMÍLIA E ESCOLA

“A família, comunidade de amor” e primeira responsável pela educação

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2011 - 2012

Agradeço a todos aqueles que sempre me incentivaram, acompanharam e compreenderam ao longo deste trabalho: Doutora Isabel Varanda (Orientadora da PES), Dra. Maria José Dias (professora cooperante da PES), aos colegas estagiários e aos alunos da turma do sexto 3 da Escola Doutor Francisco Sanches – Braga.

Dedico-o:

*Aos meus pais, irmão, sobrinhos, cunhada e demais familiares; aos meus paroquianos de Ferreira, Formariz e Cossourado – Paredes de Coura; aos idosos e funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura; aos meus alunos de EMRC da Escola E.B.2,3/Secundária de Paredes de Coura.
A todos deixo também a minha gratidão.*

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| PRIMEIRA PARTE | 9 |
| CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO E AUTONOMIA | 9 |
| 1. A autonomia da escola | 10 |
| <i>1.1. O conceito de autonomia</i> | 11 |
| <i>1.2. Concretização da autonomia</i> | 13 |
| <i>1.3. Instrumentos de autonomia</i> | 15 |
| 2. Autonomia curricular | 19 |
| 3. Projeto educativo e autonomia | 20 |
| 4. Professores e mudanças educacionais | 22 |
| <i>4.1. Satisfação e insatisfação profissional</i> | 24 |
| <i>4.2. O professor como “modelo vivo” na escola</i> | 25 |
| CAPÍTULO II: A ESCOLA E OS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO | 27 |
| 1. O papel da escola | 27 |
| 2. A missão dos pais/encarregados de educação | 29 |
| SEGUNDA PARTE | 33 |
| CAPÍTULO I: A FAMÍLIA COMUNIDADE DE AMOR | 33 |
| 1. Significado e importância da família | 34 |
| 2. Transformações sociais e tipologias familiares | 37 |
| 3. O amor: fundamento da vida familiar | 44 |
| 4. Funções da família | 46 |
| <i>4.1. Função humanizadora</i> | 47 |
| <i>4.2. Função socializadora</i> | 48 |
| <i>4.3. Educar nos valores – função urgente</i> | 50 |
| 5. Família de Nazaré: uma comunidade de amor | 53 |
| 6. Relações familiares entre gerações | 57 |
| <i>6.1. Os mais novos</i> | 57 |
| <i>6.2. Os mais idosos</i> | 58 |
| CAPÍTULO II: PROMOVER E PROTEGER A INSTITUIÇÃO FAMILIAR | 61 |
| 1. Importância e perigos dos meios de comunicação social | 61 |
| 2. Defender e promover os direitos das famílias | 64 |
| 3. Os obrigações do Estado | 65 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO III: A ABORDAGEM DA FAMÍLIA NA UNIDADE LETIVA TRÊS DO SEXTO ANO DE ESCOLARIDADE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA. PROPOSTAS PARA A SUA LECIONAÇÃO..... | 67 |
| 1. Descrição da unidade letiva | 67 |
| 2. Competências específicas e conteúdos da unidade letiva | 69 |
| 3. Planificações e descrição de cinco aulas para a leção da unidade letiva | 73 |
| <i>3.1. Apresentação sumária das temáticas da unidade letiva. Definição e importância da família</i> | 73 |
| <i>3.2. Evolução do conceito de família e tipologias familiares</i> | 77 |
| <i>3.3. A família de Nazaré como modelo de todas as famílias</i> | 81 |
| <i>3.4 Funções e valores familiares</i> | 86 |
| <i>3.5. O lugar dos mais velhos e o respeito pelos direitos da família</i> | 90 |
| <i>3.6. Avaliação da unidade letiva: “a família, comunidade de amor”</i> | 94 |
| CAPÍTULO IV: DIMENSÃO CULTURAL, HUMANA E CRISTÃ DA FAMÍLIA: CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA..... | 96 |
| 1. Especificidade da educação moral religiosa católica | 96 |
| 2. O novo programa de educação moral religiosa católica e os valores humanos e cristãos | 98 |
| <i>2.1. Programa do 2º e 3º ciclo do ensino básico</i> | 100 |
| <i>2.2. Programa do ensino secundário</i> | 102 |
| 3. Identidade e missão do professor de educação moral religiosa católica | 104 |
| CONCLUSÃO..... | 107 |
| LEGISLAÇÃO CONSULTADA..... | 112 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 113 |
| ANEXOS..... | 117 |

INTRODUÇÃO

Educar é formar pessoas ajudando-as a desenvolver as suas capacidades físicas, morais e intelectuais. Isto implica, da parte do educador, estímulo, orientação e auxílio, para que se cresça em maturidade pessoal, preparando-se assim para a vida em sociedade.

O presente relatório da prática do ensino supervisionada na área da educação moral religiosa católica visa dar conta do trabalho sobre a escola e tudo aquilo que esta envolve no sentido de colaboradora da família, na complexa missão de educar. Assim, vamos dividir o nosso trabalho em duas partes: a primeira é dedicada à educação e à autonomia nas escolas públicas e a segunda à fundamentação científica da unidade letiva três do sexto ano de escolaridade que tem como título “a família, comunidade de amor”. Apresentaremos também uma proposta para a lecionação da referida unidade letiva. Terminaremos o nosso relatório sobre a prática do ensino supervisionada com os contributos que a disciplina de educação moral religiosa católica pode e deve dar à dimensão cultural, humana e cristã da família.

Na primeira parte faremos uma reflexão sobre a questão da autonomia nas escolas e as relações entre a escola e os pais/encarregados de educação e a família. As inúmeras mudanças através de decretos, normas e/ou leis fazem com que se escreva e fale muito sobre educação e, conseqüentemente, sobre o sistema educativo. Interessa-nos falar sobre dois ambientes educacionais: a escola e a família.

No primeiro capítulo deste relatório e, após uma definição de autonomia procuraremos, através dos instrumentos que a tornam possível (regulamento interno e projeto educativo), compreender a sua concretização. Haverá projetos educativos verdadeiramente autónomos na escola pública? Apesar das todas as inovações educacionais, ainda há muito caminho a percorrer para podermos responder afirmativamente a esta questão. Face à problemática da autonomia das escolas, há professores que reagem de formas diferentes: uns com satisfação e outros com insatisfação. Tal como trataremos mais à frente, consideramos que o professor deve ser um “modelo vivo” no seu local de trabalho, independentemente do sistema educativo que esteja implementado.

A autonomia tornar-se-á realidade quando se aceitarem as diferenças e formos capazes de estabelecer parcerias, trabalhando em conjunto para um bem comum, no âmbito da educação. Os parceiros mais próximos da educação são os professores e a família. É a estes que são colocados os grandes desafios da educação. O sucesso escolar dos alunos depende da escola, mas depende

também da família. Por isso, é necessário cada vez mais, um diálogo aberto e construtivo entre as duas partes. É uma tarefa difícil e nem sempre se concretiza, apesar de constar nos regulamentos internos, projeto educativo, bem como no projeto curricular de turma. Qual o papel da escola e qual a missão da família? Duas questões às quais procuraremos dar resposta no segundo capítulo desta primeira parte.

Na segunda parte deste relatório procuraremos fundamentar que a ação educativa acontece, em primeiro lugar na família. A família é a natural e primeira comunidade educativa. É na família que a criança se encontra e é educada e, portanto, à família compete o direito e o dever de educar. Ela é a primeira responsável por transmitir e educar para os valores, fomentando assim o desenvolvimento pessoal, social, económico e religioso.

Tempos houve em que a família com a cultura de então, orientada pelo exemplo sempre atual de vivência da Sagrada Família de Nazaré, foi capaz de desempenhar as suas funções de humanização, socialização e educação religiosa. Hoje é diferente. Na sociedade de hoje deparamos com várias tipologias de famílias. As relações familiares entre gerações alteraram-se de tal modo que se foram perdendo aquelas ligações dos mais novos com os mais idosos, inclusive dentro da própria família. Não se perderam só as ligações entre gerações, como se perderam também os valores. É neste panorama familiar que é preciso recuperar a educação para os valores.

As transformações sociais e, conseqüentemente, familiares arrastaram consigo muitas alterações à vida familiar. As famílias, por exemplo, delegam na escola as suas funções de educar. Isto prende-se com a instabilidade familiar a difundir-se cada vez mais e a passos acelerados. O excessivo e, muitas vezes indevido, uso dos meios de comunicação social com publicidades enganosas e a “venda” de contra valores, ajudados pelas novas tecnologias, foram colocando em perigo a instituição familiar.

Surge assim a necessidade de a família ser ajudada dado que ela, por si só, já não é capaz de resolver os seus problemas. Deve ser apoiada pela escola e pelos organismos que têm o dever de proteger e promover o bem estar das famílias, começando por aquelas mais vulneráveis.

Depois da fundamentação da unidade letiva três “a família comunidade de amor” do programa de educação moral religiosa católica do sexto ano de escolaridade, dividida em dois capítulos, passaremos a apresentar, através de competências devidamente escolhidas e da planificação e descrição de cinco aulas, uma proposta para a abordagem da família na unidade letiva três do sexto ano de escolaridade do programa de educação moral religiosa católica. Assim,

no terceiro capítulo do relatório faremos, em primeiro lugar, uma descrição da referida unidade letiva. Seguem-se as competências específicas e os conteúdos da unidade letiva, bem como a planificação e descrição das cinco aulas que preparamos para a leção da unidade letiva. Finalmente, na escola, para além das outras disciplinas, que constituem a estrutura curricular oficial, iremos refletir sobre a importância da educação moral religiosa católica no sistema educativo e na formação pessoal. Assim, no quarto e último capítulo, faremos um levantamento dos contributos da educação moral religiosa católica no âmbito da dimensão cultural, humana e cristã da família.

Esta disciplina, que no currículo escolar é facultativa, com a sua especificidade e com o seu programa centrado nos valores humanos e cristãos, contribui em boa medida para a desejada e necessária colaboração entre a escola e a família. No ambiente sócio cultural das escolas de hoje verifica-se a falta de valores que ajudem os alunos e as suas famílias a encontrarem horizontes de uma vida que se torne mais humana e com mais sentido. Esta disciplina, de oferta obrigatória por parte da escola, e de frequência facultativa por parte dos alunos, contribui para educar e formar para a responsabilidade, a liberdade e identidade do ser humano enquanto cidadão, religioso e, sobretudo, enquanto cristão. Neste sentido é importante a formação académica, ética e religiosa do professor que a leciona uma vez que, consciente da sua missão, deve estar presente na comunidade escolar, interagir, dialogar e colaborar com a família.

PRIMEIRA PARTE

Nesta primeira parte do nosso relatório vamos fazer uma reflexão sobre um aspeto particular da educação em Portugal, a autonomia das escolas. Vamos compreender e entender a autonomia nas escolas públicas. Iremos ao encontro da definição do conceito de autonomia em educação e da concretização da mesma, através dos meios ou instrumentos que tornam uma escola mais autónoma: projeto educativo, regulamento interno, plano anual de atividades e projeto curricular. Interessa-nos saber também como é que os professores, a própria escola enquanto instituição e os pais/encarregados de educação reagem a todo o processo de direitos e obrigações consignados nas normas e leis pelas quais se regula a autonomia das escolas.

CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO E AUTONOMIA

“Estou proibida de falar pela responsável da equipa de apoio às escolas de Viana do Castelo”.

Estas palavras foram proferidas pela então presidente e hoje diretora de um agrupamento de escolas. Foram ditas em fevereiro de dois mil e nove devido ao cancelamento do desfile de Carnaval, que fazia parte do plano anual de atividades.

O desfile dos alunos da escola estava previsto, mas os professores, em reunião de conselho pedagógico, decidiram cancelá-lo. As razões para tal decisão prendiam-se, segundo os mesmos, com a falta de tempo para preparar a atividade, o acompanhamento do trabalho à volta dos processos de eleição do conselho geral e do diretor do agrupamento, as aulas assistidas, a avaliação do desempenho, as provas de aferição e os exames nacionais. Quando se tornou pública tal decisão, a associação de pais, apoiada por algumas entidades locais, ativou os meios ao seu alcance para que o desfile se realizasse. A comunicação social, como sempre nestas e outras circunstâncias, deu total cobertura ao acontecimento, ao ponto de entrevistar um membro da autarquia local que disse: *“Perante a recusa dos professores, a direção regional de educação do norte (DREN) estaria a equacionar a hipótese de enviar uma ou duas equipas que se encarregaria de levar os alunos para o desfile”*. Por outro lado, o porta-voz dos pais anunciava também que já tinha a confirmação de que iria mesmo haver desfile.

No meio destes e muitos outros dizeres, a direção regional de educação do norte enviou um e-mail para o agrupamento. Citamos uma frase do texto: *“Determino o cumprimento das*

atividades com os alunos previstas para esta época”. Tal determinação, no dizer da diretora, é justificada pelo facto de o desfile fazer parte do plano de atividades do agrupamento.

Foi enviada à escola uma equipa da DREN para negociar com o conselho executivo e os professores que foram chamados para a negociação. O mau ambiente instalado gerou comentários na comunidade intra e extra-escolar. Comentando o texto da diretora regional, um professor escreveu: *“A decisão da direção regional de educação do norte é ilegal, pois contraria uma decisão tomada pelo conselho pedagógico da escola, que é um órgão autónomo”*.

Este conflito entre a administração central e o agrupamento de escolas passou-se na escola onde leciono. Como é óbvio também senti e vivi a confusão e o mau estar que se gerou.

Foi recordando tal situação que, em vez de dedicarmos uma análise à educação no geral, resolvemos, neste primeiro capítulo da primeira parte do relatório da prática do ensino supervisionada, debruçar-nos sobre a tão propalada autonomia nas escolas. Há ou não autonomia nas escolas públicas? Iremos percorrer um caminho desde a legislação em vigor até ao que na realidade acontece nos estabelecimentos de ensino.

1. A autonomia da escola

A Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada em 1986 consagra no texto a democratização, desconcentração e descentralização do sistema educativo. O artigo 2º apresenta como princípio do estado “promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares”, concretizando os princípios constitucionais.

A problemática da autonomia aparece inicialmente consignada no decreto – lei 43/89, de 3 de fevereiro que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, no decreto – lei 115 – A/98, de 4 de maio e dez anos depois revogado pelo decreto-lei nº 75/2008, que está ainda hoje em vigor. Estes decretos refletem as orientações da política educativa em Portugal, no sentido de atribuir à escola um certo grau de autonomia, a abertura das escolas às comunidades e famílias e ainda a possibilidade de estabelecer contratos de autonomia. Esta alteração legislativa acerca da gestão e administração das escolas implicou mudanças na estrutura das escolas do ensino básico e secundário.

Segundo o decreto – lei 115-A/98, “a autonomia da escola desenvolve-se e aprofunda-se com base na iniciativa desta e segundo um processo faseado em que lhe serão conferidos níveis

de competência e de responsabilidades acrescidas, de acordo com a capacidade demonstrada para assegurar o respectivo exercício”¹. Por conseguinte, a autonomia é uma problemática que trata da transferência de competências entre vários centros de decisão e níveis de administração escolar, nomeadamente, da administração educativa central e regional, para a escola enquanto comunidade educativa. Tais competências vão alargar a capacidade de decisão da escola – autonomia – cabendo à administração educativa apoiar e regular o processo de transferência, desenvolvendo e promovendo ações que permitam às escolas assumir novos poderes.

A publicação do decreto-lei 115-A/98 introduz uma nova legislação da gestão e administração das escolas e impõe diversas alterações com implicações na estrutura das escolas públicas portuguesas do ensino básico e secundário. Este novo ordenamento jurídico refere-se diretamente ao processo faseado de desenvolvimento da autonomia das escolas através dos contratos de autonomia.

O regime de autonomia contido no Decreto – Lei 75/2008 aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e estabelece como princípios gerais da autonomia (artigo 3º), um sistema educativo orientado pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência.

Ao longo deste primeiro capítulo vamos procurar descortinar o processo e as condições necessárias para a autonomia e, veremos também, os efeitos produzidos da legislação entre a administração central, as escolas e os seus órgãos de gestão e, ainda os atores locais, famílias e autarquias.

1.1.O conceito de autonomia

Autonomia significa autodeterminação, regulamentação dos próprios interesses, possibilidade que uma entidade tem de estabelecer as suas próprias normas, poder que os particulares têm de fixar por si próprios a disciplina jurídica dos seus interesses. Será que estes significados nos permitem descrever adequadamente a autonomia em contexto escolar? Veremos que não. Esta perceção corresponde muito pouco ao verdadeiro significado de autonomia nas escolas. A autonomia é “o poder reconhecido à escola ou ao agrupamento de escolas pela administração educativa de tomar decisões no domínio estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função das competências e

¹ DECRETO-LEI 115/98, art.47º, nº1.

dos meios que lhe estão consignados”². Trata-se, portanto, de uma autonomia decretada e entregue aos órgãos de gestão da escola, uma autonomia por consignação.

João Barroso lembra que o conceito de autonomia está ligado à ideia de autogoverno, onde os sujeitos se regulam por regras próprias. Contudo, isto não é sinónimo de indivíduos independentes: “A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autónomos de alguém ou de alguma coisa), pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autónomos; podemos ser autónomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar as diversas dependências, em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis”³.

Por conseguinte, a autonomia não é o livre agir, mas a mútua cooperação que se constrói diariamente no diálogo intersubjetivo e na negociação de ideias. Ora isto pressupõe inter relação e diálogo com os outros. Assim sendo, a essência da autonomia das escolas passa pela capacidade de efetuar trocas com os outros atores representados nos seus órgãos, nomeadamente, conselho pedagógico e conselho geral com o objetivo de abrir as escolas às comunidades e partilhar princípios e vontades em direção à participação, conceito indispensável nas sociedades verdadeiramente democráticas. A autonomia da escola não é algo que é adquirido, mas sim algo que se vai construindo. Só assim a escola vai criando a sua própria identidade, onde os diversos “atores” interagem entre si e a escola vai criando a sua *auto – regulação* e tomada de decisões.

Neste sentido, Licínio Lima, investigador da universidade do Minho na área da educação, afirma que mesmo num sistema educativo centralizado, que impõe as suas regras através da produção legislativa aos estabelecimentos de ensino, tal não significa que esses mesmos estabelecimentos de ensino cumpram uniformemente essas regras. “O ator é o elemento central – aquele que, mesmo nas situações mais extremas, conserva sempre um mínimo de liberdade que utilizará para *bater o sistema*”⁴. Por isso, este autor fala de infidelidade normativa por parte das escolas às regras impostas que pode passar pela reprodução total, parcial, ou a não reprodução dos conteúdos normativos, ou seja, nem sempre os atores locais cumprem as regras emanadas e produzidas pela tutela.

² Manuel Jacinto SARMENTO, *A Escola e as Autonomias*, “Coleção Cadernos Pedagógicos”, ed. Asa, Porto, 1993, 12.

³ João BARROSO, *O estudo da escola*, ed. Porto editora, Porto, 1996, 17.

⁴ Licínio LIMA, *Produção e reprodução de regras: normatismo e infidelidade normativa na organização escolar*, in *Inovação*, Vol. 4, nº2-3 (1991), 148.

Pensamos que é à escola que compete construir a sua autonomia; é à escola que cabe assumir uma nova atitude de afirmação enquanto organização e será à escola que competirá tomar novas decisões nos domínios conferidos pela lei. Mas isto será autonomia? Autonomia implica atribuir poderes de decisão às escolas, envolver os “actores educativos” na decisão educativa e conceder os meios materiais e financeiros necessários para o desenvolvimento das actividades e projetos das escolas.

1.2. Concretização da autonomia

Como se concretiza a autonomia na escola? Quais os princípios teóricos, ideológicos, ou políticos, que estão na base da autonomia das escolas?

Para além da autonomia decretada pelas entidades competentes para o fazer, as escolas desenvolvem formas autónomas de decisão, em diferentes domínios, que podemos chamar autonomia construída. A autonomia constrói-se, não se outorga. Vai alargando o seu espaço de decisão que “corresponde ao jogo de dependências e de interdependências que os membros de uma organização estabelecem entre si e com o meio envolvente e que permitem estruturar a sua ação organizada em função de objetivos coletivos próprios. A escola aumenta a sua autonomia através de múltiplas dependências – interações, que estabelece com os outros sistemas, tendo em conta as necessidades e finalidades que identifica. É na multiplicidade de dependências, de interações, que se criam condições favoráveis à integração da escola no processo de desenvolvimento da sociedade. A variedade das dependências que desenvolve produz diferença. A gestão destas dependências é a autonomia de escola”⁵. Uma autonomia assim “é o resultado do equilíbrio de forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência externa e interna, dos quais se destacam: o governo e seus representantes, os professores, os alunos, os pais e outros membros da sociedade local”⁶. Ora então pode dizer-se que “não existe verdadeiramente, uma autonomia decretada. O que se pode decretar são as normas e regras formais que regulam a partilha de poderes e a distribuição de competências entre os diferentes níveis de administração, incluindo o estabelecimento de ensino”⁷.

A concretização da autonomia é passar o que está nas mãos da administração educativa para as escolas. Assim a administração educativa fica mais livre para que, através de ofícios, de

⁵ João BARROSO, *O estudo da escola*, op.cit., 185.

⁶ *Ibidem*, 186.

⁷ *Ibidem*.

circulares, telefonemas e outros meios ao seu dispor possa estabelecer, ela própria, a autonomia que “interessa” às escolas. Isto pode criar e, por vezes cria, situações menos agradáveis quer à escola em si, quer à administração educativa. O melhor caminho, como defendem alguns autores é o de que a autonomia seja construída e não decretada. Na linha deste pensamento está Barroso ao dizer que a autonomia da escola tem de ter em conta e especificidade da organização escolar, sendo construída pela interação dos diferentes atores organizacionais em cada escola. A interação destes diferentes atores conduz sempre a que se juntem diferentes interesses que é necessário saber articular. A autonomia é, pois, o resultado do equilíbrio de forças numa escola entre os diversos detentores de influência.

A autonomia da escola pressupõe a autonomia dos seus atores. Não se constrói por decreto. Pelo contrário esta perspetiva retira sentido à tentativa de encontrar, a partir das chamadas escolas eficazes, estruturas e modalidades de gestão, que funcionem como padrão da autonomia para todas as escolas.

Para João Barroso, “a autonomia é uma iniciativa dos governos e não uma reivindicação ou uma conquista das escolas. Isto deve-se à retórica da autonomia, que, assim, permite introduzir mudanças na gestão, a racionalização dos recursos, aumentar a eficácia, aliviar a burocracia estatal sem perder o controlo sobre o sistema (quanto aos fins e aos resultados)”⁸.

Por outro lado, ela parece ser indispensável ao desenvolvimento do sentido cívico e comunitário da escola e da democracia. Aliás, o preâmbulo do decreto-lei nº 75/2008 é claro, ao afirmar esta intenção no texto dizendo: “o presente decreto-lei corresponde a um terceiro objectivo: o reforço da autonomia das escolas. A necessidade de reforçar a autonomia das escolas tem sido reclamada por todos os setores de opinião. A esta retórica, porém, não têm correspondido propostas substantivas, nomeadamente no que se refere à identificação das competências da administração educativa, que devem ser transferidas para as escolas”.

Os grandes “pilares”, ou condições para a concretização da autonomia nas escolas são: o projeto educativo, o regulamento interno, o plano anual e plurianual de atividades e o orçamento.

1.3. Instrumentos de autonomia

⁸João BARROSO, *Autonomia das escolas: Da modernização da gestão ao aprofundamento da democracia*. 1º Simpósio sobre Organização e gestão Escolar – Estratégias e Lideranças nas Escolas, Porto, 2000, 3.

O Artigo 9º do decreto-lei nº 75/2008, em vigor, apresenta, da seguinte forma, os instrumentos da autonomia das escolas:

- a) *«Projeto educativo» o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa;*
- b) *«Regulamento interno» o documento que define o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico -pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar;*
- c) *«Planos anual e plurianual de atividades» os documentos de planeamento, que definem, em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução;*
- d) *«Orçamento» o documento em que se prevêem, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.»*

Quando se fala em educação fala-se em comunidade escolar e pensa-se no quadro humano-pedagógico inerente à expressão. Pensa-se nos professores, nos alunos, no pessoal administrativo e auxiliar, nos encarregados de educação e demais elementos que interagem com a escola que, tendo a sua vida própria, são também, a consciência e o respirar da escola.

Assim, tornou-se urgente ouvir todas as partes envolvidas, estipular direitos e deveres e elaborar o regulamento interno, segundo o novo modelo de autonomia e gestão das escolas, que consagra um conjunto de normas que visam proporcionar o sucesso e a harmonia de toda a comunidade escolar.

A história da educação do passado e a do presente também, diz-nos que a administração educativa desejou sempre conservar intacto o prestígio dos poderes de direção e controlo das escolas. Para tal, manteve sempre uma atitude de defesa em relação às capacidades de decisão e de responsabilidades dos seus responsáveis. Isto fez com que prevalecesse uma “direção à distância” que marca a sua presença e poder através dos ofícios, das circulares e até mesmo de telefone/telemóvel. Como refere Licínio Lima, mudam-se as escolas mas “sem proceder a uma

mudança global do sistema de administração da educação e sem alterar a sua concentração de poderes de decisão, deixando inalterada a orgânica do ministério e o funcionamento dos seus serviços centrais, regionais e locais, bem como a restante legislação relativa ao currículo, à gestão pedagógica didáctica, à avaliação dos alunos”⁹.

A autonomia decretada e, por conseguinte controlada, precisa de ser construída. Como? O primeiro passo que é preciso dar é o da colaboração de diversos atores na construção do regulamento interno, isto é, do documento que define as regras de funcionamento da escola, de cada órgão de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e deveres da comunidade escolar. Este documento é elaborado pela comunidade educativa e expressa as regras que regulamentam o funcionamento interno de um estabelecimento de ensino. No fundo, trata-se de algo que apresenta orientações para uma melhor gestão autónoma das escolas. Mas a própria administração educativa apoiou a elaboração do regulamento interno através do caderno “Contributos para a elaboração do Primeiro Regulamento Interno” e da publicação, encomendada de um estudo a João Barroso pelo Ministério da Educação, “Autonomia e Gestão das Escolas”. Nestes documentos podemos encontrar as propostas e os contributos para a elaboração do regulamento interno. Apesar de ser elaborado pelos órgãos de administração de cada escola em concreto, será sempre homologado pela administração educativa. Antes de ser aprovado podem surgir alterações para que não se contrarie a lei. Ora, assim sendo, a administração educativa está a fazer uma gestão interessada no processo de autonomia das escolas.

Com esta regulação da administração central, do Ministério da Educação, cabe perguntar onde está a capacidade de a escola tomar decisões, ao nível da organização interna e ao nível da participação da comunidade educativa?

Do exposto poderemos concluir que a grande maioria das escolas responde com aquilo que interessa à administração educativa, ficando muito aquém daquilo que é desejado autonomamente.

A autonomia assenta no pressuposto de que será a comunidade educativa, com o conselho geral, a principal depositária da descentralização educativa, decidida pelo Ministério da Educação. Sobre esta temática, Licínio Lima é bastante claro ao afirmar que, “as direcções

⁹ Licínio LIMA, *Administração da Educação e Autonomia das Escolas*. Citado in Licínio LIMA (org), *A Educação em Portugal (1986-2006) – Alguns Contributos de Investigação*. Comissão Nacional de Educação, Lisboa, 2007, 51.

regionais de educação são a “recentralização dos poderes por **controle remoto**, através da criação de ‘capitanias’ regionalmente disseminadas, mas não regionalizadas em termos políticos e administrativos. A lógica do sistema não foi invertida (segundo Roberto Carneiro), mas reconvertida – não se libertou as escolas das pressões burocráticas do ministério, mas antes se terá procurado resgatar os serviços centrais das pressões executivas e de funcionamento sentidas a nível das escolas”¹⁰.

Além do regulamento interno que, como vimos, ainda está muito longe de ser independente, apesar de se chamar interno, a autonomia da escola está diretamente relacionada com a elaboração do projeto educativo no âmbito de um quadro organizacional. O projeto educativo tem um papel fundamental na eficácia da organização escolar, que decorre da sua natureza ou estrutura. É uma planificação que acontece num contexto específico e que envolve diferentes níveis de ação, caracterização e identificação de problemas, finalidades educativas, compromisso, resultados esperados, orientação educativa e avaliação. Trata-se de uma planificação a nível de escola ou território educativo.

O decreto – lei 43/89 de 3 de fevereiro diz que a autonomia da escola se concretiza na elaboração de um projeto educativo próprio, como referimos anteriormente. Trata-se de uma orientação educativa da escola que explica os princípios, os valores, as metas e estratégias, mediante as quais a escola procura cumprir a sua função educativa. O projeto educativo é elaborado pelos órgãos de administração e gestão por um período aproximado de três anos. Com este documento cada escola estabelece a sua identidade, apresentando assim aquilo que é e pretende ser. “A escola deve proceder à elaboração e execução de um projeto educativo, o qual não será, de modo algum, uma imprevisão mas sim uma profunda reflexão por parte de todos os participantes: alunos, professores, pessoal não docente, pais/encarregados de educação, autarquias locais, etc. A realização deste projeto pode, eventualmente, apresentar-se como tarefa difícil num primeiro ano, mas, certamente, sê-lo-á cada vez mais fácil, à medida que for progredindo”¹¹.

Este projeto é um documento pedagógico, que define as estratégias tendo em conta as especificidades dos alunos. Como se faz? Parte-se sempre de uma realidade que é preciso diagnosticar: Onde estamos? Quem somos? Com quem contamos? Que limitações temos? É

¹⁰Licínio LIMA, *Produção e reprodução de regras: normatismo e infidelidade normativa na organização escolar*, art.cit., 147.

¹¹ DREN, *Na Escola. Autonomia*, ed. Asa, Porto, 1990, 5.

preciso analisar o meio local, social, cultural, geográfico e infra-estrutural onde a escola está inserida. Em seguida perguntamos o que pretendemos, onde queremos chegar? Para responder à questão temos de fazer opções e procurar soluções traçando os objetivos gerais nos seus vários âmbitos: pedagógicos, humanos, institucional, administrativo e financeiro. Finalmente, através dos meios que estão ao nosso alcance, determinarão a estrutura organizacional e funcional: organização global, de âmbito técnico, didático, administrativo, financeiro, intradisciplinar e extradisciplinar¹². O trabalho sobre a escola e o meio envolvente é indispensável para que haja autonomia. Pode ser um trabalho moroso e complexo, pois exige a colaboração de muitos atores, o que dificulta a sua elaboração e concretização.

Uma vez elaborado deve ser posto em ação, pois trata-se de “um instrumento privilegiado de auxílio à gestão e administração da escola. Quando a escola tiver concebido e colocar em prática o seu projeto educativo, então terá dado um passo decisivo para a concretização da sua autonomia e, portanto, melhorar a qualidade de ensino. A existência de um projeto educativo construído pelos vários intervenientes concederá a identidade e afirmação de cada escola”¹³.

Ao fazer um levantamento das necessidades da comunidade, ao estabelecer as prioridades para que o projeto educativo responda aos problemas de forma cabal e certa, prevendo as estratégias que melhorem o sucesso escolar e evitem o abandono, cada escola “elabora uma orientação educativa global e integradora, assente numa estratégia, que vise responder à diversidade das suas estruturas e funções”¹⁴.

Num quadro de organização descentralizada, democrática e participativa da escola portuguesa, tal como é apresentado, o projeto educativo aparece como um instrumento central para a autonomia.

Finalmente, podemos acrescentar e reforçar que a grande função de um projecto educativo é a de “encontrar um equilíbrio entre a centralização e a descentralização, de modo a garantir uma adequada partilha de responsabilidades entre o poder central, o poder regional e local, e o estabelecimento de ensino”¹⁵. Estamos perante uma negociação entre diferentes interesses e

¹² Cfr, *Ibidem*, 16.

¹³ AA. VV., *O Ensino secundário em debate. Reflexões de escolas e professores*, ed. Ministério da Educação, Lisboa 1998, 59.

¹⁴ António FONSECA, *A tomada de decisões na escola*, ed. Texto editora, Porto 1998, 45.

¹⁵ João BARROSO, *O estudo da escola*, *op.cit.*, 46.

formas de avaliar a realidade local, sendo indispensável que exista um compromisso conjunto sobre os princípios que vão orientar a política da escola na sua identidade e relação com o meio em que se encontra inserida.

2. Autonomia curricular

Depois de termos explorado o conceito de autonomia, os instrumentos para a sua concretização e as suas implicações, vamos agora deter-nos na autonomia curricular da escola, para assim vermos os seus efeitos no sistema de ensino em vigor no nosso país. Haverá autonomia curricular nas escolas públicas? Se há, como se gere?

Até à publicação da lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, o discurso curricular estava praticamente entregue aos decisores dos serviços centrais de educação do Estado. Eram eles que se debruçavam sobre o currículo, o escreviam e enviavam às escolas para que fosse implementado e cumprido. Estávamos perante o currículo do “papel”, o currículo prescrito. A partir da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, embora muito paulatinamente, o discurso curricular foi mudando, e o Ministério da Educação vai deixando o controlo total da imposição de um currículo para toda a escola pública. Esta mudança, ao “tirar” o poder exclusivo ao Estado, exige, automaticamente, um outro discurso curricular que mobilize as escolas e as comunidades educativas para encontrarem respostas eficazes à diversidade de problemas que surgem dos distintos contextos escolares.

Em termos curriculares, o Ministério da Educação descentraliza em teoria, mas na prática (re) centraliza reforçando e tornando legítimo o seu poder. O desenvolvimento curricular é fruto de uma decisão política ordenada pela administração central que propõe orientações e define critérios de organização curriculares. Este currículo é depois apresentado, programado e planificado pelas escolas, que o vão adequando às circunstâncias e necessidades dos alunos e do meio em que se inserem. Será assim? Portanto, apesar do propalado devolver poderes às escolas, o certo é que, na questão curricular, o burocrático e administrativo do poder central é determinante e impõe os currículos nacionais na página do Ministério da Educação. A Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) define o que entende, ou deve entender, por currículo. Considera que “o currículo do ensino básico diz respeito ao conjunto das aprendizagens que os alunos realizam, ao modo como estão organizadas, ao lugar que ocupam e ao papel que desempenham no percurso escolar ao longo do ensino básico” e “o currículo do

ensino secundário diz respeito ao conjunto de aprendizagens a desenvolver pelos alunos de cada curso de nível secundário, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo”. Na mesma página encontramos todas as determinações sobre gestão e organização curricular.

A implementação da autonomia exige algumas alterações pedagógicas e políticas, nomeadamente, descentralizar uma administração da educação de cariz centralista desde há mais de três décadas de democracia, passar das promessas ou dos discursos retóricos eternamente adiados, às práticas para a escola escapar a uma administração em que a autonomia é meramente decretada e, portanto, contraditória.

3. Projeto educativo e autonomia

Os conceitos currículo e autonomia andam interligados e “surtem como referentes imprescindíveis para a construção de uma nova cultura educativa, em que a escola é vista como um bem comum. A autonomia da escola só é possível pela elaboração do projeto educativo. Tal projeto deve ter em conta a mudança das práticas curriculares, ao nível da escola. Os projetos educativos são projetos de ação que exigem aos professores a reflexão, a negociação, a parceria, a liderança e a atitude investigadora”¹⁶. Por conseguinte, não podem resumir-se a ações meramente administrativas e /ou burocráticas. Construídos e postos em prática, tornam-se uma oportunidade de diálogo pedagógico, uma possibilidade de se refletir em conjunto e decidir colegialmente sobre diferentes aspetos que envolvem a educação no que respeita ao ensino/aprendizagem. Urge criar condições que permitam envolver os diversos atores educativos, que eles se sintam implicados ativamente em criar estratégias e procedimentos que sejam capazes de constituir sinais de mudança, quer ao nível das práticas, quer ao nível da cultura escolar. Muito falta fazer neste campo de ação. Isto é possível de ser implementado.

É preciso que não haja tanto um papel centralizador por parte da administração central. Na verdade, o Estado continua a controlar os conteúdos que a escola deve ensinar, os procedimentos, as atitudes e os valores que devem ser promovidos na educação. Trata-se de uma visão redutora do conceito de autonomia nas escolas públicas portuguesas. Nas questões pedagógicas e de gestão das escolas deve-se conceder mais competências curriculares aos professores e às comunidades educativas locais.

¹⁶ José Augusto PACHECO, *Projeto Curricular integrado*, ed. Ministério da Educação, Lisboa, 1998, 30.

À educação escolar reivindica-se garantias de qualidade das aprendizagens e as crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam as instituições de ensino procuram possibilidades de desenvolverem todas as suas capacidades e realizarem o seu potencial. Esta reivindicação fez com que a educação institucionalizada se tornasse mais complexa e exigente. Assistimos ao desenvolvimento crescente de práticas pedagógicas mais ativas e cooperativas. Hoje, os alunos têm mais opções do que tinham outrora aqueles que agora são os seus educadores/docentes.

Houve uma clara inovação educacional que tem por objetivo uma escola aberta à família, à comunidade e à sociedade em geral. Esta abertura conta com os professores e com outros profissionais especializados que se envolvem em parcerias com o tecido económico e social da comunidade em que se insere, capaz de delinear um projeto próprio que responda às necessidades dessa comunidade. Emerge assim a vontade de experimentar novos métodos, de colocar em prática ideias e iniciativas próprias, utilizar os saberes adquiridos, melhorar e aperfeiçoar práticas, bem como o dever ético e profissional de melhorar o rendimento escolar e a auto realização pessoal e profissional. Procura-se encontrar estratégias básicas de inovação educativa que vão desde o processo de auto análise da instituição, passando pela experiência e enriquecimento pedagógico dos professores, até à melhoria das suas competências didáticas de acordo com a mudança social, científica e tecnológica.

As constantes revisões curriculares, a organização e gestão escolar, a reformulação dos estatutos do corpo docente ou do aluno, a utilização de recursos e instrumentos didáticos tecnologicamente evoluídos, tudo isto é caminho para a inovação educacional que se prende com o estudo individualizado e a aprendizagem cooperativa apontando sempre para a responsabilidade individual.

Mas a mudança, mesmo quando considerada pertinente pelos seus agentes, é sempre difícil. O professor, especificamente preparado para o ensino e devidamente motivado é o eixo ou centro da inovação educacional e consequente mudança. O envolvimento dos professores no processo de mudança educativa é essencial para o sucesso. A forma como os docentes desenvolvem a sua prática profissional é essencial no processo de inovação, que está associado à ideia de transformação/modificação de atitudes, de comportamentos, de procedimentos, de ideias e de ação.

Como reagem os professores a estas mudanças? Quais as atitudes tomadas face às mudanças?

4. Professores e mudanças educacionais

Assistimos a uma mudança acelerada do contexto social onde o professor desempenha a sua função. São vários os fatores que contribuíram para estas mudanças: por um lado, o crescimento de outras fontes de informação alternativas à escola que obrigaram os professores a alterar o seu papel de transmissores de conhecimentos e, por outro, a exigência que se verifica em todos os vetores da sociedade fez com que aos professores se pedisse cada vez mais responsabilidade. Hoje a missão do professor não se reduz à transmissão de conhecimentos. Para além de saber e transmitir os conteúdos programáticos, é-lhe pedido que facilite a aprendizagem, organize e acompanhe os trabalhos, contribua para o equilíbrio afetivo e cuide da integração social dos alunos, dando especial atenção aos alunos com necessidades educativas especiais¹⁷.

Nos nossos tempos de aluno “os valores a transmitir eram consensuais. Hoje não são. Vivemos numa sociedade pluralista, onde se defendem modelos de educação que dão prioridade a valores diferentes e, até mesmo, contraditórios. Isto obriga a modificar os recursos didáticos e a diversificar os programas de ensino”¹⁸. De facto, houve um corte no que diz respeito ao consenso social e à educação.

As expectativas em relação ao sistema educativo fizeram com que aumentasse a contradição no exercício da docência. O professor é sempre apreciado num sentido negativo. Se as coisas correm bem, os pais pensam que os filhos são bons estudantes, se as coisas correm mal, pensam que os professores são maus profissionais. Estas e muitas outras situações vividas em ambiente escolar, onde o professor tem cada vez menos valor social, leva-nos a afirmar que mais parece que só os alunos e os pais têm direitos, e os professores só deveres. Mesmo assim o *bom* professor desempenha sempre um papel de amigo, de companheiro e de apoio ao desenvolvimento do aluno. “Com efeito, para além de o professor ser o interveniente mais proximamente ligado à concretização das inovações escolares, é importante salientar que as mudanças só poderão concretizar-se com o seu assentimento, na medida em que elas exigem sempre, em maior ou menos grau, o abandonar de ideias vigentes, a modificação de atitudes, a substituição de hábitos, a alteração de relações, (re) aprendizagens e reorganização, a diversos

¹⁷ Cfr. AA.VV., *Profissão Professor*, ed. Porto editora, *Coleção “Ciências da Educação”*, Porto, 1991, 100.

¹⁸ *Ibidem*, 101.

níveis, na própria instituição”¹⁹. Seja qual for o nível do sistema educativo em que nos situemos, o certo é que nenhuns dos problemas se resolvem sem a participação/colaboração do professor.

Neste contexto, a assunção de novos papéis por parte dos professores, tendo subjacente uma perspetiva abrangente e inovadora, como é o caso da educação integral e permanente, será uma via privilegiada para a requerida transformação do ensino. Ora isto conduz-nos, uma vez mais, a sublinhar a importância do papel do professor ao nível da mudança educativa, em geral, e da inovação pedagógica, em particular. A receptividade do professor à mudança e à inovação é um ingrediente fundamental para que uma instituição veja bem sucedido o seu esforço de transformação do ensino²⁰.

Mas existe, muitas vezes, resistência às inovações educacionais. Tal resistência é fruto de condicionalismos de ordem subjetiva, sentimentos de insegurança, incertezas, medos e, por vezes, insuficiência de apoios, falta de diálogo e ambiente desfavorável. Efectivamente “os esforços de mudança nem sempre são bem-sucedidos, podendo ocorrer diversos cenários ou tipos de desfecho: as propostas de melhoria são pura e simplesmente ignoradas, seja porque se revelam impossíveis de concretizar, seja porque não lhes são reconhecidos méritos e/ou utilidade prática; a inovação é efetivada, mas os resultados ficam confinados a um grupo restrito de professores e de alunos e não se repercutem na vida da escola; a inovação é bem aceite e adotada com sucesso, mas a sua durabilidade no tempo é limitada; a inovação é implementada com sucesso e influência a vida total da escola, de uma forma permanente, sendo encarada como uma afetiva melhoria, por parte da maioria dos intervenientes no processo”²¹.

Frequentemente os educadores entendem a mudança com receio e, inclusive, com alguma desconfiança, nomeadamente, quando esta lhes é imposta por instâncias exteriores à da realidade em que trabalham. A inovação é sempre uma experiência pessoal e, como tal, é normal que os professores se interroguem sobre os reflexos que pode ter na sua vida pessoal. Daí algumas atitudes menos favoráveis à mudança.

Um dos aspetos que tem dominado os últimos anos é a satisfação e insatisfação profissional dos professores. Este assunto tem sido um dos principais temas, quer de debates, quer de conversas informais entre os profissionais da educação escolar. Com afirma Perrenoud “não sei se é a fazer que aprendemos a fazer, mas é verdade que é a viver num tipo de estrutura

¹⁹ Ana Paula OLIVEIRA CARDOSO, *A Receptividade à mudança e à Inovação Pedagógica – O Professor e o Contexto escolar*, ed. Asa, Porto, 2002, 13.

²⁰ Cfr, *Ibidem*, 19.

²¹ Cfr, *Ibidem*, 36.

social que se aprende a viver em outras da mesma natureza, ou seja, a agir, a escolher, a refletir, a entrar em relação com os outros de um modo apropriado. Neste sentido, através de uma prática que se estende por dez a vinte anos, a escola é certamente um lugar de aprendizagem essencial”²² para toda a comunidade escolar.

4.1. Satisfação e insatisfação profissional

A satisfação profissional tem sido marcada, nas últimas décadas, pelo desenvolvimento de teorias de diversa natureza que, a seu modo, procuram aceder a uma compreensão, ainda que parcial, dos conteúdos e dinâmicas subjacentes à perceção e experiência de satisfação em contexto profissional. “Ao nível da profissão docente, as necessidades consideradas de ordem mais elevada são a participação na tomada de decisões, a diversidade de tarefas permitindo o uso de diferentes competências, a expressão da criatividade, a oportunidade para aprender e a autonomia profissional, enquanto as necessidades de ordem mais baixa são o melhor salário e outros benefícios, a segurança profissional e as boas relações com os colegas.

Investigações diversas concluem que os professores se encontram, geralmente, satisfeitos ao nível das necessidades mais baixas, mas significativamente menos satisfeitos noutros níveis, pelo que os políticos e os órgãos de gestão das escolas deveriam colocar o acento, na motivação dos professores ao nível do seu reconhecimento e da auto atualização, procurando que eles possam melhorar o seu desempenho através do desenvolvimento de uma maior competência, confiança e autonomia, ganhando, desse modo, a estima de si próprio e a dos outros”²³.

Esta insatisfação leva a “identificar o que interessa aos professores e como motivá-los para melhorarem o seu desempenho e aumentar a sua satisfação. É necessária investigação adicional que esclareça, de forma inequívoca os efeitos e a possível interação das recompensas extrínsecas e intrínsecas na atividade docente, clarificando que tipo de recompensas motiva os professores a assumirem novas responsabilidades e a realizarem o seu trabalho”²⁴.

Apesar destes altos e baixos de satisfação e de insatisfações dos professores como educadores profissionais, o certo é que o professor não pode esquecer que é um “modelo vivo”. Como tal deve estar em constante atualização e, no momento certo, tomar as decisões dentro do contexto complexo e incerto, como é a escola, particularmente a sala de aula.

²² Phillipe PERRENOUD, *Ofício do aluno e sentido do trabalho escolar*, ed. Porto editora, Porto, 1995, 31.

²³ Maria Graça SECO, *A satisfação dos professores. Teorias, Modelos e evidências*, ed. Asa, Porto, 2001, 18.

²⁴ *Ibidem*, 103.

4.2. O professor como “modelo vivo” na escola

Todos temos consciência de que o trabalho do professor dentro da sala de aula é a “arte do possível”. Mas é importante que esse trabalho seja perspectivado de maneira ampla e global integrado no contexto sociocultural. O produto obtido depende da interação de muitos fatores contextuais: os referentes ao sistema educativo, à escola, à comunidade envolvente e à sociedade. Tais fatores orientam, mas também limitam, a ação do professor. Não existe nenhum modelo pedagógico, que resolva todos os problemas, mas existem métodos que minimizam aspetos negativos e trazem algumas vantagens. O professor deve, pois, dominar o maior número de métodos e processos para poder enfrentar as várias situações e problemas, sempre novos, que vão surgindo.

O profissionalismo exige-se, dado que os novos papéis implicam uma diversificada preparação para compreender o que se passa com os alunos. Assim, o professor “vivo” é aquele que usa uma linguagem apropriada e cuidada para transmitir conhecimentos, não baixando à linguagem dos alunos; estimula e valoriza os alunos, a começar por aqueles mais desfavorecidos e marginalizados; adapta-se às realidades concretas, procurando conhecer a situação vivencial dos alunos. Para que tal aconteça é necessário ter um conhecimento aprofundado dos alunos e da realidade em que os mesmos estão integrados. Esse conhecimento é dado pelo diretor de turma e vai sendo aprofundado de modo progressivo²⁵ ao longo do ano escolar.

O professor “modelo vivo” é aquele que é curioso, criativo, cauteloso, inventivo, entusiasta, determinado, trabalhador, intuitivo, imaginativo, flexível e adaptável. Estes imperativos ajudam a uma melhor compreensão e aceitação dos alunos. Quanto mais formação e cultura académica tiverem, mais os professores saberão usar a inspiração e criatividade. Hoje exige-se inovação, introduzir algo de novo. Ora isto pertence ao professor que deve evitar comportamentos de indisciplina, criando ordem a partir das atividades, antecipando possíveis maus comportamentos e agindo por antecipação. O professor deve mostrar ao aluno que sabe o que se está a passar dentro da sala de aula.

²⁵ Relativamente a conteúdos, há temas que são muito delicados. Por exemplo o tema da família deve ser tratado com muito cuidado e delicadeza. Como iremos refletir, na segunda parte deste relatório, encontramos na nossa sociedade muitas formas de viver em família, o que levou à caracterização da família em várias tipologias. O professor não deve defender este ou aquele tipo de família como sendo o melhor. Ao apresentá-los deve, isso sim, fazer com que os alunos sejam capazes de descobrir qual a tipologia de família que melhor serviria para viverem numa sociedade mais responsável e com menos problemas familiares.

O professor como “modelo vivo” é aquele que cria condições e apoia os alunos, no sentido de serem eles a construir as noções de bem e mal, suscita o interesse, estimula a iniciativa, leva os alunos à aquisição de bons hábitos e ajuda a formar cidadãos, porque, nos dias que correm, “os computadores podem informar os alunos, mas apenas os professores são capazes de os formar. Apenas eles podem estimular a criatividade, a superação de conflitos, o encanto pela existência, a educação para a paz, para o consumo, para o exercício dos direitos humanos”²⁶.

A inovação educacional, chamada também educação moderna, “tem gerado jovens lógicos, que sabem lidar com números e máquinas, mas não com dificuldades, conflitos, contradições e desafios. Por isso, raramente produz executivos e profissionais excelentes, pessoas que saem da vulgaridade e fazem a diferença”²⁷. Mudou a função do professor, mas a função profissional não mudou porque continuamos a precisar do professor que “inspire a inteligência dos seus alunos, os leve a enfrentar os seus desafios e não apenas a ter uma cultura informativa”²⁸.

Em suma, o professor “modelo vivo” é aquele que não só transmite conteúdos, mas que faz aprender e cria as condições e contextos pedagógicos e axiológicos necessários. Ora “fazer aprender pressupõe a consciência de que a aprendizagem ocorre no outro e só é significativa se ele se apropriar dela ativamente. Por isso mesmo são precisos os professores. Se a aprendizagem fosse automática, espontânea e passiva, o professor seria desnecessário. Se para aprender bastasse proporcionar informação, seria suficiente pôr os livros nas mãos dos alunos ou disponibilizar-lhes as tecnologias de informação. Mas porque aprender é um processo complexo e interativo, torna-se necessário um profissional de ensino”²⁹. Esse profissional de ensino é o professor que ensina também a sabedoria, a solidariedade e o amor pela vida.

Os imperativos acima expostos sobre o professor como “modelo vivo” devem estar bem presentes, em particular, na vida e atividade académica dos professores que lecionam a disciplina de educação moral religiosa católica, como defenderemos no final da segunda parte deste relatório.

²⁶ Augusto CURY, *Pais brilhantes, Professores Fascinantes. Como formar jovens felizes e inteligentes*, ed. Pergaminho, Cascais, 2004, 140.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Ibidem*, 75.

²⁹ Maria do Céu ROLDÃO, *Os professores e a gestão do currículo*, ed. Porto editora, Porto, 1999, 114.

CAPÍTULO II: A ESCOLA E OS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A história da educação em Portugal, antes do “vinte e cinco de Abril”, diz-nos que nas escolas portuguesas era preciso aprender a ler, escrever e contar. Esta missão estava entregue exclusivamente aos professores e “a escola só chamava os pais quando os filhos estavam com problemas”³⁰. Durante muitos anos a relação escola – pais/encarregados de educação foi de distância, ou simplesmente não existia.

Após a “revolução dos cravos”, nomeadamente a partir dos anos oitenta, começaram a surgir novas maneiras de ver a educação escolar, repensando o papel dos vários agentes de educação, entre os quais a família/encarregados de educação dos alunos. Instruir, socializar e estimular os alunos depende não só da escola, mas também dos seus primeiros educadores. Começou-se a perceber que os pais/encarregados de educação deveriam participar no desenvolvimento do processo educativo da escola em geral, e dos seus educandos em particular, dado que se compreendeu que o êxito escolar está intimamente relacionado com a participação positiva dos pais na educação dos filhos.

Vamos, seguidamente, procurar responder a duas questões: qual o papel da escola? Qual a missão dos pais/encarregados de educação?

1. O papel da escola

Embora o senso comum atribua à escola a tarefa de educar delegando a responsabilidade, que antes era dos pais, nos professores, o certo é que toda a sociedade é responsável pela educação, escola, família e sociedade, interrelacionam-se. A pessoa é aluno, é filho e cidadão ao mesmo tempo. A tarefa de ensinar não compete somente à escola, pois o aluno aprende também com a família (primeira” escola da vida”), o meio social em que se insere, com amigos e com os meios de comunicação social. Assim é preciso que professores, família e comunidade tenham consciência que a escola precisa de contar com eles, cada qual com a sua missão específica e em permanente sintonia.

A escola é uma instituição, um grupo secundário e nunca poderá substituir a família na educação das crianças. Ela aparece “como um prolongamento natural da família”³¹. Como tal deve manter com os pais/encarregados de educação uma relação de diálogo. Não os chamar

³⁰ AA.VV., *A família e o sucesso escolar*, ed. Presença, Lisboa, 2005⁴, 148-149.

³¹ António CARRILHO RIBEIRO, *Reflexões sobre a Reforma Educativa*, ed. Texto editora, Lisboa, 1989, 68.

apenas para dar recados e pedir colaboração, mas aproximar-se deles para os ouvir e ajudar no crescimento e formação dos filhos. Por isso, é importante que entre a escola e a família haja confiança e parceria mútuas para o bem de todos os implicados no processo educativo, uma vez que, e nos dias que correm, os computadores não conseguem “ensinar a sabedoria, a solidariedade e o amor pela vida”³². O ensino é feito em conjunto e complementaridade pela família e pela escola.

A Lei de Bases do Sistema Educativo aponta claramente para uma participação ativa dos pais na escola. Mas o certo é que ainda é muito difícil a escola cumprir esta sua missão de proximidade, por variadíssimas razões: do lado da escola, ainda se nota falta de disponibilidade para trabalhar em sintonia com os pais, falta de formação de professores neste domínio e ainda, devemos dizê-lo, o não reconhecimento da importância dos pais como parceiros educativos; do lado da família, encontramos a falta de tempo, de motivação e interesse, o receio que a ida à escola traga consequências negativas para os filhos, e ainda muitos pais/encarregados de educação não considerarem terem informações úteis para dar à escola³³. Apesar de as escolas se confrontarem com estas e muitas outras situações o certo é que os professores e os pais têm muito em comum, pois o objetivo de ambos é formar pessoas úteis para a sociedade.

A escola e a família devem estar em permanente contacto, pois quando se implementa um trabalho de cooperação há vantagens para todos: “os professores referem que os resultados dos estudantes melhoram, que é mais fácil mantê-los motivados na aula e que conseguem dar respostas mais individualizadas aos alunos; os pais dizem que compreendem melhor os objetivos e métodos de ensino, que são mais capazes de acompanhar os filhos e que estes estudam mais em casa”³⁴.

O papel da escola será descobrir a melhor forma de envolver sempre e cada vez mais os pais na vida académica dos seus educandos, até porque são eles a primeira, insubstituível e indispensável “escola” da futura personalidade dos filhos, e a escola não pode assumir o lugar dos pais. É importante que a escola continue a dar a conhecer, através dos diretores de turma, da sua direção e de outros agentes educativos escolares, o regulamento interno e o projeto educativo, de que falamos no capítulo anterior. Devem conhecer quais os seus direitos e deveres na escola e para com a escola. Hoje nota-se esse conhecimento e informação, mas ainda falta fazer muito

³² Augusto CURY, *Pais brilhante, Professores fascinantes. Como formar jovens felizes e inteligentes*, op.cit., 165.

³³ Cfr. AA.VV., *Aprender a ensinar, ensinar a aprender*, ed. Afrontamento, Porto, 1994, 92.

³⁴ *Ibidem*, 94.

trabalho para que todos os agentes educativos estejam em sintonia com o objetivo da educação, que é a formação integral do ser humano.

A escola tem a missão de comunicar informações acerca do progresso dos seus alunos, dos programas educativos escolares, enfim, de tudo aquilo que é a vida escolar dos alunos. Não basta facultar o acesso aos documentos, é preciso maior proximidade e diálogo aberto e franco com todos os atores, sobretudo com os pais/encarregados de educação.

2. A missão dos pais/encarregados de educação

A família é o “meio natural” da criança. É o primeiro e mais importante agente de socialização e, como tal, é a responsável pela educação dos filhos e o elo de ligação à sociedade. O Concílio Ecuménico Vaticano II diz a este propósito que “os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores. Esta função educativa é de tal peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida. Com efeito, é dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com os homens que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos. A família é, portanto, a primeira escola das virtudes sociais de que a sociedade tem necessidade”³⁵. O ambiente e as condutas familiares ajudam na formação da personalidade, nomeadamente nos primeiros anos de vida. O meio familiar é o primeiro quadro de referência que depois será reforçado pela escola ao nível da linguagem, da cultura e dos comportamentos.

A família deve ser capaz de cumprir, a todos os níveis, os seus deveres, fazendo-o com eficácia, harmonia, autenticidade e diálogo, bem como através da escuta atenta e respeitosa de uns pelos outros. A comunicação em família baseia-se no respeito, no amor e apoio, encorajando a auto responsabilidade, ao mesmo tempo que estabelece o limite e as expetativas realistas para o comportamento e rendimento do outro³⁶. Esta comunicação produzirá incentivo e ajudará ao crescimento pessoal, cultural e à formação familiar. Por isso “cada pai e mãe têm o poder de criar uma visão de futuro e de a concretizar, em vez de deixar ao sabor do dia a dia as atitudes e comportamentos”³⁷ dos seus educandos. Não podem nem devem delegar na escola toda a

³⁵ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Documentos Conciliares e Pontíficos. Declaração: A educação Cristã (GE)*, ed. Apostolado da Oração, Braga, 1987¹⁰, 205.

³⁶ Cfr, AA.VV., *Família e sucesso escolar*, op. cit., 73.

³⁷ *Ibidem*, 84.

educação e muito menos a educação de valores e princípios que são pertença deles. Mas também é importante que os pais colaborem com a escola na educação e formação dos seus educandos.

Como já dissemos, o decreto-lei nº 75/2008 aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos. Este decreto regula e promove a participação de representantes dos pais e encarregados de educação na maioria dos órgãos de administração e gestão das escolas. No preâmbulo, refere como princípios da política educativa do governo *“reforçar a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino. É indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Para tanto, torna -se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efetiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na atividade e na vida de cada escola. (...) Este objetivo é concretizado, no presente decreto -lei, através da instituição de um órgão de direção estratégica em que têm representação o pessoal docente e não docente, os pais e encarregados de educação (e também os alunos, no caso dos adultos e do ensino secundário), as autarquias e a comunidade local, nomeadamente representantes de instituições, organizações e atividades económicas, sociais, culturais e científicas”*.

É reconhecido aos pais e aos alunos o direito de participação na vida da escola. Anteriormente, já o decreto-lei nº 6/2001 de 18 de janeiro, no seu artigo 12º determina que a escola deve assegurar a participação dos alunos, dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação das aprendizagens, em condições a estabelecer no respetivo regulamento interno. Por isso se compreende que aos pais/encarregados de educação é pedido que acompanhem “os filhos enquanto alunos, e falar/dialogar com eles sobre o quotidiano da vida escolar. Interessar-se pelos seus anseios, aspirações e dificuldades são aspetos da tarefa de um encarregado de educação e podem constituir um poderoso estímulo para motivar os filhos na sua apetência pelo estudo. Esse acompanhamento contribui, habitualmente, para que o aluno se sinta seguro e apoiado na sua vida escolar. Representa ainda uma forma de zelar pelo sucesso escolar do educando, numa atitude atenta e confiante, interessada e afetuosa”³⁸.

É missão dos pais ajudarem os seus educandos a descobrir a escola como lugar de acolhimento, onde se gosta de estar, onde se aprendem coisas novas e onde se adquire formação

³⁸ Cfr, António CARRILHO RIBEIRO, *Reflexões sobre a reforma educativa, op.cit.*, 71.

para a vida. De facto, os pais devem sempre incentivar tudo aquilo que é proposto pelos professores, apoiar o estudo diário e transmitir maneiras de ser, de estar, de conhecer, comunicar e pensar. Isto exige tempo disponível para estar e comunicar com os seus educandos sobre a vida escolar. Muito daquilo que se vive na escola tem a sua origem em padrões familiares, quer sejam comportamentais, quer sejam de linguagem³⁹.

Os pais/encarregados de educação sabem, pelo regulamento interno da escola, que têm o dever de “informar o diretor de turma sobre tudo aquilo que diz respeito ao processo educativo do seu educando; comparecer na escola quando solicitados e assinar a sua presença; acompanhar a vida escolar do seu educando, quer na escola, quer em casa; cooperar/colaborar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento e promoção de regras de conveniência social; conversar com o diretor de turma sobre todos os aspetos que possam condicionar o desenvolvimento integral dos seus educandos⁴⁰. O que na prática acontece é que muitos se alheiam em relação à escola e ao processo educativo dos seus educandos. Os problemas surgem e é preciso resolvê-los. Os pais nem sempre ajudam da melhor maneira.

A título de exemplo: um conselho de turma reuniu para deliberar o que fazer com um aluno indisciplinado dentro e fora da sala de aula. A solução encontrada, em conjunto com a direção da escola, foi suspender o aluno durante uma semana. O processo seguiu os trâmites legais, mas o encarregado de educação não aceitou a decisão tomada. Isto para dizermos que quando os pais não colaboram na resolução de problemas e de indisciplina, a escola e os professores ficam despontados e desautorizados. Foi isso mesmo o que aconteceu no caso acima apresentado. Por isso pede-se aos pais que vejam “com olhos de águia. Vejam de vários ângulos a educação. Entendam que somos criadores e vítimas do sistema social que valoriza o ter e não o ser, a estética e não o conteúdo, o consumo e não as ideias”⁴¹.

Pela experiência que já tivemos na função de diretor de turma, os encarregados de educação intervêm pouco na vida escolar. As reuniões mensais eram e são pouco concorridas.

³⁹ Sobre a família e a suas repercussões no comportamento do aluno, há autores que defendem que o estudante vivendo numa família com ambos os progenitores apresenta melhor comportamento escolar do que aquele que provém de famílias monoparentais. Todavia, há quem defenda que os alunos que vivem em famílias monoparentais não são diferentes, em termos de comportamentos, desde que se tenha em conta o fator socioeconómico. A criança oriunda de famílias onde o padrão de controlo é muito rigoroso poderá ter desenvolvido um ressentimento a todo o tipo de autoridade que se exerce na sala de aula. O aluno proveniente de famílias permissivas e negligentes, onde o padrão de controlo é inexistente, desenvolve uma forma de estar que se traduz no não reconhecimento da autoridade do professor.

⁴⁰ Cfr, Artigo 231º do *Regulamento Interno do Agrupamento Vertical de Escolas Território Educativo de Coura*.

⁴¹ Augusto CURY, *Pais brilhantes. Professores fascinantes. Como formar jovens felizes e inteligentes*, op.cit., 67.

Alguns pais continuam a não ir à escola. Isto leva a concluir que “a relação entre escolas e família é dominada pela tensão e desconfiança, mais do que pela cooperação e pela busca de consensos”⁴². Mesmo assim valerá sempre a pena insistir, porque a família e a escola precisam de continuar a criar e recriar forças para superarem as dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva, atuando juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento dos alunos. “A cooperação das famílias com as escolas passa por uma pluralidade de papéis e atividades. Desde logo, pela escolha parental da escola que melhor possa educar escolarmente os seus filhos, adequando a educação familiar ao projeto educativo da escola; depois pelo acompanhamento ativo da educação escolar dos filhos, seja em casa, seja participando nas atividades escolares, desde os órgãos de direção das escolas até à codefinição de projetos de desenvolvimento curricular”⁴³.

Para uma relação saudável entre encarregados de educação e a escola é preciso que haja confiança, cooperação e comunicação recíproca. Tudo para o bem dos alunos, da família, da escola e da sociedade que ajudamos a construir.

⁴² Joaquim AZEVEDO, *Família, educação e escola* in CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Léxico da Família. Temas ambíguos e controversos sobre família, vida e aspetos éticos*, ed. Principia, Cascais, 2010, 502.

⁴³ *Ibidem*.

SEGUNDA PARTE

Nesta segunda parte do nosso relatório vamos refletir sobre a família, enquanto comunidade de amor. Começaremos pela fundamentação científica da unidade letiva três do sexto ano de escolaridade do programa de educação moral religiosa católica.

Promover humana e socialmente a família, bem como protegê-la dos perigos que a ameaçam, é uma obrigação de todos. No segundo capítulo faremos uma reflexão sobre a importância e os perigos dos meios de comunicação social, dos direitos da família e das obrigações do Estado.

No terceiro capítulo apresentaremos uma proposta para a lecionação da referida unidade letiva. Como? Fazendo uma descrição da mesma, apresentando e fundamentando a escolha das competências que nos ajudarão nas planificações e exposição de cinco aulas.

Finalmente, no quarto capítulo debruçar-nos-emos sobre os contributos que a educação moral religiosa católica pode, deve e leva à escola e às famílias, através da sua especificidade, dos seus professores e do programa que propõe desde o quinto ao décimo segundo ano de escolaridade.

CAPÍTULO I: A FAMÍLIA COMUNIDADE DE AMOR

A unidade letiva três do sexto ano de escolaridade tem como título: “A família, comunidade de amor”. O tema “família” é sempre atual e de grande relevo na sociedade, pois quando falamos da família estamos a falar da mais antiga e natural instituição da história da humanidade, que tem implicações em tudo aquilo que contribui para a promoção do Homem enquanto ser social e transformador do mundo. O Homem antes de descobrir que tem uma família já se encontra nela. Ao longo deste capítulo, tendo em conta os alunos da turma três do sexto ano de escolaridade da escola Doutor Francisco Sanches – Braga, iremos apresentar algumas das muitas definições da palavra família, optando, como não poderia deixar de ser, por aquela (s) que melhor se enquadra (am) no contexto familiar dos alunos da referida turma. Dada a diversidade de caraterizar a família nos dias de hoje, e no sentido de percebermos que todos pertencemos a uma família, iremos apresentar os diversos tipos de família e sua organização, que são o resultado das muitas transformações sociais.

Fala-se muito da família, mas pouco da família como comunidade de amor. Os alunos do sexto ano, cujas idades variam entre os onze-doze anos de idade, precisam de descobrir o valor central da vida familiar, o amor. O amor brota da relação que é criada entre os vários membros da família, nomeadamente pais-filhos e filhos-pais; precisam, ainda, conhecer as funções da família, para que através desse conhecimento sejam capazes de aprender e exercer as funções que lhes são próprias no seio familiar, colaborando em algumas das muitas tarefas. Como exemplo e ícone de vida em família daremos especial importância à Família de Nazaré que viveu em plenitude os valores que se continuam a reclamar nas famílias e sociedade de hoje. Educar nos e para os valores é função essencial da sociedade atual para que não se percam as relações saudáveis entre gerações, com as quais aprendemos o necessário e essencial para a nossa realização enquanto pessoas integradas na sociedade.

1. Significado e importância da família

A família é um mundo de questões e de interrogações e torna-se importante graças ao seu papel na construção da identidade humana. O Homem não pode ser pensado a não ser na família e na sociedade enquanto ser social e socializável. A família tem passado, ao longo dos tempos, por diversas vicissitudes o que faz com que as famílias sejam mais plurais e diferentes entre si. Desde os tempos mais remotos que as pessoas, para sobreviverem, tiveram que se organizar em grupo, pois perceberam a força da união. Desta forma de organização, entre outras, foi surgindo a família. Estes grupos unidos foram-se aperfeiçoando e desenvolvendo ao longo dos tempos dando origem a povos, civilizações e culturas. A família foi e é uma instituição fundamental para o desenvolvimento das civilizações, estando na origem da cooperação e a criatividade.

Existem muitas definições de família que foram surgindo consoante as mudanças culturais da sociedade. O significado da palavra, assim como os diferentes modelos de família, variam também consoante a cultura de cada povo. “A palavra *família* é de origem latina: apareceu em Roma derivada de *famulus*, que quer dizer servidor, mas não se aplica ao que entendemos atualmente por este termo. Na Roma antiga, *família* designava o conjunto dos escravos e dos servidores, mas também *domus* (casa), isto é, todos os indivíduos que viviam sob o mesmo teto e os bens patrimoniais pertencentes a essa casa, numa hierarquia que mantinha, por um lado, o senhor e, por outro, a mulher, os filhos e os servidores, vivendo sob a dominação”⁴⁴.

⁴⁴ Engrácia LEANDRO, *Transformações da família na história do ocidente*, in *Theológica*, Vol. 41, 1 (2006), 52.

Definir família não é fácil. Estamos perante um conceito muito amplo e muito lato. Em sentido lato a família é uma comunidade de pessoas que vivem juntas e trabalham para satisfazer as suas necessidades e alcançar sempre o bem do grupo. Em contexto de sala de aula, com alunos do sexto ano de escolaridade, onde a experiência de vida familiar é muito heterogénea, não é mesmo nada fácil definir a família.

A tradição diz-nos que para definir a família é preciso ter em conta alguns critérios, tais como: a residência comum, o parentesco e o casamento. Tendo em conta estes critérios podemos dizer que a família é “o agregado doméstico (...) composto das pessoas unidas pelos vínculos de casamento, parentesco e afinidade”⁴⁵. O critério casamento, apesar de continuar a ser o mais consensual, não é o único. As uniões de facto (coabitação) são também formas familiares que se afastam do critério tradicional do casamento religioso e/ou civil. Por outro lado, considerando o parentesco como laços de sangue, não o podemos considerar como definitivo para definirmos a família. Hoje, e ainda bem, há crianças que são adotadas e que fazem plenamente parte de uma família, têm os mesmos direitos e deveres que os filhos biológicos e, no entanto, não têm laços de sangue com os outros elementos da família. Na questão de residência constata-se que há pessoas que partilham o mesmo espaço físico, os mesmos bens e afetos e, no entanto, não constituem uma família. Basta lembrar, a título de exemplo, dois ou mais estudantes que partilham o mesmo espaço durante o tempo da sua formação académica.

Concluimos que, embora sejam tidos em conta, o casamento e o parentesco não são critérios únicos para definir a família. Referi-los sim, mas nos dias de correm e, para alunos que vivem em diferentes contextos familiares, teremos de ir ao encontro de outras definições, até para não ferirmos sensibilidades nos alunos e, muito menos, quando o assunto é tratado numa aula de educação moral religiosa católica.

À parte os critérios que, como depreendemos, tornam redutora a definição de família, podemos definir a família como o conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de se completarem e construírem algo em conjunto. Esta definição de família é muito subjetiva, dependendo sempre do contexto social em que é definida e, no tipo de famílias que encontramos na turma do sexto três. A turma é constituída por vinte e oito alunos. Destes vinte

⁴⁵ Torre DE ASSUNÇÃO, *Família*, in *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, coordenação de António Pereira Dias DE MAGALHÃES, Manuel Alves DE OLIVEIRA e outros, ed. Verbo, Vol. VIII, Lisboa, 1969, 324.

oito alunos, e porque a disciplina de educação moral religiosa católica é facultativa, cinco não se encontram inscritos e, por conseguinte, não frequentam a disciplina.

Os vinte e três alunos que frequentam a disciplina de EMRC são, na grande maioria, provenientes da cidade de Braga e arredores, havendo alguns alunos provenientes dos concelhos limítrofes à cidade. Dezanove alunos vivem no seio de uma família organizada: com o pai, a mãe e os irmãos; dois alunos vivem só com a mãe, sabendo que a um deles o pai não lhe dá importância alguma; dois alunos vivem com os avós. Um deles só vai dormir a casa dos pais e o outro é totalmente dependente dos avós, pois os pais pouco ou nada se interessam por ele. Tendo em conta esta situação vivencial, definimos a família como um conjunto de pessoas que partilha um espaço comum e “estão ligadas por laços de parentesco, na qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”⁴⁶. Os pais e/ou avós, nesta situação concreta, têm a missão de cuidar dos mais novos. Procurando uma definição compreensível a todos os alunos, podemos acrescentar que “o que caracteriza verdadeiramente a família é o facto de diversos membros habitarem o mesmo espaço”⁴⁷, formando “uma comunidade de pessoas, para quem o modo próprio de existirem e viverem juntas é a comunhão: *comunhão de pessoas*”⁴⁸.

Mais importante do que apresentar uma definição de família é perceber que na família em que estamos inseridos as pessoas interagem umas com as outras, partilham sentimentos e valores que os levam a formar laços de reciprocidade e de solidariedade. O essencial para os adolescentes é perceber e compreender que a família é um espaço onde somos educados e crescemos no amor através dos afetos, da confiança e do mútuo respeito e, onde todos os membros desenvolvem relações que tendem a ser estáveis.

As alterações que se têm feito sentir ao nível das tipologias de família, como veremos seguidamente, obrigam a várias definições. Mas o elemento essencial que caracteriza a família, mais que o simples vínculo biológico, é a afetividade que se desenvolve entre os seus membros. A família deve ser acima de tudo um núcleo bem estruturado, onde encontramos um ambiente de segurança e aprendemos a “escola do amor”. Só assim seremos capazes de descobrir a importância que tem a família na vida de cada um de nós, nomeadamente, nas idades de pré e adolescência.

⁴⁶ AA.VV., *Área de Integração I*, ed. Plátano, Lisboa, 2010, 91.

⁴⁷ Jorge Augusto PEREIRA, *Nós e o mundo. Manual de Educação Moral Religiosa Católica*, 6º ano, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2009, 107.

⁴⁸ JOÃO PAULO II, *Carta às Famílias*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1994, nº6.

2. Transformações sociais e tipologias familiares

As mudanças sociais condicionam a instituição familiar. A sociedade muda e as famílias também estão constantemente em mudança. Ao longo dos tempos vários autores procuraram definir as novas formas de família que iam surgindo na sociedade. Para percebermos as tipologias de famílias temos de, ainda que de forma breve, olhar para a história da instituição família.

No século segundo da nossa era a família transmitia-se por herança. Era vista mais no sentido de propriedade e sucessão de propriedade material do que no sentido das pessoas que a constituíam. O parentesco surgiu mais tarde através das famílias gregas e romanas. No direito romano o homem era considerado a autoridade da família. Exercia a chefia sobre a vida de todos os seus membros e do respetivo património. Estávamos perante uma família conjugal ou nuclear de tipo patriarcal.

Mais tarde, com o Império Romano, a família evoluiu no sentido de restringir a autoridade ao *pater* sendo dada maior autonomia à mulher e aos filhos. O carácter sacramental do casamento surgiu no século XVI e, por ele, a família passou a ser instituída em carácter quase exclusivo com uma celebração solene, sacramentada pela indissolubilidade, com o objetivo da reprodução. Predominava assim o tipo de família nuclear que vivia numa habitação e estava inserida numa comunidade.

No início da Idade Moderna, Lutero e os seus seguidores defenderam que a competência em matéria de direito da família deveria pertencer ao Estado, dado que o casamento é um ato da vida civil e não impede os cônjuges de dissolver o vínculo matrimonial. O protestantismo “pretendeu sujeitar as formulações da doutrina às suas grosseiras fraquezas sensuais; os votos religiosos foram sacrilegamente violados; a sacramentalidade e a unidade do matrimónio infamemente ultrajadas. Henrique VIII passou de defensor da fé a defensor da heresia para se permitir o repúdio da esposa legítima e o gozo de sucessivas comborças”⁴⁹. A Igreja Católica responde com o Concílio de Trento dizendo que o casamento além de ter carácter sacramental só poderia ser celebrado pela Igreja e só a própria Igreja poderia declarar a sua nulidade. Assim o casamento foi considerado durante muito tempo como um dos pilares da instituição familiar.

Com a revolução francesa surgiu a filosofia individualista e igualitária contribuindo para o enfraquecimento do dogma religioso quanto à família formada apenas pelo matrimónio. A própria Igreja revê a sua doutrina e atuação. Estes fatores ideológicos associados à passagem da

⁴⁹ Dinis DA FONSECA, *Responsabilidades Familiares*, ed. União Gráfica, Lisboa, 1951, 42-43.

sociedade agrária para a sociedade industrial trouxeram profundas modificações à instituição familiar e à sociedade em geral.

Na verdade, antes da revolução industrial a família estava muito ligada à natureza e vivia, fundamentalmente, do campo. Este era o centro de toda a organização económica. Os laços familiares de sangue e o parentesco eram a fonte de prestígio na sociedade. Na mesma família podíamos encontrar a convivência de várias gerações e, às vezes, várias famílias nucleares, o que facilitava a integração das crianças, devido ao contacto com outras crianças e adultos. Na família aprendia-se um ofício que serviria para, mais tarde, ganhar a vida. A família era a principal escola de aprendizagem onde os valores e as normas estavam tipificados e tornavam-se fáceis de aprender, dado que era assim e não de outra forma. Na família aconteciam as coisas mais importantes da vida, a saber: nascimentos, matrimónios e a morte. Todos os membros da família podiam esperar proteção e assistência, o que transmitia segurança. Os valores baseavam-se na tradição e na religião, fosse ela qual fosse.

Com a revolução industrial surgiram as grandes mudanças a nível das estruturas sociais e “a família, sendo um pilar fundamental da sociedade, não permanece isolada face às mudanças que acompanham as transformações ocorridas no plano social, económico, cultural e jurídico”⁵⁰ da sociedade. Vai assim mudando a tipologia da família tradicional e a economia de subsistência converte-se, paulatinamente, em economia de produção e mercado. Enquanto na sociedade rural o trabalho coincidia com o domicílio familiar e dependia diretamente da família, na sociedade industrial acontece precisamente o contrário⁵¹. Os horários de trabalho, o acesso ao mesmo e a sua retribuição não são, agora, determinados pelas exigências familiares. “A necessidade do trabalho, as condições que a sociedade industrial impõe para o exercício do mesmo acaba, em muitos casos, por mudar substancialmente a organização da vida individual e familiar, uma mudança estrutural do sistema de trabalho que provoca uma mudança estrutural na própria vida familiar”⁵².

Se as estruturas sociais se alteram, “as funções da família também se modificam, pois as mudanças de uma são causa e efeito de mudanças da outra”⁵³. Por exemplo “o ingresso das mulheres no mercado de trabalho operou uma das maiores mudanças na vida familiar. Um emprego remunerado veio aumentar a independência da mulher em relação ao marido, pois o seu

⁵⁰ Engrácia LEANDRO, *Famílias. Visão panorâmica sobre o resultado dos últimos censos*, in *Communio*, Ano XXII, 1 (2005), 6.

⁵¹ Cfr, Juan António REIG PLÁ, *La familia Cristiana comunidad de creyentes*, ed. Edicep. C.B., Valência, 1991, 11.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ AA.VV., *Sociologia*, ed. Texto editora, Porto, 2006, 197.

sustento já não depende deste”⁵⁴. As consequências fizeram-se sentir mais profundamente porque enquanto “nas sociedades tradicionais as famílias desejavam ter muitos filhos, pois estes eram economicamente rentáveis, trabalhando para o sustento do lar, para as sociedades industrializadas, as crianças deixaram de constituir um bem económico para se tornarem um encargo dispendioso”⁵⁵, pois deixaram de ter a mãe a tempo inteiro em casa.

Por outro lado, acontece o fenómeno do crescimento urbano. Passamos de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. As populações começaram a ficar mais concentradas em grandes núcleos com habitações de pequenas dimensões e, muitas vezes, inadequadas⁵⁶, pois as vivendas rurais são maiores e “abrigam” mais membros familiares. Assim, “na maioria das casas torna-se inviável a família extensa, que caracterizava a sociedade rural, pois as novas condições de vida e as dimensões das novas vivendas não permitem a convivência no mesmo lugar das distintas gerações e dos muitos parentes que antes habitavam juntos. A chamada *família nuclear*, própria desta nova sociedade, está fechada, com efeito, sobre o núcleo dos pais e dos filhos, o seu tamanho foi-se reduzindo, conjuntamente com outras situações de carácter económico e cultural, pelas novas dimensões das vivendas”⁵⁷. Como consequências, os laços de parentesco foram-se esquecendo e perdem-se cada vez mais. Com o passar dos tempos, e com a família fechada no seu núcleo, “vai acontecendo a dispersão, em pequenos núcleos, dos distintos membros da anterior família extensa”⁵⁸, ao ponto de se perderem as ligações familiares e de, muitas vezes, já não se conhecerem os graus de parentesco.

Por estas razões, as funções estritamente familiares passaram a ser assumidas pela sociedade. A família “foi perdendo, paulatinamente, as suas funções de carácter económico, educativo, recreativo ou, simplesmente, assistencial”⁵⁹. A ausência da família fez-se notar na função educativa e na assistencial. Dissemos anteriormente que a família tem a primordial função de educar nos valores humanos e sociais e que essa educação tem muita influência na construção da personalidade da criança. Mas, infelizmente, “a família transmite tanto uns determinados valores como a sua ausência. Tal ausência evidencia-se com frequência numa confusão das

⁵⁴ *Ibidem*, 196.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ Cfr, Juan Antonio REIG PLÁ, *La familia Cristiana comunidad de creyentes*, op.cit., 12.

⁵⁷ *Ibidem*, 12.

⁵⁸ *Ibidem*, 21.

⁵⁹ *Ibidem*, 22.

normas. A falta de normas na infância pode deixar um vazio que dificilmente se pode colmatar com o passar do tempo”⁶⁰.

Nas últimas décadas os valores mudaram muito. Foi-se criando “uma sociedade que supervaloriza a capacidade aquisitiva, o lucro e o consumo; que glorifica a agressividade na política e nos negócios; que trabalha para lucrar e busca a diversão por si mesma; que anseia a sociedade e a satisfação, o instalamento e a comodidade; que se afasta das necessidades alheias e busca mil desculpas para os lamentos”⁶¹.

Os problemas da família prendem-se com o trabalho, o tempo, os horários e as deslocações. Estes fatores levam à falta do diálogo e da presença, do “estar em família”. De salientar ainda que antigamente os filhos saíam muito jovens de junto dos seus pais. Hoje vemos que a grande maioria deles se instalam confortavelmente e não têm pressa de abandonar a casa paterna/materna, levando uma vida noturna muito intensa e deixando-se seduzir pela sociedade hedonista que “os utiliza como material para os seus objetivos e negócios”⁶².

A função assistencial também se perdeu. As crianças e idosos são encaminhados para jardins de infância e centros de acolhimento ou de apoio domiciliário que, muitas vezes, se revelam “insuficientes e levam à dispersão da família, contribuindo para a sua desumanização”⁶³. Assim se torna cada vez menor a convivência entre pais e filhos e outros elementos da família, e esta torna-se incapaz de responder aos problemas que vão surgindo.

Mas a grande debilidade e instabilidade da família encontra-se nos conflitos e nas hostilidades que surgem no seu seio e que levam, a grande maioria das vezes, à separação e ao divórcio. Durante muitos séculos, o casamento no ocidente era tido como indissolúvel, isto é para toda a vida, como continua a defender a Igreja Católica. Hoje, exceto para uma pequena minoria da população, o casamento já não tem ligação com o desejo de eternizar a posição social entre gerações, mas avalia-se como sendo uma satisfação pessoal que uma vez satisfeita, deixa de ter importância para os cônjuges⁶⁴. Nas sociedades ocidentais “acabou-se com a ideia de que um matrimónio que de antemão excluía ter filhos é também um matrimónio. Generalizou-se o conhecimento e o uso das técnicas anticoncetivas. Caiu a taxa de nupcialidade e, mais ainda a taxa de natalidade. Aumentou a aprovação social e a prática da coabitação não institucionalizada

⁶⁰ José Román FLECHA ANDRÉS, *Cultura familiar y valores ético-religiosos*, in Dionisio Borobio (coord), *Família y Cultura. La familia en el umbral del año 2000*, ed. Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 1998, 327.

⁶¹ *Ibidem*, 355-356.

⁶² Juan Antonio REIG PLÁ, *La familia Cristiana comunidad de creyentes*, *op.cit.*, 26.

⁶³ *Ibidem*, 25.

⁶⁴ Cfr, Antohony GIDDENS, *Sociologia*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997², 480.

do par, bem como a fecundidade extramatrimonial e a aceitação da maternidade em solteira. Entende-se o matrimônio como uma sociedade baseada no entendimento dos cônjuges e não na procriação. Como consequência generalizou-se a aceitação social do divórcio”⁶⁵. A separação e o divórcio originaram novos modelos familiares. Na verdade, “a um modelo homogêneo de família, vieram juntar-se outros, onde várias combinações são possíveis. Entre estas destacam-se, particularmente, a família monoparental e recomposta”⁶⁶. As famílias monoparentais são cada vez mais comuns e “na sua grande maioria são encabeçadas por mulheres, na medida em que a mulher fica habitualmente com a custódia dos filhos na sequência de um divórcio”⁶⁷.

Hoje é muito comum a existência de um novo casamento civil que faz surgir aquilo a que chamamos de famílias recompostas. Estas podem “apresentar diferentes configurações. A composição dominante é a de uma mulher divorciada ou que viveu anteriormente em uniões consensuais com filhos e um homem divorciado sem filhos. No entanto, também aparecem casos em que o homem e a mulher ao partirem para uma nova união levam consigo os filhos das uniões anteriores. Neste caso, é frequente a coabitação de filhos de três proveniências diferentes: o das uniões anteriores e os que podem nascer da nova união”⁶⁸. Estas misturas de filhos provenientes de ambientes diferentes podem tornar-se perigosas, devido aos diferentes comportamentos recebidos na anterior família.

As grandes mudanças sociais antes e após a revolução industrial tiveram repercussões negativas na família, nomeadamente, a instabilidade familiar. Por isso “a *família nuclear* formada pelo pai e a mãe casados, criando em conjunto os filhos no seio do espaço doméstico, é hoje concebida de modo diferente e, em muitos casos, mostra-se mais enfraquecida”⁶⁹. É comum encontrarmos “casais dispersos, famílias recompostas e monoparentais, pais superocupados, crianças maltratadas ou quase entregues a si mesmas diante da televisão e da Internet, ou ao cuidado diário de instituições educativas. Sem sombra de dúvida, nunca as relações familiares foram tão complexas como agora, sem, no entanto, dizer-se que são melhores ou piores do que no passado. A par das crianças maltratadas em algumas famílias, outras nunca em tempo algum

⁶⁵ José Román FLECHA ANDRÉS, *Cultura familiar y valores ético-religiosos*, in Dionísio Borobio (cord), *Família y Cultura. La familia en el umbral del año 2000*, art.cit., 331-332.

⁶⁶ Engrácia LEANDRO, *Complexidade das estruturas familiares na sociedade moderna*, in *Theológica*, Vol. XXIX, 1 (1994), 27.

⁶⁷ Anthony GIDDENS, *Sociologia*, op.cit., 484.

⁶⁸ Engrácia LEANDRO, *Complexidade das estruturas familiares na sociedade moderna*, art.cit., 24.

⁶⁹ Engrácia LEANDRO, *Famílias. Visão panorâmica sobre o resultado dos últimos censos*, art.cit., 8.

foram objeto de tantos cuidados parentais e de relações afetivas tão intensas”⁷⁰, precisamente porque um dos progenitores não vive com elas.

A cultura da individualidade que gerou o egocentrismo e o individualismo; a cultura do provisório, do prazer, do consumo e bem estar material, da facilidade, da irresponsabilidade, da morte e da mediastês; as dificuldades resultantes das estruturas sociais e dos abusos da liberdade individual⁷¹, conjuntamente com a falta “dos valores que são constitutivos da família, ameaçam a solidez da instituição familiar e impedem-na de concretizar no mundo a sua vocação de sinal e instrumento do amor de Deus”⁷².

Concluimos que se perdeu o antigo modelo familiar herdado do direito romano e canónico, criando-se novos modelos, mais em conformidade com as mudanças e os anseios sociais, à medida que a industrialização e a urbanização se foram desenvolvendo. Mexeu-se com o casamento, a filiação e a chefia da sociedade conjugal. As mudanças na sociedade ao nível das suas estruturas internas e das suas funções, o tirar poder à autoridade do pai, a divisão de trabalho no seio da família e os divórcios, fizeram com que surgissem várias tipologias familiares. Assistimos a uma multiplicidade de agregados familiares que se vão modificando de harmonia com a dinâmica dos seus elementos e da procura egoísta da felicidade. Mesmo assim, não se pode, nem se deve marginalizar aquelas famílias onde a sua estrutura não corresponde ao modelo dominante da sociedade na qual está inserida.

Para que cada aluno da turma três do sexto ano seja capaz de identificar a tipologia de família à qual pertence, para que ninguém se sinta discriminado por pertencer a uma família do tipo X ou Y, apresentamos de seguida as várias tipologias de família que são definidas quanto ao agregado familiar e quanto ao número de membros que a constituem. Assim, quanto ao número de membros que a constituem, encontramos três tipos de família:

Monoparentais – aquela família que é formada por um só dos progenitores e é fruto de divórcio, simples separação dos pais, morte de um dos elementos da família ou mães solteiras.

Biparentais – formada pelos dois progenitores.

Numerosas – famílias com mais de três filhos.

Quanto ao agregado familiar encontramos as seguintes tipologias familiares:

Agregado isolado – Viúvo ou viúva sem filhos, pessoa solteira.

⁷⁰ *Ibidem*, 10.

⁷¹ Cfr, CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral: A família, esperança da Igreja e do mundo*, ed. Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 2004, nº (s) 10-20.

⁷² *Ibidem*, nº20.

Agregado não conjugal – Pessoas que, sendo ou não parentes, vivem juntas.

Agregado familiar simples (família conjugal ou nuclear) – Dois adultos que vivem com os filhos biológicos ou adotados; casais sem filhos; viúvo ou viúva que vive com filhos.

Agregado familiar alargado ou extenso – Família com elevado número de membros, onde se incluem vários graus de parentesco, para além dos filhos. No mesmo espaço coabitam o casal, os filhos e parentes que podem ser de diferentes gerações.

Agregado familiar múltiplo – É a família formada por um núcleo principal e outro secundário.

Destas tipologias de família podemos concluir que encontraremos sempre um tipo de família, na qual se enquadra a nossa, e que as finalidades comuns a esta diversidade são: a educação e a sobrevivência do grupo.

Chegados que estamos ao século XXI deparamo-nos com a família pluralista, porque surgiram novos tipos da família, que não sendo apresentados na unidade letiva julgamo-los importantes de serem referidos, mais no sentido se serem conhecidos. Encontramos cada vez mais as chamadas famílias recompostas que “são o resultado da constituição de laços conjugais depois do divórcio. Os seus elementos não estão todos ligados forçosamente por laços de parentesco e de consanguinidade, pois pelo menos um dos adultos pode ter filhos de casamentos anteriores”⁷³; encontramos as famílias comunas “que são um fenómeno social amplo, mais que familiar, e com uma variedade que torna difícil a sua apresentação de forma breve, como mais um tipo emergente de família. Com esta perspectiva ampla, diz-se que constituem uma comuna todos os indivíduos que se comprometem com um grupo somente e não com muitos, como habitualmente sucede”⁷⁴. São formas de vivência onde, por vezes, o relacionamento sexual é livre e a educação das crianças está entregue à comunidade.

Prolifera cada vez mais a coabitação, que em Portugal chamamos de “união de facto” onde os casais mantêm uma relação estável, vivem em conjunto, não realizaram o casamento, mas têm estatuto legal.

Outras tipologias de família poderíamos apontar tais como as famílias homossexuais, “os filhos canguru” que não se casam e vivem muito tempo, senão sempre, com os pais. Se noutros tempos se verificava que a maioria das famílias era constituída pelos pais e respetivos filhos, hoje já não é bem assim. Crescem e multiplicam-se as famílias monoparentais e as famílias recompostas.

⁷³ Dinis DA FONSECA, *Responsabilidades familiares*, op. cit., 93.

⁷⁴ AA.VV., *A crise da instituição familiar*, ed. Salvato editores, Barcelona, 1979, 121.

Salientar ainda que, apesar das várias tipologias de família, na nossa civilização ocidental continuamos a ter a família tradicional, a industrial e a pós industrial. A tradicional fundamenta-se nos princípios básicos da autoridade que é personificada no pai/marido com poderes sobre o resto da família; a família industrial que apareceu quando surgiu a emigração do campo para a cidade, à procura de emprego. As estruturas familiares modificaram-se passando da família extensa ou alargada para a família conjugal, constituída apenas pelo pai, a mãe, filhos e, excecionalmente, os avós. Isto leva-nos a concluir que na família atual ainda há alguns traços da família tradicional que não se perderam.

3. O amor: fundamento da vida familiar

Todo o Homem sente a necessidade de ser amado, de proteção e de segurança. Nos primeiros anos de vida a criança tem necessidade de se sentir segura, de ser aceite e querida pela família, começando pelos pais. Estas relações precoces estão na origem das relações de confiança com os outros. O espaço ideal para que se desencadeiem os principais acontecimentos da vida humana, tais como nascimento, união, procriação, partilha e amor, chama-se família. Fala-se muito de família, da sua constituição, dos vários tipos de família, dos problemas familiares, enfim, de quase tudo o que à família diz respeito. Numa sociedade tão pluralista e com tantas ideologias, o amor na família é, muitas vezes e de muitos modos, confundido e/ou tido como algo secundário à vida familiar.

Apesar disso, é preciso que os adolescentes sejam capazes de compreender que uma família feliz é aquela que tem por alicerce a vivência do amor. Amar “significa dar e receber aquilo que não se pode comprar nem vender, mas apenas livre e reciprocamente oferecer”⁷⁵. Na família, o amor começa pelos esposos que se doam, entregam e respeitam um ao outro em comunhão conjugal. “Esta comunhão conjugal radica na complementaridade natural que existe entre o homem e a mulher e alimenta-se mediante a vontade pessoal dos esposos de compartilhar, num plano de vida integral, o que têm e o que são”⁷⁶. Este amor desinteressado, gratuito e que deseja sempre o bem do outro vai criando laços de comunhão. Tais laços devem ser cuidados ao longo da vida para que quando surgirem problemas no seio da família, eles sejam vividos em conjunto com a pessoa que se ama, surgindo espontaneamente a capacidade suficiente para os resolver e ultrapassar. Unidos pelo matrimónio, um homem e uma mulher entregam-se um ao outro, prometem fidelidade, constituem “uma só carne” e vivem em comunhão de amor,

⁷⁵ JOÃO PAULO II, *Carta às famílias*, op.cit., nº11.

⁷⁶ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, ed. São Paulo, Lisboa, 1994, nº19.

formando uma comunidade, uma família, a qual “*sem o amor não pode viver, crescer e aperfeiçoar-se como comunidade de pessoas*”⁷⁷. Esta comunidade de pessoas unidas pelo amor irá transmitir aos filhos aquilo que por eles é vivido, porque “a comunhão conjugal constitui o fundamento sobre o qual se continua a edificar a mais ampla comunhão da família: dos pais e dos filhos, dos irmãos e das irmãs entre si, dos parentes e de outros familiares”⁷⁸.

O amor é, pois, essa “força interior que dá forma e vida à comunhão e à comunidade familiar”⁷⁹. A família é “a primeira e mais abundante fonte de amor irradiante, porque é a união mais íntima e fecunda que pode existir entre os humanos, e é imagem dinamogénica do Amor Superior e Sublime; é a fonte natural do amor, da confiança e mútuo respeito, do espírito de abnegação e sacrifício necessário à vida social”⁸⁰.

Concluimos então que a família “encontra no amor o motivo e o estímulo incessante para acolher, respeitar e promover cada um dos seus membros na altíssima dignidade de pessoas, isto é, de imagens vivas de Deus”⁸¹ e que “o amor que anima as relações interpessoais dos diversos membros da família, constitui a força interior que plasma e vivifica a comunhão e a comunidade familiar”⁸². Quanto mais profunda for a relação entre duas pessoas, tanto mais íntimos serão os gestos utilizados para exprimir essa relação. Assim se formam cidadãos bons e responsáveis, onde todos os membros da família vão sentindo a corresponsabilidade de edificar “a comunhão de pessoas, fazendo da família uma ‘escola de humanismo mais completo e mais rico’”. Isto consegue-se por meio dos cuidados e o amor para com os mais pequenos, os doentes e os anciãos; com o serviço recíproco de todos os dias; com a comparticipação nos bens, nas alegrias e nos sofrimentos”⁸³.

O amor é, pois, o primeiro e mais importante valor pelo qual cada família se deve guiar, pois sem ele não há verdadeira vida familiar. Sendo a base para todas as famílias, é-o em particular para as famílias cristãs, que conduzem a sua vida pelas normas e preceitos do Evangelho. “A família cristã, ao mesmo tempo que edifica a Igreja pela caridade, põe-se ao serviço do homem e do mundo, realizando verdadeiramente a promoção humana, cujo conteúdo se encontra sintetizado na mensagem do sínodo à família: É vossa tarefa formar os homens para o

⁷⁷ *Ibidem*, nº 18.

⁷⁸ *Ibidem*, nº21.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ Torre DE ASSUNÇÃO, *Família*, in *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, coordenação de António Pereira Dias DE MAGALHÃES, Manuel Alves DE OLIVIRA e outros, *art. cit.*, 331.

⁸¹ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, *op.cit.*, nº22.

⁸² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral A Família, esperança da Igreja e do mundo*, *op.cit.*, nº4.

⁸³ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, *op.cit.*, nº21.

amor e educá-los a agir com amor em todas as relações humanas, de modo que o amor fique aberto à comunidade inteira, imbuído do sentido de justiça e de respeito para com os demais, consciente da própria responsabilidade para com a mesma sociedade”⁸⁴. Amor é doação, entrega e disponibilidade. Amar é dar a vida, dar-se a si mesmo, receber e reconhecer, confiar e esforçar-se, perdoar e apoiar, proteger e partilhar, renunciar e compreender, enfrentar e renovar, solidarizar-se e dialogar.

4. Funções da família

Todas as famílias devem exercer ativamente as suas funções de humanização e socialização. O cumprimento das funções familiares é um suporte para a criação da estabilidade. É importante que os pré-adolescentes e adolescentes conheçam as funções próprias da família, uma vez que esta “é a célula geradora e formadora de bons cidadãos e de grandes homens”⁸⁵ e mulheres. São muitas as funções da família mas, tendo em consideração, mais uma vez, os alunos da turma três do sexto ano da Escola Doutor Francisco Sanches, vamos apresentar as que consideramos fundamentais para que os alunos percebam que “a base da educação e da formação social e política do Homem, mais proveitosa e útil, nunca foi nem será a cultura da inteligência, mas a do coração, a da vontade e a do caráter”⁸⁶ que se inicia na vida familiar e não na escola ou outra instituição educativa.

Antes de mais convém salientar que as funções da família foram variando conforme as culturas, os tempos e as épocas. Olhando para a família tradicional encontramos algumas funções básicas às quais se dava cumprimento: “unidade e produção económica (agrícola ou artesanal) e de consumo. Nesta instituição residia a capacidade produtiva da sociedade. (...); agente de educação e transmissão de valores culturais e religiosos. É o lugar da educação e transmissão dos valores culturais de uma geração para a outra: língua, tradições, religião. Mantinha-se assim uma cultura tradicional onde a transmissão de valores era estável e sólida; espaço para a socialização primária e secundária nas suas dimensões pessoais, afetivas e interpessoais...”⁸⁷. Estas funções foram aquelas que se cumpriam na Família de Jesus de Nazaré, como à frente iremos refletir mais pormenorizadamente.

⁸⁴ *Ibidem*, nº64.

⁸⁵ Dinis DA FONSECA, *Responsabilidade Familiares*, op.cit., 73.

⁸⁶ *Ibidem*, 73-74.

⁸⁷ Agustín Domingo MORATALLA, *Ética de la vida familiar, Claves para una ciudadanía comunitaria*, ed. Desclee de Brouwer, Bilbao, 2006, 39.

Com a industrialização alteraram-se as condições de vida familiar, como já dissemos anteriormente. Mesmo assim, a família não deixa de desempenhar as suas funções. Vejamos então quais as funções da família.

4.1. Função humanizadora

Enquanto lugar de partida e de chegada, de ternura e de responsabilidade, de impulso e de descanso, de diálogo e colaboração, entre outros papéis e funções, a família é capaz de fazer circular entre os seus membros os dons recebidos. É a partir da família e na família que a pessoa deseja encontrar aquele espaço que seja verdadeiramente humanizador. O acolhimento, o carinho, a liberdade, a compreensão e a ajuda são alguns aspetos que tornam o Homem mais Homem. A família humaniza se for capaz de amar, pois “quando na família se ama e se ensina a amar, então ensina-se a ser Homem em plenitude”⁸⁸.

A formação do ser humano, além do amor vivido e transmitido, passa também pelo conhecimento e respeito que se deve ter pelos direitos humanos. Na verdade é respeitando o direito à vida, à saúde, à segurança, à privacidade, à independência, à dignidade e liberdade que contribuímos para a humanização. É dando liberdade e exigindo responsabilidade que a família vai humanizando os seus membros. A verdadeira e autêntica liberdade é aquela que se exerce com responsabilidade. A liberdade implica sempre a responsabilidade, caso contrário deixa de ser liberdade. Ela ensina a conviver com as outras liberdades, até mesmo com as falsas liberdades que são fruto da irresponsabilidade. Assim “compete aos pais, não só se comportarem responsabilmente entre si e com os filhos, mas também educar para este exercício permanente da liberdade na responsabilidade”⁸⁹.

Todo o ser humano passa por inúmeras situações que causam alegrias, tristezas, sofrimento, conquista e derrotas. É preciso ensinar a criança a conhecer estas diferentes experiências de vida para que quando acontecerem, nomeadamente as mais negativas, haja a capacidade de as enfrentar e superar. “A melhor humanização não é aquela em que se ocultam as situações difíceis ou negativas da vida (por exemplo os fracassos profissionais, as doenças, a morte, (...), mas a capacidade para assimilá-las, assumindo assim a própria conduta humana”⁹⁰. Por isso se diz que “quando uma família educa, culturaliza, forma, motiva e ajuda os seus

⁸⁸ Dionísio BOROBIO, *Família, Sociedad, Iglesia. Identidad y misión de la familia Cristiana*, ed. Desclée de Brouwer, Bilbao, 1994, 55.

⁸⁹ *Ibidem*, 62.

⁹⁰ *Ibidem*.

membros, capacitando-os para o seu futuro, está a contribuir para um dos mais excelentes atos de humanização”⁹¹. Salientar ainda que se deve ensinar a discernir a realidade, isto é, ensinar a distinguir o bem do mal, o justo do injusto, o útil do inútil, o verdadeiro do falso. Isto exige que a pessoa conheça critérios, tenha referências axiológicas e éticas que lhes proporcione discernimento. Tais referências devem ser encontradas na família que tem a obrigação de “ensinar a valorizar todos os meios que invadem a casa (TV, jornais, rádio), os acontecimentos e as situações que aparecem”⁹². Assim ensinando, valorizando e testemunhando, estamos a humanizar a família.

4.2. Função socializadora

Na família aprende-se a viver as virtudes sociais mais importantes. A família é a origem de vida e o espaço onde se cresce no amor. Ela “é a célula originária da vida social. Ela é a sociedade natural em que o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida. A autoridade, a estabilidade e a vida de relações no seio da família constituem os fundamentos da liberdade, da segurança, da fraternidade no seio da sociedade. A família é a comunidade em que, desde a infância, se podem aprender os valores morais, começar a honrar a Deus e a fazer bom uso da liberdade. A vida em família é a iniciação à vida em sociedade”⁹³. Este crescimento acontece através dos afetos, da confiança, da intimidade e da liberdade. Nesta função primordial “é pedido à família que, mesmo com todas as dificuldades, procure o caminho para se tornar a área mais idónea à experiência de valores como a gratuidade, o diálogo e a aceitação do outro”⁹⁴.

Para o desenvolvimento harmonioso da personalidade, é preciso que na família exista um clima afetivo particular. É importante e insubstituível o afeto. “A família é a primeira escola dos afetos, o berço da vida humana, onde o mal pode ser enfrentado e superado. A família é um recurso precioso de bem para a sociedade. Ela constitui a semente da qual nascerão outras famílias, chamadas a melhorar o mundo”⁹⁵. As crianças precisam, ao longo do seu crescimento, de orientação e apoio dos membros familiares, que são “o espaço onde, em primeira mão, se

⁹¹ *Ibidem*, 63.

⁹² *Ibidem*, 139.

⁹³ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, ed. Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000², art. 2207, 542-543.

⁹⁴ Carlo Maria MARTINI, *Aonde vais família? Reflexões sobre a vida familiar*, ed. São Paulo, Coleção Família – 9, Lisboa, 1996, 103.

⁹⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *A Família, o Trabalho e a Festa, Catequeses preparatórias para o VII Encontro Mundial das Famílias*, ed. Lucerna, Cascais, 2011, 48-49.

transmitem valores, não apenas de palavras, mas sobretudo através de gestos concretos (...). Garantir às crianças condições de bem estar e despertar nelas a consciência da sua dignidade e da dignidade de todos os seres humanos constituem os grandes objetivos da educação familiar”⁹⁶.

Os mais novos têm a necessidade de ser protegidos e sentirem-se respeitados e amados. A presença do modelo masculino e feminino, com a sua autoridade moderada, é enriquecedora em todo o processo do desenvolvimento das crianças. Não poucas vezes, em conselhos de turma, fala-se de comportamentos inadequados à escola. A maioria dos casos residem no facto de os alunos não terem a presença da figura paterna e/ou materna. Palavras, gestos concretos, dedicação dos membros uns aos outros, acompanhados da atenção às necessidades de todos, não só garantem o bem estar do grupo familiar, como os membros mais novos da família se vão abrindo aos outros, desde os mais próximos até à sociedade no geral. Como “fonte de conservação e desenvolvimento da raça (fecundidade física); a base primária da educação, da disciplina e harmonia social (fecundidade educativa e moral); fundamento de ordem política e administrativa (fecundidade política); como fonte de vida social cristã (fecundidade espiritual); meio e caminho de santidade (fecundidade sobrenatural) ”⁹⁷, a família é o lugar por excelência para a socialização da criança.

“A função de socialização tem por objetivo transmitir à criança as ideias, os valores e os conceitos fundamentais da sociedade, ou seja, permitir a interiorização da cultura no seio da qual a criança nasce (socialização primária) ”⁹⁸. Tanto assim é que os primeiros hábitos morais, as virtudes sociais e cívicas, o não podes, não deves, não faças, está bem, está mal, tem cuidado, tudo isto é ensinado na e pela família, e desde tenra idade. Dela recebemos aqueles valores importantes, que servem para toda a vida. Do seio familiar recebemos também um nome, uma filiação e uma identidade e somos admitidos na sociedade. Daí que todo o papel de instruir pertence à família. Embora o desenvolvimento social se prolongue ao longo da vida, o certo é que a família socializa de um modo diferente das outras instituições, dada a sua estrutura e ambiente específicos e únicos

Às vezes, os ambientes familiares nem sempre são os melhores devido às tensões e aos conflitos, que dificultam uma convivência pacífica entre os membros. Isto tem efeitos muito negativos na formação da personalidade da criança.

⁹⁶ Dinis DA FONSECA, *Responsabilidades Familiares*, op.cit., 79-80.

⁹⁷ Jorge Augusto PEREIRA, *Nós e o Mundo, Manual de Educação Moral Religiosa Católica*, op.cit., 23.

⁹⁸ AA.VV., *Área de Integração I*, op.cit., 92.

A transmissão cultural com todas as suas envolvências é também uma função muito importante da família, apesar do papel da escola, e de outros meios educativos. Hoje, como refletimos na primeira parte deste relatório, os pais delegam a função cultural e social na escola, mas por exemplo “na idade média as crianças eram encaradas como adultos em miniatura e tratadas como tal, e a sua socialização era realizada pelo grupo social alargado (parentes, vizinhos, etc.)”⁹⁹. Há autores que têm alertado os pais/encarregados de educação para o seu alheamento nesta importante função familiar, já que a família “histórica e sociologicamente, é a primeira célula da sociedade; mas, mais do que célula, pode dizer-se órgão onde permanentemente se fabricam e lançam nas artérias do corpo social os elementos que o estruturam e fomentam”¹⁰⁰. É, portanto, a família que programa, acompanha e vai modelando o comportamento e a identidade da criança, “para o desempenho de certos papéis correspondentes ao seu estatuto. Viver e crescer numa família é, afinal, uma preparação para uma situação de classe. Os valores, os hábitos de vida, as normas que a criança interioriza enquadram-na em determinado estrato social, podendo dificultar-lhe ou facilitar-lhe a subida na hierarquia social”¹⁰¹.

A família é assim um importante agente de socialização onde se faz a verdadeira experiência de vida, onde se corrigem defeitos e imperfeições, onde se toma consciência das fraquezas e onde se modelam personalidades, permitindo a possibilidade de cada pessoa se integrar e desenvolver com sucesso nos seus papéis sociais, a chamada socialização secundária.

4.3. Educar nos valores – função urgente

Vivemos num mundo onde se difunde a cultura do “eu”, o bem estar material e o egoísmo como valores de referência da sociedade. Além da função social e humana, a família tem a obrigação de educar para os valores. Esta função mistura-se com as duas anteriores. Mas vamos dar-lhe um trato à parte, dada a importância e a urgência de educar nos valores a sociedade de hoje.

“Não obstante as dificuldades da obra educativa, hoje muitas vezes agravada, os pais devem, com confiança e coragem, formar os filhos para os valores essenciais da vida humana”¹⁰².

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ Torre DE ASSUNÇÃO, *Família*, in *Enciclopédia Luso Brasileira*, coordenação de António Pereira Dias DE MAGALHÃES; Manuel Alves DE OLIVIRA, *art. cit.*, 332.

¹⁰¹ AA.VV., *Sociologia*, *op.cit.*, 187.

¹⁰² JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, *op.cit.*, nº37.

Assim, “a generosidade, a disponibilidade para partilhar, a compreensão, a tolerância, o perdão, a contínua abertura à reconciliação, a solidariedade na ajuda mútua, a fidelidade às pessoas e ao projeto comum, o respeito pela vida e pela dignidade de cada elemento que integra a comunidade familiar, a intimidade construída na ternura e na doação”¹⁰³, são alguns dos valores que se devem aprender no seio familiar, dado ser o espaço onde entramos em contacto com a realidade e onde vamos descobrindo a nossa identidade, aprendendo a distinguir, a clarificar e a apreciar aquilo que nos rodeia. Por isso os valores humanos são essenciais para a realização pessoal e social. Por eles “o Homem aprende a descobrir o sentido da vida e da relação humana”¹⁰⁴. É reconhecendo a igualdade de cada pessoa que faz parte do agregado familiar, entregando-se ao outro sem contrapartidas, abrindo-se ao diálogo e aceitando o outro mesmo sabendo que ele pensa de maneira diferente, que vão surgindo os valores da justiça, igualdade, honra, fidelidade, solidariedade, diálogo e liberdade.

Como transmissora de ideologias de uma geração para outra, na família devem proliferar sempre os valores. Os comportamentos e atitudes aprendidos na infância acompanham a pessoa ao longo da sua existência; a falta deles pode criar um vazio que dificilmente se ultrapassará com o passar do tempo. Por conseguinte, é urgente recuperar e ensinar os valores do amor, do diálogo, bem como os valores religiosos.

Nas famílias cristãs, em particular, e “em virtude da sua dignidade e missão, os pais cristãos tem o dever específico de educar os filhos para a oração, de os introduzir na descoberta progressiva do mistério de Deus e no colóquio pessoal com Ele”¹⁰⁵. É preciso que os filhos descubram que os seus pais se amam, pois, “o amor que é percebido no lar ajuda-os a descobrirem-se a si mesmos. Esse amor testemunha e significa o amor da gratuidade. Assim o amor é educador e procura converter a família num grupo socialmente reconhecido”¹⁰⁶. Além do

¹⁰³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral “*A família, esperança da Igreja e do Mundo*”, *op.cit.*, nº9.

¹⁰⁴ Dionísio BOROBIO, *Família, Sociedad, Iglesia. Identidad y misión de la familia Cristiana*, *op.cit.*, 136.

¹⁰⁵ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, *op.cit.*, nº 60.

¹⁰⁶ José Román FLECHA ANDRÉS, *Cultura familiar y valores ético-religiosos*, in Dionísio Borobio (coord), *Família y Cultura. La familia en el umbral del año 2000*, *art.cit.*, 338.

amor é preciso o diálogo, pois o diálogo é confiança e respeito pelo outro. O fruto mais precioso do diálogo é a união da verdade com o amor. Urge ainda tornar visível na família o estilo de Deus. Precisa-se descobrir a mensagem do Evangelho, verdadeiro valor humano e, porque Evangelho, valor cristão. O reino de Deus não assenta nos princípios do ter e do poder, mas no amor. Tempos houve em que a função religiosa/espiritual, também foi muito importante e durante muito tempo. Esta função continua a ser relevante nas famílias ligadas a uma determinante religião. Por exemplo, entre povo Judeu, com as suas escolas, religião e tradições, praticamente nenhum dos membros do agregado familiar em idade escolar, estuda em escolas públicas. Bem ou mal, o certo é que a religião judaica é um valor fundamental para os seus seguidores.

No cristianismo vemos que já não é bem assim. Os colégios da Igreja Católica têm muitos alunos onde, por vezes, muitos deles, não professam a religião cristã, nem outra religião. Mas porque os pais acreditam que o ensino é melhor que o do Estado, então são admitidos nestes colégios, independentemente de professarem ou não o cristianismo.

Do exposto podemos concluir que só teremos uma sociedade a viver os seus verdadeiros valores se a família for capaz de ser a primeira “escola” educativa. Para que alunos do sexto ano de escolaridade entendam a mensagem, as famílias atuais devem desenvolver de modo particular uma série de valores: Centrarem-se no amor, que é a base de toda a vida familiar e, por isso mesmo a unidade letiva chama-se “a família, comunidade de amor”; respeito e liberdade pelos diferentes membros; reconhecimento mais justo do trabalho da mulher; maior atenção e acompanhamento dos filhos; maior abertura na participação social e democrática; maior comunicação entre os esposos e os filhos; maior consciência da responsabilidade educativa; maior colaboração e participação dos membros mais novos.

Com a entrada das mulheres no mundo do trabalho, o homem deixou de ser o único a ter de sustentar a família. Começou a participar nos trabalhos domésticos e a exercer o seu papel de pai de maneira nova, nomeadamente junto dos filhos de tenra idade. A vida doméstica tornou-se pertença de todos os membros do agregado familiar. Neste sentido também “as crianças, os adolescentes e os jovens são chamados a partilhar alguns deveres com os pais, manifestando solidariedade para com eles. De acordo com as capacidades próprias da idade, cada um pode contribuir para a vida familiar realizando alguns trabalhos necessários. A assunção de pequenas responsabilidades é igualmente importante para o seu processo de crescimento”¹⁰⁷ a todos os níveis. A ajuda mútua, a atenção que é dispensada, os serviços que cada um vai fazendo, tudo

¹⁰⁷ Jorge Augusto PEREIRA, *Nós e o mundo. Manual de Educação Moral Religiosa Católica, 6º Ano, op.cit.*, 132.

contribui para a união e a felicidade familiar. Além da prestigiosa ajuda que os mais novos dão à família, os pais ficam felizes porque veem os filhos a aprenderem e realizarem tarefas domésticas importantes para o seu futuro.

5. Família de Nazaré: uma comunidade de amor

Pelo Mistério da Encarnação Deus é aceite numa família humana, com uma determinada cultura e religião, a Família de Nazaré. É nela que Jesus nasce e é criado. A família de Nazaré é o exemplo do casal constituído por um homem e uma mulher, que estão unidos no amor de forma constante. Maria e José viveram de forma singela, humilde, simples, trabalhadora e cumprindo as tradições culturais e religiosas do seu tempo. Assim, “a família ideal e mais perfeita que apareceu sobre a terra é certamente aquela que é formada por José, a Virgem Maria e Jesus. A família de Nazaré apresenta-se como o modelo de todas as famílias cristãs. Nela se viveram profundamente os valores fundamentais, humanos e religiosos, de toda a família crente: o amor e a ternura, a fidelidade e o dom total de si aos outros membros da família, a fé em Deus e a docilidade ao seu querer, o auxílio mútuo nas provações da vida, a assiduidade na oração e o compromisso sério no trabalho, a obediência e a liberdade”¹⁰⁸. Uma família onde reinava a paz, a concórdia, o diálogo, a oração, a estima e o respeito mútuo.

Ao refletirmos sobre a Família de Nazaré como uma comunidade de amor e exemplo de todas as famílias do mundo quer sejam cristãs ou não, temos, impreterivelmente, de recuar no tempo e ir ao encontro dos costumes e tradições, caracterizar a vida social, política e económica da época.

A Palestina é um país dividido em três províncias: a norte encontramos a Galileia, no centro situa-se a Samaria e mais a sul está a Judeia. Na Galileia encontra-se a pequena cidade de Nazaré. Nazaré, que no tempo de Jesus, não gozava de boa reputação. “De Nazaré poderá vir alguma coisa boa?” perguntou Natanael ao apóstolo Filipe quando este lhe anunciava Jesus, o nazareno. Foi precisamente em Nazaré que Jesus cresceu e viveu com a Sua família durante a Sua infância e parte da juventude, até iniciar a vida pública.

Sob o domínio do Império Romano, as pessoas viviam da agricultura e da pesca. Por um lado os terrenos da Galileia eram muito férteis e as suas colheitas alimentavam muita gente. Neles se produzia o trigo, cevada, legumes, nozes, figos, uvas, entre outros. Nos altos montes

¹⁰⁸ Manuel Isidro ALVES, *A família na Bíblia: luzes e sombras*, in *Theológica*, Vol. XXIX, 1 (1994), 41-42.

podiam-se encontrar árvores que eram outra fonte de riqueza daquela região¹⁰⁹; por outro lado o mar da Galileia era uma importante economia de pesca.¹¹⁰

As famílias de então eram, por norma, do tipo extensa ou alargada¹¹¹ vivendo na mesma casa pessoas com diversos graus de parentesco, além dos filhos. O casamento era feito por contrato entre os pais dos noivos e, após um ano de noivado, durante o qual o noivo e a noiva permaneciam em casa dos respetivos pais, celebravam o casamento e passavam a coabitar, a viver juntos. O chefe de família e responsável religioso era o homem e tinha como funções familiares manter a segurança e zelar pelo bem-estar da família. Trabalhava para alimentar e proteger a mulher e os filhos¹¹². Foi isto o que fez José, um homem bom, justo e responsável, que cumpriu a sua missão de esposo e de pai adotivo de Jesus. As mulheres tinham a seu cuidado a vida doméstica confeccionando o pão, preparando as refeições, produzindo o queijo, fiando o linho, entre outras funções. Além disso tratavam dos animais que eram a garantia de carne, leite e lã¹¹³, e cuidavam dos filhos com muito carinho e afeto. Foi isto que fez Maria depois de ter sido escolhida por Deus, entre muitas jovens do seu tempo, para ser a Mãe de Jesus. “Maria encontrava-se noiva de José quando o anjo Gabriel lhe anunciou que tinha sido escolhida para ser a Mãe do Filho de Deus, cujo nome deveria ser Jesus”¹¹⁴. Os filhos mais crescidos iam com os pais para os locais de trabalho onde aprendiam a profissão dos pais¹¹⁵.

Desde muito cedo que os filhos eram ensinados nos deveres para com os pais: a honra, o respeito, a obediência e a humildade, entre outros valores. Os pais levavam-nos à sinagoga e aprendiam aquilo a que hoje chamamos de catequese. Era este o ambiente da Família de Nazaré. Uma família simples, estruturada e tida como modelo dos tempos de então e para os tempos de hoje. Maria e José educaram Jesus nas virtudes do amor, partilha, obediência, verdade, solidariedade, silêncio, oração e trabalho. Nesta escola de valores, Jesus foi crescendo em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens (Lc 2, 52), com todo o carinho e afeto, segundo os preceitos religiosos da época.

O ambiente social, económico, político e, sobretudo, o familiar em que Jesus cresceu e viveu serviu-lhe para que, durante a Sua vida, nas suas pregações recorresse muitas vezes à

¹⁰⁹ Cfr, Jorge Augusto Paulo PEREIRA, *Nós e o Mundo, Manual de Educação Moral Religiosa Católica, 6ºano*, op.cit., 114.

¹¹⁰ Cfr, *Ibidem*, 114.

¹¹¹ Cfr, *Ibidem*, 116.

¹¹² Cfr, *Ibidem*, 115.

¹¹³ Cfr, *Ibidem*.

¹¹⁴ *Ibidem*, 117.

¹¹⁵ Cfr, *Ibidem*, 115.

experiência vivida no lar de Nazaré. Jesus falava constantemente de sementeiras, de rebanhos, de pastores, das contribuições e impostos ao imperador. Tudo isto é fruto daquilo que por Ele foi vivido e experimentado durante a infância e parte da juventude.

A família de Nazaré “diz-nos de modo simples que Jesus (...) se fez menino, assume a nossa humanidade, cresce como um jovem no seio de uma família, vive a experiência da religiosidade e da lei, a vida quotidiana cadenciada pelos dias de trabalho e pelo descanso do sábado e do calendário das festas”¹¹⁶ judaicas do tempo de então.

Na humilde casa de Nazaré viveu-se uma vida modesta onde os membros se respeitavam mutuamente e a vida em comum era o primeiro princípio da família. Além da simplicidade e do amor compartilhado faziam-se as orações do bom israelita praticante daquele tempo. Por isso “Jesus vive numa família caracterizada pela espiritualidade judaica (...). ‘Os seus pais iam todos os anos a Jerusalém, para a festa da Páscoa. Tendo Ele completado doze anos, subiram a Jerusalém, segundo a tradição da festa’¹¹⁷. No regresso os pais apercebem-se que Ele não vinha na caravana. Vão à sua procura e encontram-no no templo com os doutores da lei (cf., Lc 2, 41-49). Na verdade “a família e a lei são o contexto onde Jesus cresce em sabedoria e graça. A família e a religiosidade judaicas, uma família patriarcal e uma religião doméstica, com as suas festas anuais, com o sentido do sábado, com a oração e o trabalho diário, com o estilo de um amor de casal puro e meigo, fazem compreender que Jesus viveu profundamente a sua família”¹¹⁸.

Com estes vínculos familiares, acompanhados da descrição e serenidade, devemos tirar algumas lições que servem para todas as famílias do mundo. Em primeiro lugar a lição do silêncio que ensina a família ao recolhimento, à interioridade, à escuta e à meditação. Num mundo com tanto barulho, o silêncio continua a ser indispensável e necessário às famílias; em segundo lugar a lição de comunhão de amor. A Sagrada Família ensina o que é verdadeiramente a família nas suas funções educativa, humanizante e socializadora, bem como o seu caráter sagrado; finalmente a lição de trabalho com o qual se ganha o sustento de cada dia. “Como a família de Nazaré, assim cada família confia à sociedade, através dos seus filhos, a riqueza humana que ela viveu, inclusive a capacidade de amar o inimigo, de perdoar sem se vingar, de se

¹¹⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *A família, o trabalho e a festa. Catequeses preparativas para o VII encontro mundial de família, op.cit.*, 19.

¹¹⁷ *Ibidem*, 20.

¹¹⁸ *Ibidem*.

alegrar com os sucessos do próximo, de doar mais do que aquilo que se lhe pede”¹¹⁹. Imitando o exemplo da Sagrada Família, todas as famílias do mundo podem crescer na sua missão, devem ser mais “igrejas domésticas”, mais santas e felizes, mais serviçais, mais unidas, mais abertas ao amor e aos outros, no serviço e no dom de si mesmas. “*Tudo seria bem melhor/ se o Natal não fosse um dia/ e se as mães fossem Maria/ e os pais fossem José/ e se a gente se parecesse/ com Jesus de Nazaré*”. Assim escreveu e canta o Padre Zezinho.

É e continuará a ser este o modelo de família apresentado pela Igreja Católica. Estas lições são tão importantes quanto urgentes à sociedade de ontem, de hoje e de sempre. Por isso o Papa Paulo VI quando se deslocou a Nazaré apelava à necessidade de as famílias “voltarem” a Nazaré para poderem contemplar o silêncio, a fidelidade, a integridade de vida, o trabalho duro e o amor.

Na conclusão da Exortação Apostólica sobre a Família e, invocando a proteção da família de Nazaré para todas as famílias do mundo, o Papa João Paulo II escrevia: “por misterioso desígnio de Deus, nela viveu o Filho de Deus escondido durante muitos anos: é, pois, protótipo e exemplo de todas as famílias cristãs. E aquela Família, única no mundo, que viveu uma experiência anónima e silenciosa numa pequena localidade da Palestina; que foi provada pela pobreza, pela perseguição, pelo exílio; que glorificou a Deus de modo incomparavelmente alto e puro, não deixará de ajudar as famílias cristãs, ou melhor, todas as famílias do mundo, na fidelidade aos deveres quotidianos, no suportar as ansiedades e tribulações da vida, na generosa abertura às necessidades dos outros, no feliz cumprimento do plano de Deus a seu respeito”¹²⁰. A família de Nazaré ensina-nos como se deve viver a comunhão de vida e amor, a beleza e o carácter real, sincero e privilegiado de uma autêntica vida familiar. Assim a Igreja recorda a mensagem de esperança, de fé e amor para com todas as famílias do mundo, imitando a Família de Nazaré como comunidade de amor.

¹¹⁹ *Ibidem*, 50.

¹²⁰ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, op. cit., 115. Nota: (Trata-se da conclusão).

6. Relações familiares entre gerações

Para terminar este primeiro capítulo da segunda parte do nosso relatório vamos, neste último ponto, fazer referência às relações entre duas gerações da sociedade: os mais novos e os mais idosos.

6.1. *Os mais novos*

Já lá vão os tempos, infelizmente, em que a família ao final do dia se reunia à volta da mesa ou da lareira e, para além da oração comum, conversava-se sobre o que tinha acontecido de bom e de menos bom durante o dia. O que de bom se fazia era louvado e para continuar a fazer; o menos bom era corrigido, muitas vezes com as repreensões e castigos. Assim crescemos e gravamos na memória esse saudável crescimento. O pai, a mãe e os avós tinham tempo para ouvir, ensinar e corrigir. Hoje já não é assim. Alteraram-se as relações entre gerações devido à importância que se começou a atribuir à socialização de grupos. Até então a família era responsável pela sociabilização da criança até à idade adulta, até ela ingressar no mundo do trabalho. Hoje as ideias dos pais tornam-se cada vez mais irrelevantes, sendo substituídas, muitas vezes, pelas ideias dos colegas. Os pais foram perdendo o seu papel de educadores.

Pais e os avós são vistos de maneira diferente. Perderiam a sua autoridade? Tornaram-se permissivos demais? O problema não reside nas respostas afirmativas ou negativas a estas duas questões. O problema está no facto de que os membros da família estão mais desligados daquelas imagens pré estabelecidas que implicavam o desempenho de papéis sociais onde até os pormenores estavam fixados, como já o dissemos anteriormente. Hoje as crianças “nascem e muito pouco tempo depois vão para as creches e para os jardins de infância, que são assim uma espécie de armazém, onde ficam às dúzias, para crescer e amadurecer à força e onde uma educadora, quando não vigilante, se asfalta por fazer tudo. E, faz certamente muita coisa, exceto o mais importante: conhecer e amar cada menino, porque não pode amar às dúzias”¹²¹. As crianças passam mais tempo fora do meio familiar do que no seio dele. Começaram a ficar mais sós. O ambiente de algumas décadas a esta parte, não deixando de existir, transformou-se e, como consequências, perderam-se os autênticos valores estritamente familiares. “A competitividade nas empresas aumentou e trouxe à tona da água o problema da falta de preparação dos trabalhadores. Meio mundo passou a aliar ao trabalho uma sobrecarga de esforço em múltiplas reuniões, cursos de formação, etc. Os pais passam a chegar a casa mais tarde, mais cansados, menos disponíveis –

¹²¹ Daniel SAMPAIO, *Inventem-se Novos Pais*, ed. Caminho, Lisboa, 2001, 177.

e os meninos ficaram mais abandonados. O sagrado profanou-se e o profano, em diversas circunstâncias, ganhou foros de sagrado. As coisas deixaram de ser morais ou imorais para serem amorais – e os meninos ficaram mais perplexos. Começou-se a duvidar de tudo ao mesmo tempo e os crescidos e os meninos ficaram atrapalhados. A crise da ideologia, como quadro de referências, instalou-se. As gentes, as pessoas, os seres tornaram-se nas massas – e os crescidos e os meninos ficaram confusos”¹²². Chegamos assim a esta sociedade de cariz liberal, onde a liberdade foi ultrapassada pela libertinagem. “As famílias projetam na escola as suas inquietações de medo, de falta de tempo e disponibilidade para amar, proteger e educar, e anseiam que a escola cumpra também estas tarefas, o que humana e tecnicamente é impossível”¹²³ porque, como já dissemos, estas são funções da família e não da escola. Assim a relação dos mais novos com a família é uma relação de final de dia. O cansaço e os afazeres domésticos, aliados ao entretenimento, roubam espaço ao diálogo e à relação familiar de outros tempos.

6.2. *Os mais idosos*

Um dos grandes problemas sociais dos países europeus, incluindo Portugal, é o envelhecimento da população, dado o aumento da esperança de vida. A velhice é uma preocupação pessoal e social. “Do ponto de vista económico, uma pessoa ou produz ou consome. Ora o idoso (...) regra geral não produz nada, ou produz pouco, ou consideram que ele só empata, que se o lugar dele fosse ocupado por um novo, seria mais produtivo”¹²⁴. Por um lado ninguém gosta de ser velho porque isso não traz vantagens; por outro há cada vez mais o alheamento das famílias relativamente aos seus idosos. Muitos são os que vivem sozinhos e isolados da sociedade. Outros há que se veem obrigados a deixar as suas terras, família e amigos para viverem, contra a sua vontade, em casas de acolhimento e lares da terceira idade.

A experiência pessoal de Capelão de uma Santa Casa da Misericórdia diz-nos que, efetivamente, por mais carinho, amor, amizade e conforto que se dê aos idosos, muitos deles dizem que não era assim que gostariam de viver esta etapa das suas vidas. “Por mais atividades lúdicas e conforto, não passamos de uma garagem de pneus carecas”, desabafou uma idosa ao falarmos sobre a terceira idade. “Nas nossas famílias cada vez existe menos espaço para ‘o avô e a avó’. ‘Rejeitado’ pela família, mal recompensado economicamente por tantos anos de trabalho,

¹²² *Ibidem*, 185.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ José Henrique SILVEIRA DE BRITO, *O idoso, a família e a sociedade*, in *Brotéria*, vol.161, 4 (2005), 280.

retirado num lar, incapacitado de desenvolver as suas capacidades, o idoso sente que está a perder a estima e a valorização de quem o rodeia e da sociedade em geral. Perde, por vezes, ele próprio a auto estima”¹²⁵. O Catecismo da Igreja Católica no nº 2218 lembra que os filhos adultos, tanto quanto possível, devem prestar aos pais a ajuda material e moral, quer na velhice, quer na doença, solidão ou desânimo”¹²⁶. Os filhos, muitas vezes, não cumprem as suas obrigações e deveres para com os familiares idosos e, pior ainda, os idosos são vítimas de maus tratos por parte dos filhos. Tais situações fazem-nos lembrar aquela estória de Robin S. Sharma que diz assim: “Era uma vez uma velhinha a quem tinha morrido o marido. Foi viver com o seu filho, a esposa deste e uma filha. Dia após dia a idosa ia perdendo a vista e o ouvido. Às vezes as mãos tremiam-lhe tanto que lhe caíam as ervilhas ao chão e a sopa escorria-lhe do prato. Ao filho e à nora causava-lhes incómodo toda aquela desordem e um dia disseram: basta. Colocaram uma mesita num canto para que a velhinha comesse ali, sozinha. Ela olhava-os com lágrimas nos olhos, desde a outra ponta da sala de jantar, mas eles quase não lhe falavam durante as refeições, salvo para lhe ralhar porque deixava cair o garfo ou a colher. Uma tarde, antes do jantar, a menina estava sentada no chão a brincar com um bloco de construções. Que estás a fazer? -perguntou-lhe o pai. Estou a construir uma mesa para ti e para a mamã, disse a criança. Assim, quando for maior, podereis comer sós no canto da sala. O pai e a mãe guardaram silêncio durante um instante. E logo começaram a chorar. (...) Naquela noite colocaram de novo a velhinha no seu sítio, à mesa com todos, na sala de jantar (...)”¹²⁷. Esta estória é sugestiva pelo facto de ser o membro mais novo da família a dar uma lição familiar aos pais, nomeadamente ao pai.

Os idosos não devem ser discriminados pela sociedade e, muito menos, pelos seus familiares. “O idoso tem direito a ter um espaço humano para habitar, na família e na sociedade. A criação de condições de acolhimento e de convivência que as famílias devem proporcionar aos seus idosos, antes de ser fruto de generosidade, é um dever”¹²⁸. Dada a experiência da vida, eles são grandes transmissores da sabedoria, dos valores e da cultura. Por isso, a sociedade deve esperar que o idoso “partilhe a sua experiência de vida e saber que foi acumulando ao longo da existência e ainda ou não menos importante, que contribua para a memória da família e da sociedade em que está inserido, porque uma família e uma sociedade que perderam a memória,

¹²⁵ AA. VV., *Caminhos de Liberdade*, Manual de Educação Moral Religiosa Católica, 11ª ano, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 1997³, 27.

¹²⁶ Cfr, CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, *op.cit.*, art. 2218, 545.

¹²⁷ Robin SHARMA, *El monje que vendió su Ferrari*, Plaza & Janés Editores, Barcelona, 1998, 190-191.

¹²⁸ José Henrique SILVEIRA DE BRITO, *O idoso, a família e a sociedade*, *art.cit.*, 282.

perderam grande parte da sua riqueza. Um povo que esqueceu a sua história não sabe donde veio, não sabe onde está e dificilmente saberá para onde vai”¹²⁹.

O tempo que os idosos têm disponível é um precioso contributo para a formação dos mais novos. Os avós desempenham um papel importante ao testemunharem aos netos os afetos, os acontecimentos das suas vidas pessoais e as tradições. O contacto das crianças com as pessoas idosas é enriquecedor e determinante.

Contrariamente à sociedade ocidental (que parece ter esquecido o valor dos idosos não lhe dando o tempo, a dedicação e a atenção de que precisam, colocando-os em lares afastando-os assim do convívio familiar), no continente africano, “há culturas que manifestam veneração singular e grande amor pelas pessoas de idade: longe de ser excluído da família ou de ser suportado como um peso inútil, o ancião continua inserido na vida familiar, tomando nela parte ativa e responsável – devendo embora respeitar a autonomia da nova família e sobretudo desenvolvendo a missão preciosa de testemunha do passado e de inspirador de sabedoria para os jovens e para o futuro”¹³⁰. Deve-se aproveitar tudo aquilo que de bom, belo, equilíbrio, serenidade, experiência e sabedoria, há nos idosos. A velhice é um pilar fundamental na construção da tão desejada civilização do amor. “A nossa sociedade, materialista e tecnicista, tem que descobrir no idoso o caudal de riquezas que ele possui e aproveitar as suas capacidades humanizadoras”¹³¹, não o ignorando, como acontece muitas vezes.

A vida do Homem faz-se através da articulação de um passado, um presente e um futuro. Na família moderna o idoso deixou de ser conselheiro até porque, muitas pessoas, são avô e avó ainda muito novos. Que espera um idoso da sua família e da sociedade? Espera, obviamente, ser respeitado em tudo, começando pela sua dignidade de pessoa e idoso. “O idoso deve ser sempre olhado como pessoa, um ser com um valor absoluto, como fim em si e nunca como um meio”¹³². O avô da sociedade de hoje é considerado como pessoa tolerante e condescendente que “deve aceitar com humildade ser ensinado, mesmo pelos mais pequenos, nos segredos do computador e da Internet, tanto como nas artimanhas das mensagens por telemóvel”¹³³.

Já não se olha para ele (a) como figura de autoridade e de mediador nas tensões familiares. A sua função é mais lúdica do que educativa. Portanto “a sua participação deverá ser mais discreta,

¹²⁹ *Ibidem*, 285.

¹³⁰ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, *op.cit.*, nº27.

¹³¹ AA.VV., *Caminhos de Liberdade*, Manual de Educação Moral Religiosa Católica, 11ºano, *op.cit.*, 27.

¹³² José Henrique SILVEIRA DE BRITO, *O idoso, a família e a sociedade*, *art.cit.*, 282.

¹³³ Jorge BISCAIA, *Os avós*, in *Brotéria*, Vol. 160, 5/6 (2005), 440.

mais como quem responde a um pedido com sugestões do que com saberes absolutos”¹³⁴. Mas o certo é que os nossos idosos são grandes testemunhos de valores, de coeducadores em relação a toda a família, nomeadamente, em relação aos netos, sabendo que “à medida que eles crescem vão naturalmente ficando mais longe”¹³⁵, como sempre acontece.

CAPÍTULO II: PROMOVER E PROTEGER A INSTITUIÇÃO FAMILIAR

Os meios de comunicação social, as novas tecnologias e os problemas sociais de toda a ordem são algumas das situações geradoras da crise familiar. Perante tais situações, a sociedade e o Estado têm o dever de a proteger e promover, dotando-a daquelas condições que permitem satisfazer as legítimas necessidades, respeitando sempre e tudo aquilo a que as famílias têm direito, começando pelas mais vulneráveis.

1. Importância e perigos dos meios de comunicação social

A era da informação e da informática acabou com muitas barreiras no tempo e do espaço, tornando assim mais curtas as distâncias entre povos, línguas e nações. As sociedades contemporâneas são fortemente marcadas e influenciadas pelas novas tecnologias e meios audiovisuais. Estes meios de comunicação são um potencial para a divulgação e promoção dos valores familiares e escolares mas também arrastam consigo alguns perigos. Hoje, muito do que acontece nas salas de aulas tem o apoio destes e outros meios que funcionam como recursos na transmissão dos conteúdos das diferentes disciplinas.

Por isso, “a família tem o direito de esperar que os meios de comunicação social sejam instrumentos positivos para a construção da sociedade e que fortaleçam os valores fundamentais da família”¹³⁶. Daquilo que é possível detetar, o certo é que nem sempre assim acontece, inclusive nas salas de aula. O Papa João Paulo II, na sua mensagem para o 38^a dia mundial das comunicações sociais, ao reconhecer a importância desses meios para o enriquecimento da vida das famílias, chamava atenção para o facto de estas enfrentarem novos desafios, que derivam das mensagens diversificadas e, muitas vezes, contraditórias, que são veiculadas. De facto, “a

¹³⁴ *Ibidem*, 435.

¹³⁵ *Ibidem*, 441.

¹³⁶ José Román FLECHA ANDRÉS, *Cultura familiar y valores ético-religiosos*, in Dionísio Borobio (coord), *Família y Cultura. La familia en el umbral del año 2000*, *art.cit.*, 335-336.

irrupção dos *mass media* penetraram nos lares perfilando ou modificando em grande medida os seus próprios pensamentos ou estilo comunicativo”¹³⁷.

Olhando para a força e o poder da comunicação social parece que a família se adaptou aos desafios dos seus meios, pois eles “não só fornecem entretenimento, como também providenciam e moldam muita informação que utilizamos na nossa vida quotidiana”¹³⁸. Por eles, “a possibilidade de partilhar aumentou. Mas é também evidente a possibilidade dos riscos de perversão deste potencial educativo. É possível a fascinação alienante; é possível a veiculação de padrões de valores negativos para a construção da personalidade, tanto mais que falta hoje um sentido unívoco na conceção de valores; é possível o risco de diluição de identidades, quer pessoais, pela projeção de comportamentos, quer coletivos, pela amálgama cultural, em vez do enriquecimento mútuo decorrente da diversidade”¹³⁹.

Os meios de comunicação social transformaram-se em forças que tendem a mudar mentalidades, culturas e comportamentos, quer individuais, quer familiares. É preciso aprender a usá-los corretamente. Mas “para o reto uso destes meios, é absolutamente necessário que todos os que se servem deles conheçam e ponham em prática, neste campo, as normas de ordem moral”¹⁴⁰ pois eles “poder-se-ão tornar veículo – às vezes hábil e sistematicamente manobrado como infelizmente acontece em vários países do mundo – de ideologias desagregadas e de visões deformadas da vida, da família, da religião, da moralidade, que não respeitam a verdadeira dignidade e o destino do Homem”¹⁴¹. É preciso que, sobretudo “os jovens procurem acostumar-se a serem moderados e disciplinados no uso destes meios; ponham, além disso, empenho em entenderem bem o que ouvem, leem e veem; dialoguem com educadores e peritos na matéria e aprendam a formar um reto juízo”¹⁴² sobre a informação.

Sabemos que o objetivo da televisão, por exemplo, é informar, divertir e educar. Mas constatamos que, desde muito cedo a televisão deixou de educar e, praticamente, detém-se no divertir. Como tal, pode tornar-se uma ameaça para as famílias, devido ao tempo que ocupa no dia a dia, tirando espaço para o diálogo e modificando “a relação entre uma cultura do ver e uma

¹³⁷ Elena SÁNCHEZ GARCIA, *Família y Educacion*, in Dionísio Borobio (cord.), *Família en un mundo cambiante*, ed. Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 1994, 394.

¹³⁸ Anthony GIDDENS, *Sociologia*, op.cit. 535.

¹³⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral: Educação Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, ed. Secretariado da Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 2002, nº25.

¹⁴⁰ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Documentos Conciliares e Pontifícios. Decreto sobre os meios de comunicação social*, ed. Apostolado da Oração, Braga, 1987¹⁰, nº4.

¹⁴¹ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, op.cit., nº76.

¹⁴² CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Decreto sobre os meios de comunicação social*, op.cit., nº 10.

cultura do entender, uma cultura da imagem e uma cultura da leitura”¹⁴³. Está provado que as crianças e os jovens passam muito tempo a ver televisão e, automaticamente, são influenciados por ela. “Os pais, enquanto utentes, devem constituir-se parte ativa no seu uso moderado, crítico, vigilante e prudente averiguando qual a repercussão ...”¹⁴⁴ que certos e determinados programas televisivos e a Internet têm nos seus filhos.

Os *mass media* chegam a todo o lado, impõem as suas ideologias e modelos culturais, criam novos valores, despertam novos interesses e imagens de bem-estar¹⁴⁵.

“As mudanças que se produziram nas instâncias educativas foram tão grandes que os pais e os professores não sabem, muitas vezes, como geri-las, porque descobriram que o poder de uns artefactos tecnológicos que estão em todas as partes e ao alcance de todas as idades (desde a TV à Internet passando pela videoconsola e o telemóvel) alteraram radicalmente as aprendizagens e dificultam qualquer horizonte educativo coerente. Neste sentido, o ajuste que se produz na família é mais pragmático e funcional que verdadeiramente moral ou educativo”¹⁴⁶.

Perante estes inconvenientes importa que seja a família a impor as primeiras regras, fazendo ver aos seus educandos o interesse, o lado bom e menos bom dos meios de comunicação social porque, dada a agressividade que muitas vezes nos chega através deles, “deveria ser preocupação da família encontrar para os seus filhos outros divertimentos mais sadios, mais úteis e formativa física, moral e espiritualmente”¹⁴⁷. A escola deve colaborar com a família já que muita da violência que ocorre nos dias de hoje tem também influências dos meios de comunicação social e, como sabemos, quando se perde a sensibilidade à violência, a pessoa torna-se facilmente violenta e insensível à solidariedade. Infelizmente e, olhando bem, é esta a sociedade que temos. De modo que, falta fazer muito para que se entendam e usem corretamente os meios de informação que temos ao nosso dispor.

¹⁴³ Augustin Domingo MORATALLA, *Ética de la vida familiar. Claves para una ciudadanía comunitária*, op.cit., 88.

¹⁴⁴ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, op. cit., nº76.

¹⁴⁵ Cfr, Jorge Augusto PEREIRA, *Educação Moral Religiosa Católica. Alicerces. Valores e Ética Cristã*, UL2, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2009, 31.

¹⁴⁶ Augustin Domingo MORATALLA, *Ética de la vida familiar. Claves para una ciudadanía comunitária*, op.cit., 88.

¹⁴⁷ JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, op.cit., nº76.

2. Defender e promover os direitos das famílias

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a 10 de Dezembro de 1984 a Declaração Universal Dos Direitos do Homem. No artigo 16º, nº3 diz-se: “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado”. Ainda no âmbito das Nações Unidas, o Pacto Internacional sobre os Direitos económicos, sociais e culturais, aprovado para retificação por Portugal pela Lei nº45/78 de 11 de Julho, estabelece, no artigo 10º: “os Estados Partes no presente Pacto reconhecem uma proteção e uma assistência mais ampla à família (...) particularmente com vista à sua formação no tempo durante o qual tem a responsabilidade de criar e educar os filhos...”. A mesma Declaração, no seu artigo 26º diz que “toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental...”. Depreende-se então que a família é reconhecida pelos organismos internacionais, pela sociedade civil e pelo Estado.

No que ao Estado Português diz respeito, os direitos da família estão consignados no artigo 67ª da Constituição da República Portuguesa que diz: “a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitem a realização pessoal dos seus membros”. O artigo 74º ao referir-se especificamente à educação sublinha que todos têm direito ao ensino, e garante o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

A Santa Sé, organismo central e supremo do governo da Igreja Católica em todo o mundo que estabelece relações externas, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais fraterna, através do Conselho Pontifício para a Família, publicou, em 1983, a “Carta dos Direitos da Família”. Esta carta “*tem mais a finalidade de apresentar (...) – o mais completa e ordenada possível – os direitos fundamentais inerentes a esta sociedade natural e universal que é a família. Os direitos enunciados na Carta estão impressos na consciência do ser humano e nos valores comuns de toda a humanidade*”¹⁴⁸. Os destinatários são os governos de todo o mundo, as famílias e todas as pessoas que estão dispostas “*em fazer todo o possível para assegurar que os direitos da família sejam protegidos e que a instituição familiar se fortaleça para bem da humanidade inteira, hoje e no futuro*”¹⁴⁹. Com este documento a Igreja Católica não só se coloca do lado das famílias, como “*deseja estimular as famílias a unirem-se para a defesa e promoção*

¹⁴⁸ SANTA SÉ, PONTÍFICIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Carta dos Direitos da Família*, ed. Apostolado da Oração, Braga, 1994⁶, 3.

¹⁴⁹ *Ibidem*, 4.

dos seus direitos; amima-as a cumprirem o seu dever de tal maneira que o papel da família seja mais claramente compreendido e reconhecido no mundo atual”¹⁵⁰.

A Carta dos Direitos da Família “resume, numa fórmula condensada e com autoridade, o quadro dos direitos universais da instituição familiar gravados na consciência do ser humano”¹⁵¹. Não basta reconhecer o mérito que a família tem em todas as questões da sociedade, mas é preciso reconhecer, também, que a família necessita ver satisfeitas as condições essenciais à sua sobrevivência. Daí a necessidade de conhecermos algumas obrigações do Estado para com a família.

3. As obrigações do Estado

A Constituição da República Portuguesa, “não apresentando uma definição de família, (...) refere-se à família como uma realidade que lhe é anterior. Contém, todavia, uma ideia sobre a família, sobre o seu papel e sobre a sua importância...”¹⁵², e a necessidade de lhe serem asseguradas condições de vida fundamentais. O artigo 67^a da referida Constituição diz estritamente respeito à família. Reconhece-a como elemento fundamental da sociedade e que tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitem a realização pessoal dos seus membros. A obrigação do Estado “é acompanhar as famílias e as suas expectativas, promover a sua estabilidade, a educação dos filhos, a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, atender à diversidade das necessidades surgidas ao longo do ciclo da vida familiar, do casamento à habitação, ao nascimento dos filhos, à relação com a escola, ao crescimento e acompanhamento dos filhos, aos tempos de trabalho, à planificação urbana, aos equipamentos de apoio à infância, aos idosos, ...”¹⁵³, entre muitas outras obrigações.

Sendo esta a missão do Estado, o certo é que, olhando para o campo de ação do mesmo, vemos que ele centraliza as suas políticas “em torno da criança, da mulher e do idoso, raramente investindo na família como um todo, na promoção do seu protagonismo, no respeito pelas suas competências e responsabilidades”¹⁵⁴.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ José Luís GUTIÉRREZ GARCIA, *Família e princípio de subsidiariedade*, in CONSELHO PONTÍFICIO PARA A FAMÍLIA, *Léxico da Família. Temas ambíguos e controversos sobre a família, vida e aspetos éticos*. ed. Principia, Cascais, 2010, 429.

¹⁵² Rita LOBO XAVIER, *Família, direito e lei*, in CONSELHO PONTÍFICIO PARA A FAMÍLIA, *Léxico da Família. Temas ambíguos sobre a família, vida e aspetos éticos*, ed. Principia, Cascais, 2010, 370.

¹⁵³ Margarida GONÇALVES NETO, *Para uma política da família. 100 Compromissos*, in “*Communio*”, Ano XXII, 1 (2005), 102.

¹⁵⁴ *Ibidem*, 101.

O XV Governo Constitucional, presidido por Durão Barroso, elaborou um plano com cem compromissos sobre família. Ao elaborá-lo “procurou definir uma política capaz de manter, apoiar e reforçar a estabilidade e autonomia das famílias portuguesas, ir ao encontro das suas necessidades e anseios, nelas centrando o ângulo natural da análise e solução dos problemas das pessoas”¹⁵⁵. Tais compromissos, apesar de serem considerados como o contributo mais amplo e mais coerente sobre a política familiar, desde o vinte e cinco de Abril de 1974¹⁵⁶, nem sempre foram ou nem são aplicados às necessidades e dificuldades da família. Efetivamente, nem sempre os compromissos e os direitos da família são tidos em conta, na sua globalidade, pelo poder estatal. “O direito não dá ainda solução para muitos problemas que a modernidade e o progresso científico estão a colocar às famílias no dia a dia da sua existência e, também à sociedade; porque esta é, quer queiramos quer não, e antes de tudo o mais, um agrupamento natural das famílias, uma sociedade civil familiar, um povo de famílias, que depois de evoluírem para uma ou mais nações, pode ser organizado politicamente num Estado, como são os Estados modernos; mas o que afeta as famílias, afeta a sociedade civil familiar, perturba a Nação e, por esta via, ameaça a coesão do Estado”¹⁵⁷.

Da parte do Estado Português precisamos “de uma política da família clara, eficaz e realista que reconheça e valorize a unidade familiar, a queira defender e promover, lhe permita a autonomia e o desenvolvimento pleno das suas capacidades e responsabilidades”¹⁵⁸.

A família é o que de mais importante há em qualquer sociedade. Sem família não há sociedade. Portanto, é preciso fazer mais para que se criem melhores oportunidades para os jovens e os adultos. A família precisa de ser mais respeitada para se poder transmitir com segurança aos adolescentes e aos jovens a urgência do respeito pelo outro na sua condição de pessoa, como ser único e irrepetível.

¹⁵⁵ *Ibidem*, 103.

¹⁵⁶ Cfr *Ibidem*.

¹⁵⁷ Daniel SERRÃO, *Em defesa dos direitos da família*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1999, 5-6.

¹⁵⁸ Margarida GONÇALVES NETO, *Para uma política da família. 100 Compromissos*, art.cit., 102.

CAPÍTULO III: A ABORDAGEM DA FAMÍLIA NA UNIDADE LETIVA TRÊS DO SEXTO ANO DE ESCOLARIDADE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA. PROPOSTAS PARA A SUA LECIONAÇÃO

Este capítulo incide sobre o estudo da unidade letiva três do programa de educação moral religiosa católica do sexto ano de escolaridade: “a família, comunidade de amor”. Além da descrição da referida unidade, vamos apresentar uma proposta para a sua leção distribuída em cinco aulas. No final faremos a avaliação da mesma.

1. Descrição da unidade letiva

“Nós e o mundo” é o título do livro de Educação Moral Religiosa Católica do sexto ano de escolaridade. Uma análise às unidades letivas nele contido levam-nos a concluir que se apropriam aos alunos do sexto ano, que estão entre os onze e doze anos de idade e que vivem a fase dos porquês, sem grandes justificações. É a fase da descoberta de alguns valores que lhes servirão, assim se espera, de orientação para o futuro. A distribuição das unidades letivas segue uma lógica progressiva. De facto, depois de iniciarem o ano com o tema: “A pessoa humana”, unidade letiva um, onde se procura descobrir as várias dimensões da pessoa, os direitos e os deveres, as relações pessoais organizando valores na relação com os outros e a dignidade humana, chega-se à conclusão que Deus também estabeleceu uma relação pessoal com todos nós; por isso há Natal, onde Deus se faz pessoa. Natal que é precedido de um tempo privilegiado: o Advento. Com o Advento e Natal, pretende-se mobilizar o valor da esperança para orientar o comportamento humano no sentido da solidariedade que ajuda na construção de uma sociedade mais justa, humana e responsável: unidade letiva dois.

O Deus que se fez pessoa em Jesus Cristo, nasceu e cresceu no seio de uma família: a Família de Nazaré. Esta família vivia na simplicidade e segundo os costumes sociais, económicos e políticos do tempo de então. Dada a sua maneira de viver serve de modelo para todas as famílias, quer sejam ou não cristãs.

“A Família, comunidade de Amor” é o título da unidade letiva três, sobre a qual iremos refletir com mais profundidade.

Na pré-adolescência e adolescência é necessário que os alunos tenham uma noção do que é a família e qual a sua importância. Perante os vários tipos de família é importante que os conheçamos, que saibamos o porquê de eles existirem e sejamos capazes de identificar a nossa

vivência familiar com este ou aquele tipo de família porque, afinal, todos temos uma família. Depois de identificados é preciso conhecer os valores na vida familiar e compreender que na família são várias as funções, algumas das quais podem e devem ser exercidas por nós. Os alunos destas idades já podem e devem colaborar em algumas das muitas tarefas familiares. Devem apreciar, respeitar e relacionar-se bem com os mais idosos; devem saber também que existem organismos responsáveis pela proteção e promoção dos direitos da família. É preciso conhecê-los e saber quais os seus fins porque, às vezes, a família falha no cumprimento das suas funções.

Sentindo-se pessoas integradas numa família, os pré-adolescentes e adolescentes descobrem a importância vital da alimentação e têm sensibilidade para os problemas da pobreza e da fome. Daí a unidade letiva quatro tratar o tema: “o pão de cada dia”. Esta unidade letiva desperta para os bens de primeira necessidade, para o significado simbólico e religiosos do pão, procurando transmitir os valores, mais uma vez, da solidariedade e da cooperação, dando a conhecer as instituições e obras de promoção humana.

Hoje é dado grande relevo ao respeito pelos animais e, depois do caminho percorrido nas unidades letivas anteriores, chegamos à última unidade letiva: “o respeito pelos animais”.

Em “nós” encontramos a pessoa e a família que prepara, celebra e vive o Natal. Este nós precisa do alimento material (pão) e, porque cristão, do alimento espiritual, que nos dá a capacidade de abertura a um “vós”, à fraternidade e solidariedade.

No “mundo” encontramos a sociedade que se deve pautar por valores que orientem para o bem comum; encontramos os animais que, como nós, são o resultado da vontade criadora de Deus. Por isso devemos preocupar com a preservação das espécies e, através de critérios éticos, ter uma boa relação com os animais. Serve-nos de modelo S. Francisco de Assis, as associações de defesa dos animais e o escutismo, entre outros.

Em cada uma destas unidades letivas encontramos as competências específicas, os conteúdos e estratégias diversificadas e orientadas para a realidade vivida pelos alunos, que contribuirão para facilitar a aquisição das aprendizagens. Vamos deter-nos nas competências específicas da unidade letiva 3: “A família, comunidade de amor”.

Tendo em conta os tempos letivos para a lecionação das outras unidades e o número de aulas ao longo do ano escolar, esta unidade letiva será lecionada em cinco aulas previstas para o início do segundo período. Foram planificadas, tendo em conta a turma do sexto três da Escola Doutor Francisco Sanches – Braga, local onde decorreu o estágio.

A situação social e familiar dos alunos desta turma não é bem conhecida, pois só nos encontramos com eles uma vez por semana. Mas o valioso contributo da professora cooperante da prática do ensino supervisionada, Dra. Maria José Dias, ajudou e muito a que fossemos descobrindo e conhecendo melhor os alunos no sentido de planificarmos as aulas a lecionar. É importante tal conhecimento já que, indesejadamente, ao longo da leção das aulas, poderíamos ferir a sensibilidade de alguns alunos, dadas as diferentes situações familiares. Nada disso aconteceu, felizmente, e graças ao trabalho prévio que realizamos.

2. Competências específicas e conteúdos da unidade letiva

Nas páginas seguintes vamos apresentar as competências e conteúdos a trabalhar na unidade letiva. O que é uma competência? Uma competência é a capacidade de “mobilização de conhecimentos, atitudes, comportamentos, valores e capacidades quer para enfrentar adequadamente variadas situações da vida quotidiana, desde a resolução de problemas intelectuais ou práticos, até à tomada de decisões, à interpretação de determinadas situações da vida com vista a atingir objetivos pessoais, sociais ou profissionais, quer para a progressão na construção de conhecimento cada vez mais complexo que permite desempenhos intelectuais mais conseguidos”¹⁵⁹. As competências só se desenvolvem através da aprendizagem dos conteúdos.

Os conteúdos “são entendidos como a base de conhecimentos e o conjunto de procedimentos que são requeridos aos alunos para que se possam tornar competentes, capazes de fazer deles um uso inteligente de forma a poderem tornar-se cidadãos educados, e responder melhor às situações da vida e aos desafios do pensamento”¹⁶⁰.

A primeira aula será dedicada a uma introdução à unidade letiva: “a família, comunidade de amor”. É importante que no início de cada nova unidade letiva se diga aos alunos aquilo de que vamos falar e quanto tempo, aproximadamente, será necessário para abordar as temáticas. Depois de apresentada sumariamente, iremos dar uma definição de família e procurar razões para a importância da família nas nossas vidas. Escolhemos como competências específicas a trabalhar, nesta primeira aula, as seguintes:

Competência 9ª – Organizar um universo de valores promotores da vida familiar;

Competência 10ª – Despertar para princípios e valores éticos em situações vitais do quotidiano;

¹⁵⁹ Jorge Augusto PEREIRA, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007, 15.

¹⁶⁰ *Ibidem*, 16.

Competência 12^a – Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade;

Estas três competências foram escolhidas na certeza de que, depois de ouvir as opiniões dos alunos sobre o que é para eles a família, chegaremos à conclusão que se trata de pessoas que vivem em comunhão e no amor recíproco. É na família que somos educados e crescemos no amor através, dos afetos, da confiança e do respeito mútuo, criando assim relações que tendem a ser estáveis. Só assim se vai promovendo a vida familiar; só assim despertamos para princípios e valores éticos e só assim, finalmente, a comunhão e o amor encaminham-nos para a relação com o outro numa perspetiva de cooperação e de solidariedade.

Com estes pressupostos avançamos para a segunda aula da unidade letiva. Neste tempo letivo vamos apresentar/analisar as diferentes estruturas familiares e tipologias de família. Elegemos as seguintes competências específicas:

Competência 5^a – Interpretar produções culturais, pictóricas e históricas que aludem a modelos familiares distintos;

Competências 6^a e 9^a – Organizar um universo de valores a partir de factos históricos e sociais;

Nesta segunda aula vamos fazer uma abordagem genérica sobre a constituição da família no antigo povo romano, apresentando e explicando seguidamente os vários tipos de família, bem como a evolução e a diversidade de costumes que influenciavam as famílias de então. Por isso estas são as competências que melhor se enquadram no tema da aula.

Na verdade, as tipologias de família têm raízes numa determinada cultura que vai, forçosamente, originar modelos diferentes de família, cujos valores são influenciados pelas transformações da sociedade ao longo da história da humanidade.

A Família de Nazaré como modelo de todas as famílias é o tema da nossa terceira aula. Consideramos esta aula como a aula nuclear de toda unidade letiva. Com ela iremos recordar uma tipologia de família dada na aula anterior, e prepararemos as duas aulas seguintes, através do estilo de vida muito peculiar e exemplar da Família de Nazaré. Optamos pelas seguintes competências específicas:

Competência 1^a – Descobrir na Família de Nazaré a dignidade da pessoa humana;

Competência 5^a Interpretar produções culturais que utilizam ou aludem a perspetivas religiosas ou a valores éticos;

Competência 9^a – Organizar um universo coerente de valores a partir da vida de Jesus;

Competência 12^a – Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e da solidariedade;

Competência 24^a – Reconhecer no cotidiano da Família de Jesus os valores essenciais da vida humana;

A Família de Nazaré é modelo para todas as famílias. Jesus nasceu e cresceu no seio de uma família estruturada e tida como modelo. Na Sua família vivia-se a simplicidade, o respeito, a obediência e o amor para com os parentes, os amigos e as outras pessoas. A presença do modelo masculino (José – pai adotivo) e do modelo feminino (Maria), com a responsabilidade que era atribuída a cada um, ajudavam a crescer na confiança, no afeto, na obediência, no respeito e na amizade. É numa família assim que se aprende o apreço pela dignidade da vida humana, bem como os valores essenciais para a vida.

Para a quarta aula da nossa unidade letiva, dedicada às funções da família, dêmos preferências às competências específicas seguintes:

Competência 1^a – Reconhecer na mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana;

Competência 9^a – Organizar um universo de valores promotores da vida familiar, relacionando-os com o seu fundamento religioso;

Competência 10^a – Despertar para princípios e valores éticos no cotidiano;

Competência 12^a – Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e da solidariedade, aceitando as diferenças do outro como fator de enriquecimento mútuo.

A família é origem de vida e espaço onde somos educados e crescemos no amor. Tal crescimento exige aos educadores o afeto e a intimidade. Só assim se formam pessoas com valores e capazes de se tornarem úteis à sociedade. Quando encontramos uma família onde a responsabilidade educativa engloba a criação de condições de bem estar, onde à medida que se cresce, somos despertados para colaborar nas tarefas familiares e onde o convívio está presente, nessa família estão asseguradas, à partida, as relações sociais que promovem a dignidade da vida humana. Dada a cooperação e a solidariedade, essa família descobre, aprende, vive, retém e transmite princípios e valores éticos.

Depois de termos na primeira aula apresentado a unidade letiva, vermos a definição de família e a sua importância; na segunda aula posto em evidência as estruturas e tipologias de família; tendo, na terceira aula, mostrado a importância fundamental da Família de Nazaré, e na quarta sessão refletido sobre as funções da família, chegamos à quinta e última aula da unidade

letiva. Nesta aula pretendemos salientar o lugar e o papel dos idosos na família, bem como o papel do Estado e os direitos da família. Para tal elegemos as seguintes competências específicas:

Competência 1ª - Reconhecer os valores da pessoa humana, tendo por base a mensagem cristã;

Competência 6ª - Identificar factos sociais que impedem uma saudável convivência familiar;

Competência 7ª – Relacionar-se com os idosos com base nos princípios de cooperação e solidariedade, reconhecendo a sua dignidade e assumindo a alteridade e diversidade com factos de enriquecimento mútuos;

Competência 9ª- Descobrir os direitos da família em ordem ao reconhecimento da dignidade humana;

Nesta aula procuraremos compreender o porquê de nem sempre o título dado à unidade letiva se enquadra em todas as famílias do mundo. É que, às vezes, a família falha em muitas das suas funções. O papel e lugar dos idosos nem sempre são compreendidos e reconhecidos. As causas são muitas, tais como: doença, incompreensão, intolerância, abandono e a própria condição de ser idoso. Mas é preciso salientar que é deles que a família recebeu ou recebe os valores úteis.

Declaração dos Direitos do Homem; Constituição da República Portuguesa e Pontifício Conselho para a Família, são alguns dos documentos que apontam para os valores e a dignidade da vida humana. Mas, infelizmente, o direito à educação, à saúde, a ter uma casa, a ser feliz, a ter uma religião, a ter carinho e amor, apesar de serem reconhecidos e necessários, nem sempre se lhes dispensa a devida atenção. Sendo vários os fatores sociais que impedem a família de ser verdadeiramente família, há entidades e instituições que, pela sua natureza, estão obrigadas a zelar pelos direitos da família. Procuraremos saber quais são e as obrigações que teem para com a família.

Nas páginas seguintes, de forma sucinta, apresentaremos o tema nuclear de cada sessão letiva e procederemos, de seguida à descrição detalhada de cada uma das sessões.

3. Planificação e descrição de cinco aulas para a leção da unidade letiva

Seguem-se as planificações e a descrição das cinco aulas sobre a unidade letiva três do sexto ano de escolaridade: “a família, comunidade de amor”.

3.1. Apresentação sumária das temáticas da unidade letiva. Definição e importância da família

| |
|--|
| <p>Sumário: Apresentação da Unidade Letiva 3: “A Família, comunidade de amor”. O que é uma família? Importância da família.</p> <p>Competências específicas:</p> <p>9ª – Organizar um universo de valores promotores da vida familiar;</p> <p>10ª – Despertar para princípios e valores éticos em situações vitais do quotidiano;</p> <p>12ª – Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade;</p> |
|--|

| Operacionalização das competências | Conteúdos | Atividade/Estratégias | Material | T/Min | Avaliação Formativa |
|---|---|--|---|-------|--|
| 1. Compreender o significado da palavra “Família”. | 1. Origem da palavra família. O que é uma família? | . Acolhimento. . Sumário. . Apresentação da UL 3 . Diapositivo 1 desde o início da aula e que servirá de motivação ao tema. 1. Vou colocar no quadro o tema da UL “Família, comunidade de amor”. Com a participação dos alunos faremos uma “chuva de ideias” acerca do tema. Os alunos virão ao quadro escrever aquilo que o tema lhes sugere. | Quadro, Marcador ou giz. | 10 | Motivação para o tema da UL. |
| 2. Descobrir o valor central da vida família. | 2. Comunhão de pessoas que vivem no amor. | 2. Imagens sobre a família: família sorridente; família a brincar no jardim; família no campo; família feliz na praia. Explorar com os alunos a mensagem das imagens. | Computador e .Vídeo projetor. | 15 | Participação e empenho na “chuva de ideias” |
| 3. Descobrir e reconhecer a importância da família. | 3. A família como o espaço onde se educa e cresce no amor através dos afetos, da confiança, e do respeito mútuo, onde os membros desenvolvem relações que tendem a se | 3. Leitura do texto da pág. 106 do Manual do aluno. Um aluno lê em voz alta. Os outros acompanham a leitura. Depois da leitura faremos a interpretação do texto e através dela encontraremos uma definição de família. As ideias novas que forem surgindo, serão | Manual do aluno e fotocópias para os alunos que não têm livros. | 5 | Capacidade de atenção e interpretação das imagens. |
| | | | | 15 | Participação na leitura e compreensão do texto. |

| | | | | | |
|--|-----------|--|--|--|--|
| | estáveis. | acrescentadas à “Chuva de ideias”. Vamos depois dar um título ao texto. Diapositivo que apresenta uma definição de família para alunos do sexto ano. Passar a definição de família para o caderno diário. | Caderno diário para passar a definição de família. | | Observação direta da atenção e participação organizada dos alunos. |
|--|-----------|--|--|--|--|

Interdisciplinaridade: **Português:** *Etimologia da palavra família* – **Ciências da Natureza:** *Transmissão da vida e*
Francês: *A família.*

Depois do acolhimento, da explicação de mudança de professor e do registo do sumário, procedemos à apresentação da unidade letiva três: “a família, comunidade de amor” que se desenrolará ao longo de cinco aulas. Apresentaremos também, sumariamente, o tema de cada aula. Nesta primeira aula vamos definir o que podemos entender por família e qual a importância que ela tem para nós. É que, às vezes, nem sempre damos à família aquela devida importância que tem e nos merece.

Depois desta aula de introdução, a segunda aula será dedicada a conhecer e aprofundar as estruturas e tipologias de família. Com esta aula chegaremos à conclusão que, dos diversos tipos de família apresentados, haverá um que irá corresponder à tipologia familiar em que vivemos e com a qual nos identificamos.

Na terceira aula, que consideramos a aula nuclear da unidade letiva, vamos conhecer o modo de viver das famílias no tempo de Jesus, situando geograficamente algumas cidades e, fundamentalmente, conhecer e apreciar a maneira como viveu a família de Jesus de Nazaré.

Porque a família é o lugar adequado à transmissão da vida e ao desenvolvimento harmonioso da criança bem como o local onde se criam os primeiros afetos que promovem a confiança, o respeito, a responsabilidade e liberdade, ela tem por base a vivência do amor e o estabelecer laços de comunhão. A família é a “primeira escola” da vida, de palavras, gestos concretos e valores. Nela vive-se a experiência do acolhimento, aprende-se a amar, respeitando a diferença, aprende-se a perdoar, a responsabilidade, as tarefas domésticas, a cooperação e a participação na vida familiar. Assim a quarta aula é dedicada às funções humanizadora e socializadora da família.

Por fim, a quinta e última aula vai ser dedicada ao lugar que ocupam os idosos na família, bem como ao seu papel. Iremos refletir sobre os idosos como transmissores de sabedoria e os seus contributos para a vida em família, apesar de às vezes não lhe ser reconhecido esse papel.

Como nem sempre a família cumpre o seu papel então temos a intervenção do Estado, que deve garantir o bem estar, a proteção e promoção da vida familiar.

Dizer aos alunos que ao longo destas cinco sessões iremos falar muito sobre a família, mas não estamos a falar da família deles, da nossa ou de outra família em particular. Falamos, isso sim, da família no geral.

Acabamos de apresentar as cinco aulas e agora vamos passar e refletir, individualmente, sobre cada uma.

Desde os tempos mais remotos que as pessoas, para sobreviverem, tiveram de se agrupar. Isto porque cedo perceberam a força da união e que a conjugação de esforços em grupo torna a vida mais fácil. Assim se foi formando aquilo a que chamamos família. Estes grupos foram-se aperfeiçoando e desenvolvendo ao longo dos tempos, dando origem a povos, culturas e civilizações.

O que é uma família? A olharmos para este diapositivo (*cfr, anexo 1*) vemos que nele está escrito o título da unidade letiva: “a família, comunidade de amor”. O que é que este tema nos diz, já que todos nós temos uma família? Quem é a família? Vamos procurar responder a estas questões. Vamos fazer uma “chuva de ideias” acerca do tema da unidade letiva. Alguns alunos virão ao quadro colocar palavras relacionadas com a família. Tais palavras poderão ser: amor, carinho, irmãos, amizade, laços de sangue, conjunto de pessoas, união, comunhão, solidariedade, fraternidade, ajuda, colaboração, diálogo, respeito, estima, consideração, pais, avós, tios, primos, De seguida apresentar-se-ão imagens sobre a família (*cfr, anexos 2 e 3*). Uma família sorridente e feliz, uma família a brincar no jardim, uma família no campo e uma família feliz na praia. Vamos explorar as imagens com aquilo que os alunos escreveram na “chuva de ideias” e forem dizendo espontaneamente.

Segue-se o texto da página 106 do Manual do aluno. Um aluno irá ler o seguinte texto: “A família, sobretudo os pais e os irmãos, desempenha um papel fundamental na vida quotidiana das crianças. Poucas vezes refletimos seriamente acerca do valor que a família tem para cada um de nós. Com ela nos identificamos e nela encontramos as condições propícias para a nossa realização. Por isso, partilhamos com os outros elementos da família os nossos sucessos e procuramos junto deles o conforto nos momentos menos felizes. A família que cumpre a sua

missão é um espaço de reencontro, no qual nos fortalecemos para enfrentar diariamente as surpresas da vida”. Após a leitura, vamos procurar dar um título ao texto e explorar a sua mensagem. O título poderá ser: “A importância da família na nossa vida”. Este texto fala-nos da importância da família e, ao mesmo tempo, diz-nos o que é a família. As ideias novas que forem surgindo serão acrescentadas na “chuva de ideias”. Podemos então definir a família como (*cfr, anexo 4*): “Grupo de pessoas que vivem num determinado lugar, durante um período de tempo mais ou menos longo, e que estão unidas ou não por laços consanguíneos. Este grupo cresce no amor através dos afetos, da confiança e do respeito mútuo, criando relações estáveis. Está ligado a uma sociedade à qual pertence e da qual recebe uma cultura”. Os alunos passarão esta definição de família para o caderno diário.

A aula terminará com palavras e ideias como as que se seguem: Se a família for cristã é comunidade de vida e de amor e sacramento que tem por objetivo a criação e educação dos filhos. Nela crescemos e encontramos as condições propícias à nossa realização. Com a família partilhamos os nossos sucessos e nela procuramos conforto nos momentos mais difíceis. É o lugar de onde partimos e onde nos encontramos.

3.2. Evolução do conceito de família e tipologias familiares

Aula nº 2

Sumário: História, Estruturas e Tipos de organização familiar: família

nuclear, alargada ou extensa, monoparental e numerosa.

Consanguinidade e adoção

Competências específicas:

5ª – Interpretar produções culturais pictóricas e históricas que aludem a modelos familiares distintos;

6ª e 9ª – Organizar um universo de valores a partir de factos históricos e sociais;

| Operacionalização das competências | Conteúdos | Atividade/Estratégias | Material | T/Mi n | Avaliação Formativa |
|--|---|--|--|-----------|--|
| 1. Conhecer a constituição familiar no tempo dos romanos. | 1. A família no antigo povo romano: era constituída pelo senhor (pai), a mulher, os filhos e os criados da casa. Compreendia todas as pessoas que viviam na mesma casa. | . Acolhimento. . Sumário. . Recapitulação da aula anterior e Introdução ao tema. 1. Leitura do texto e compreensão do mesmo (pág. 106-107). No final da leitura fazer a pergunta: como era constituída uma família no tempo dos romanos? No tempo dos romanos a família era formada pelo senhor (pai), pela senhora (mãe), pelos filhos e os criados. | Quadro, Marcador ou giz. | 5 | Assiduidade e pontualidade dos alunos. |
| 2. Descobrir os diversos tipos de família e sua organização. | 2. Tipologias de família: nuclear, monoparental, extensa ou alargada, numerosa, consanguínea e adoção. | 2. Apresentação e explicação de diapositivos sobre as diversas tipologias de família. | Manual do aluno e fotocópias para os alunos que não têm livro. | 5 | Motivação, interesse e participação na leitura e compreensão do texto. |
| 3. Compreender o significado de consanguinidade e adoção. | 3. Consanguinidade e adoção como diferentes constituições de família na atualidade. | 3. O conceito de família foi-se alterando ao longo dos tempos. Assim foi incluindo aqueles que pertenciam à família através de laços de consanguinidade. Além do pai, mãe, filhos, irmãos, avós, pode acontecer que na mesma família existam filhos que não tenham os mesmos laços de sangue que os pais. | Computador e vídeo projetor. | 7 | Participação dos alunos e qualidade das intervenções e na explicação dos diapositivos. Capacidade de compreensão das diferentes tipologias de família |

| | | | | | |
|---|--|---|---|----|--|
| <p>4. Identificar as tipologias de família em Portugal desde o berço da nacionalidade até à idade Média.</p> <p>5. Mostrar a importância do amor e da união na vida familiar.</p> | <p>4. Evolução e diversidade de costumes que influenciavam os tipos de família.</p> <p>5. Alguns dos valores da família: Amor, diálogo, amizade e união.</p> | <p>A isto chamamos adoção (crianças/adolescentes que vêm de famílias diferentes) vg. Oficinas de S. José e Aldeias S.O.S.</p> <p>4. Família regulada pelos costumes. Igreja elaborou leis para regular a constituição familiar.</p> <p>. Idade Média a família era formada por núcleos familiares que tinham entre si laços de parentesco. Os empregados pertenciam à família. Legislação que previa a proteção de órfãos e viúvas, adoção e perfilhação.</p> <p>5. Vemos que a família foi-se alterando ao longo da História. O mais importante, independentemente do tipo de família à qual pertencemos, o mais importante é que na família haja união, amor, diálogo e amizade.</p> <p>. Realização da ficha nº 25: caderno do aluno pág. 74. Correção da mesma.</p> | <p>Caderno do aluno e fotocópias para os alunos que não têm o caderno do aluno.</p> | 5 | <p>Atenção demonstrada aos conteúdos expostos.</p> <p>Interesse e motivação demonstrada na realização e correção da ficha de trabalho.</p> |
| | | | | 10 | |
| | | | | 3 | |
| | | | | 10 | |

Interdisciplinaridade:

História: Os primeiros homens da História fixavam-se à beira dos rios, caçavam em grupo e trabalhavam em conjunto, pois perceberam que era mais fácil, ajudarem-se uns aos outros. Assim foi, também surgindo a família.

Português: Sabemos que muitas das nossas palavras portuguesas derivam ...do Latim. A palavra família é uma delas. Escrever no quadro **FAMULOS** = servidor.

Iniciamos a aula com as boas vindas aos alunos e dizendo esta é a nossa... segunda aula de cinco que iremos ter sobre “a família, comunidade de amor”. Um aluno escreve o sumário no quadro. Lembramos que quando falamos de família não estamos a fazer referência às nossas famílias. Na aula anterior, para além de apresentarmos a unidade letiva devidamente distribuída por cinco aulas, iniciávamos o tema procurando uma definição de família inteligível a todos. E dizíamos, depois de fazermos uma “chuva de ideias” bastante participada, que a família é ... (*os alunos respondem*). Hoje vamos falar sobre os vários tipos de família.

Desde os tempos mais antigos que as pessoas se organizaram em grupos, como dissemos na aula anterior. Da História e Geografia de Portugal já sabemos que os primeiros homens fixavam-se ... à beira dos rios, caçavam em grupo e trabalhavam em conjunto, pois perceberam que era mais fácil, ajudarem-se uns aos outros. Assim foi, também surgindo a família.

A família é a instituição mais antiga e natural que podemos encontrar. Foi-se desenvolvendo, como tudo, e aperfeiçoando ao longo dos tempos, dando origem a povos, culturas e civilizações. Sabemos que muitas das nossas palavras portuguesas derivam ...do Latim. A palavra família é uma delas. Escrever no quadro *famulos* = servidor.

Vejamos então como foi evoluindo a família. Abramos o livro na página 106. Convidar um aluno para ler (cfr, Manual do aluno, página 106-107). Terminada a leitura faremos a interpretação em jeito de questões. Como era constituída a família no tempo dos romanos? Foi sempre assim? Vamos ver que não. Na verdade a família foi evoluindo consoante as épocas, culturas e meio social, rural ou urbano, de modo que houve a necessidade de encontrar critérios para a definir.

Tradicionalmente a família era definida pelos critérios de residência comum, casamento e parentesco. No entanto, a residência comum não é suficiente para definir uma família porque, por vezes, uma habitação é partilhada por pessoas que não têm entre si laços de parentesco; o casamento é um dos critérios mais comuns para a definição de família. Contudo existem famílias que não optaram pelo casamento religioso ou civil, como é o caso das uniões de facto; finalmente, o parentesco fundado em laços de sangue é um critério importante para a definição de família. Mas não pode ser o único, uma vez que há crianças adotadas que fazem parte integrante da família, com plenos direitos ainda que não partilhem laços de sangue com os restantes membros.

Em Portugal, desde o berço da nacionalidade, a constituição da família regulava-se pelos costumes, que foram evoluindo a partir das tradições. Havia assim uma grande diversidade de costumes e práticas. Isto fez com que a Igreja elaborasse leis para regularizar a constituição das famílias.

Na Idade Média, a família era constituída por núcleos familiares que tinham entre si laços de parentesco: avós, netos, pais, filhos, tios, primos, ... Os empregados da casa eram considerados elementos da família. Vemos que era mais ou menos como a família do antigo povo romano. O valor mais importante chamava-se solidariedade. Ainda na Idade Média a legislação já previa a proteção dos órfãos e das viúvas, bem como a adoção e perfilhação. O casamento era

considerado um estado social formalizado por um acordo no qual era exigido o mútuo consentimento. A sociedade foi evoluindo e, conseqüentemente, surgiram mudanças nos valores sociais, familiares e nas práticas educativas. Isto levou a alterações nas estruturas familiares. Assim surgiram vários tipos de família. (*cfr, anexo 5 e 6*).

Nuclear ou conjugal – família constituída pelo casal e os seus filhos biológicos, ou adotados. Família monoparental – (*Mono, do latim, que significa um*). Trata-se da família constituída por um só dos progenitores, o pai ou a mãe. Este tipo de família surge devido à viuvez, ou ao abandono do lar; Famílias numerosas – São as famílias com mais de três filhos. Famílias biparentais – As formadas pelos dois progenitores. Família extensa/alargada – A família constituída pelos pais, filhos, avós, tios, primos,... Uma família conjugal pode rapidamente transformar-se em extensa/alargada, ou vice-versa. Família adotiva – Aquela que adota crianças. Exemplificar com as oficinas de S. José – Braga. Famílias consanguíneas – São os membros da família que procedem dos mesmos pais, são do mesmo sangue, pertencem à mesma família. Família união de facto – A coabitação.

Não constando do manual, vamos apresentar mais dois tipos de família, para que os alunos tenham uma ideia mais alargada das tipologias familiares. Família Canguru – Não é propriamente uma tipologia de família, mas podemos apresentá-la dizendo que se trata das famílias onde os filhos estão bastantes anos em casa. Têm uma vida autónoma, mas vivem até tarde com os pais. Família recomposta – Aquela que resulta de um novo casamento devido à viuvez ou separação e onde vivem o novo casal com filhos de anteriores casamentos e do novo casamento.

Conclusão: Ficamos a conhecer algumas tipologias de família. Dizer que, independentemente das tipologias, o importante é que na família haja aquele ambiente de, (*escrever no quadro*): união, amor, diálogo, amizade afeto, solidariedade, ...

Vamos, finalmente, fazer uma ficha de trabalho. Remeter para a ficha nº25, página 74 do manual do aluno. Aos alunos que não tem o caderno do aluno, serão distribuídas fotocópias.

A aula termina com a correção da ficha (*cfr, anexo 19*).

3.3. A Família de Nazaré como modelo de todas as famílias

| |
|---|
| <p>Terceira aula</p> <p>Sumário: A família de Nazaré como modelo de todas as famílias</p> <p>Competências específicas:</p> <p>1ª – Descobrir na Família de Nazaré a dignidade da pessoa humana;</p> <p>5ª – Interpretar produções culturais que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou valores éticos;</p> <p>9ª – Organizar um universo coerente de valores a partir da vida de Jesus;</p> <p>12ª – Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e da solidariedade;</p> <p>24ª – Reconhecer no quotidiano da Família de Jesus os valores essenciais da vida humana;</p> |
|---|

| Operacionalização das competências | Conteúdos | Atividade/Estratégias | Material | T/Min | Avaliação Formativa |
|---|--|---|---|-----------------------------|--|
| <p>1. Conhecer e compreender a estrutura e modelo da família de Nazaré.</p> <p>2. Situar geograficamente as etapas principais da vida de Jesus.</p> | <p>1. Jesus cresceu no seio de uma família estruturada e tida como modelo dos tempos de então.</p> <p>2. Contexto histórico e geográfico da Palestina no tempo de Jesus.</p> | <p>. Acolhimento. . Sumário. . Recapitulação da aula anterior. Registo do sumário. . Colocar uma Sagrada Família num local visível a todos os alunos. Explorar o porquê da Sagrada Família na nossa aula. Costumes e tradições cristãs, à volta da Sagrada Família.</p> <p>1. Apresentação de diapositivos e diálogo com os alunos sobre a família de Jesus: Pais (nomes e profissões).</p> <p>2. Situação geográfica e social da família de Jesus. Mostrar o mapa do diapositivo e comentar: Jesus viveu na Palestina, hoje Israel; Palestina dividida em três províncias: Galileia, Samaria e Judeia. Na Galileia encontramos Nazaré, a terra onde Jesus viveu com a sua família na infância e parte da juventude, até ao início da Sua vida pública; a Samaria situa-se entre a Judeia e a Galileia. Os judeus não</p> | <p>Quadro, Marcador ou giz.</p> <p>Sagrada Família de Nazaré.</p> <p>Computador e Vídeo projetor.</p> | <p>7</p> <p>5</p> <p>10</p> | <p>Participação dos alunos no diálogo.</p> <p>Interesse pela temática apresentada.</p> <p>Atenção e participação dos alunos à exposição do professor.</p> <p>Observações oportunas baseadas no tema.</p> |

| | | | | | |
|---|---|--|------------------------------------|--------------------|--|
| <p>3. Interpretar produções culturais que identifiquem o conhecimento da família de Jesus de Nazaré como modelo de todas as famílias.</p> | <p>3. Vida simples, ambiente de amor para com os parentes e amigos; respeito e obediência; entrega à vontade de Deus.</p> | <p>gostavam dos samaritanos, pois não os consideravam verdadeiros judeus; na Judeia encontramos a cidade de Belém (onde Jesus nasceu) e Jerusalém (cidade principal e onde Jesus morreu).</p> <p>3. A vida em Família nos tempos de Jesus. Apresentação de diapositivos. O homem era o chefe da família; a mulher trabalhava na lida doméstica e os filhos eram educados pela mãe, sendo que os rapazes aprendiam o ofício do pai; o sábado era dedicado ao descanso, ao culto religioso e ao encontro familiar.</p> | <p>Computador e vídeo projetor</p> | <p>5</p> | <p>Comentários e curiosidade dos alunos a respeito dos diapositivos apresentados .</p> |
| <p>4. Conhecer alguns dados históricos acerca do meio social, político e econômico onde vivia a família de Jesus.</p> <p>. Descobrir os valores vividos pela Família de Nazaré.</p> | <p>4. A presença e domínio do Império Romano. As famílias viviam sujeitas às leis do Império. Vivia-se da agricultura e da pesca.</p> <p>. A presença do modelo masculino e feminino ajudavam a crescer num ambiente de confiança, afeto, respeito, obediência e amizade.</p> | <p>4. A família de Nazaré: caracterização econômica, política e social, Mostrar e explicar diapositivos.</p> | | | |
| <p>5. Conhecer a tipologia da família de Nazaré.</p> | <p>5. Tipologia de família alargada.</p> | <p>5. Mostrar imagem de ação de graças que demonstra uma família alargada.</p> <p>. Ficha de trabalho e correção da mesma.</p> | | <p>3</p> <p>10</p> | <p>Comportamento no contexto de sala de aula</p> |

Interdisciplinaridade: **História:** *Situação geográfica: A Palestina entre o continente Africano e Asiático; disputa dos impérios ao longo dos séculos;* **Formação Cívica:** *Os valores*

Depois de uma semana certamente proveitosa em vários aspetos incluído a aquisição de novos conhecimentos, cá estamos novamente para mais uma sessão sobre o nosso tema que é “a família, comunidade de amor”.

Na última aula falamos sobre os vários tipos de família. Lembram-se? Abrimos o diálogo e os alunos vão falando um de cada vez e, se necessário, serão corrigidos naquilo que disserem. Concluir dizendo que, afinal, temos boa memória.

Hoje vamos avançar nos nossos conhecimentos sobre a família. Um aluno vem escrever o sumário ao quadro.

Sumário: A família de Nazaré como modelo para todas as famílias.

Introdução ao tema da aula: Quando olhamos para o horário da vossa turma, na quinta-feira às 10,10h aparece EMRC, que quer dizer... educação moral religiosa católica. Sim católica porque o específico desta nossa disciplina é a sua referência ao cristianismo, ao catolicismo. Digo isto porque hoje vamos falar da Família de Nazaré, a família onde Jesus nasceu e cresceu. Foi esta família que, de certa maneira, contribuiu também para o aparecimento do cristianismo.

Mostrar aos alunos uma Sagrada Família, que será colocada em cima da mesa do professor e em local visível a todos. Cá está uma Sagrada Família – Maria, o Menino e José. Em muitos locais a Sagrada Família anda de casa em casa. São as pessoas que a vão passando de umas para as outras. Isto porque a Família de Nazaré é modelo de virtudes para toda a gente. Em suas casas, cada família acende-lhe velas, reza em família e pede que os membros da sua família pratiquem os valores que se praticavam na Família de Nazaré. Para a conhecermos melhor vamos colocar no quadro quatro questões, às quais iremos dar resposta ao longo da aula. 1ª Quem é a Família de Nazaré? 2ª Onde vivia? 3ª Como era a vida naquele tempo? 4ª De que viviam as pessoas?

1ª Quem é a família de Nazaré? (*cfr, anexo 7*) com as Imagens de Maria, José e Jesus. Na unidade letiva sobre o Advento e o Natal já tivemos oportunidades de nos referirmos a esta família, quando se falou sobre o nascimento de Jesus.

Maria encontrava-se noiva de José e um anjo de nome Gabriel anunciou-Lhe que seria a Mãe de Deus (*cfr, anexo 7*). Ela ainda não estava casada com José, mas era sua noiva. Isto porque, naquele tempo o casamento era negociado entre os pais dos noivos. Depois de negociado, o noivo e a noiva permaneciam durante um ano, em casa dos respetivos pais. Passado esse ano, casavam-se e começavam a viver juntos. José era um homem bom, justo e responsável e exercia o ofício de carpinteiro. (*cfr, anexo 7*).

Jesus nasceu e cresceu no seio desta família que vivia em Nazaré da Galileia. Era uma família simples e estruturada, tida como modelo de família dos tempos de então e que educou Jesus, com todo o carinho e afeto, segundo os preceitos religiosos daquele tempo.

2ª Onde vivia a Família de Nazaré? (*cfr, Anexo 8*). Sabemos da história e geografia de Portugal que o nosso país está dividido em províncias. Nós vivemos na província do ... Minho. Este é o mapa (mostrar) da Palestina, país onde Jesus nasceu e viveu. A Palestina está dividida em três províncias: Galileia; Samaria e Judeia. (situar no mapa). Na Galileia encontramos Nazaré. Foi aqui onde Jesus cresceu e viveu, como já dissemos, com a sua família, durante a infância e parte da juventude; a Samaria situa-se entre a Galileia e a Judeia. O povo Judeu não gostava do povo da Samaria porque não os consideravam da sua raça, judaica; finalmente, a Judeia. Nesta província encontramos duas cidades importantes: Belém, onde Jesus ... nasceu e Jerusalém, onde viria a ... morrer.

3ª Como era a vida naquele tempo? Por norma, as famílias eram do tipo extensa ou alargada (*cfr, Anexo 9*). Na última aula dizíamos que este tipo de família pode caracterizar-se da seguinte forma: na mesma casa, viviam pessoas com diversos graus de parentesco, além dos filhos.

O homem (*cfr, Anexo 9*) era o chefe da família e responsável religioso. O senhor pai da família no antigo povo romano. Mantinha a segurança e zelava pelo bem da família. Trabalhava para alimentar e proteger a mulher e os filhos. Foi isto o que fez José, exercendo a profissão de carpinteiro.

A mulher (*cfr, anexo 9*), ocupava-se dos trabalhos domésticos: confeccionava o pão; preparava as refeições; produzia o queijo (rebanhos); fiava o linho; tratava dos animais que eram a garantia de carne, leite e lã e cuidava dos filhos com muito carinho e afeto. Foi isto o que fez Maria.

Por fim, os filhos (*cfr, Anexo 10*). Naquele tempo não havia escola obrigatória. Então os filhos mais pequenos ficavam com a mãe em casa; os mais crescidos aprendiam a profissão dos pais. No caso de Jesus aprendeu a profissão de carpinteiro; desde pequenos que eram ensinados nos deveres para com os pais (honra, respeito, obediência e humildade); os deveres para com Deus, pois os pais levavam-nos à sinagoga, nome dado ao local onde os judeus se reúnem para rezar e escutar a Palavra de Deus, e aprendiam a catequese. Todos aprendiam os ofícios da família colaborando na vida doméstica e trabalhando com os pais, aprendendo uma profissão.

4ª De que viviam as famílias? Para respondermos a esta questão temos de conhecer a situação política da Palestina no tempo de então. No ano passado, também na disciplina de história e geografia de Portugal estudaram as conquistas do Império Romano. Esse Império que deixou grandes vestígios nesta nossa região de Braga. Pois bem, naquele tempo, a Palestina estava sob o domínio do Império Romano (*cfr, anexo 10*). A Família de Nazaré e todas as outras estavam sujeitas às leis do Império. Pagavam as suas contribuições e impostos a Roma. Jesus viveu tão intensamente isto que um dia mais tarde quando lhe fazem uma pergunta sobre os impostos, irá dizer. “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, isto é, o lugar de Deus é um e o do Estado é outro.

De que viviam então para se sustentarem e pagarem os impostos? Viviam sobretudo da agricultura e pesca.

A agricultura: os terrenos da Galileia eram muito férteis e os frutos que neles se produziam alimentavam muita gente. Vejamos o que se produzia do campo: (*cfr, anexo 11*) trigo, cevada, legumes, linho, nozes, figos, uvas, entre outros; nos montes havia muitas árvores que eram uma fonte de riqueza desta região. Daí dizer-se que em Nazaré havia muitos carpinteiros. Era o ofício de José e que ele ensinou a Jesus, como já dissemos anteriormente. Mas viviam também da pesca, (*cfr, anexo 12*) pois o mar da Galileia era uma importante economia de pesca.

Conclusão: (*cfr, anexo 12*) a família de Nazaré foi uma comunidade de amor, uma família do tipo extensa ou alargada e viveu uma vida simples; criou sempre um ambiente de amor para com os parentes e os amigos; cultivou os valores de: respeito, obediência, partilha, humildade, compreensão, diálogo, escuta, silêncio, entrega à vontade de Deus, colaboração e solidariedade. É assim que devemos também fazer na nossa família, contribuindo para o bem-estar e bem comum de todos os seus membros.

A aula termina com a realização de uma ficha de trabalho e sua correção. (*cfr, anexo 13*).

3.4. Funções e valores familiares

Quarta aula

Sumário: Funções da família: humana e social. Os valores na vida familiar.

Competências específicas:

1ª – Reconhecer na mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana;

9ª – Organizar um universo de valores promotores da vida familiar, relacionando-os com o seu fundamento religioso;

10ª – Despertar para princípios e valores éticos no cotidiano;

12ª – Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e da solidariedade, aceitando as diferenças do outro como fator de enriquecimento mútuo;

| Operacionalização das competências | Conteúdos | Atividade/Estratégias | Material | T/Min | Avaliação Formativa |
|---|---|---|-------------------------------------|-------|---|
| <p>1. Descobrir valores essenciais para o nosso crescimento e desenvolvimento enquanto pessoa.</p> <p>2. Reconhecer a importância e necessidade dos valores na família.</p> | <p>1. A função humana da família é transmitir os valores.</p> <p>2. A função social da família: origem de vida e espaço onde se educa e cresce no amor. Esse crescimento realiza-se através dos afetos, de um clima de confiança, intimidade e liberdade. Função socializadora e educativa: a obrigação familiar de criar condições de bem-estar para toda a família.</p> | <p>. Acolhimento. . Sumário. . Recordar e escrever no quadro algumas das palavras da “chuva de ideias” da primeira aula. São os valores da família e a sua função humanizante Recapitular a aula anterior sobre a Família de Nazaré e os valores por ela vividos.</p> | <p>Quadro, Marcador ou giz.</p> | 5 | Conhecimento os prévios sobre o tema. |
| | | <p>1. Ler e comentar o texto da página 122 do Manual do aluno sobre a vida em família de Santa Teresinha do Menino Jesus.</p> | <p>Computador e vídeo projetor.</p> | 5 | Atenção e Interesse dos alunos pelo texto. |
| | | <p>2. Ler o texto do manual do aluno pág. 123 sobre a importância dos encarregados de educação na transmissão de vida e valores fundamentais; O texto será lido em três partes, intercaladas com diapositivos e respetivos comentários.</p> | <p>Manual do aluno.</p> | 10 | <p>Assimilação dos conteúdos dos textos.</p> <p>Empenho na realização das propostas do professor.</p> |

| | | | | | |
|--|--|--|--|------------------------------|--|
| <p>3. Reconhecer a importância dos valores recebidos no seio da vida familiar com vista à colaboração e sociabilização.</p> | <p>3. Cooperar e participar nalgumas tarefas familiares.</p> <p>. Orientar a nossa vida pelo que de bom nos foi transmitido na família; Vivência baseada no sistema de relações sociais fundadas nos valores.</p> | <p>3. Mostrar imagem: “Uma família na cozinha” e enumerar algumas das tarefas familiares (lavar a louça, ajudar na preparação da alimentação, cuidar da roupa, limpar a casa, tratar do jardim, ...) onde podemos colaborar e ajudar. Os alunos vão dizendo e vamos escrevendo no quadro</p> <p>. Diapositivo com a frase: “A família é a nossa primeira escola onde aprendemos o essencial para a vida.” Pedir a um aluno que explique o sentido da frase.</p> <p>. Ficha de trabalho nº29 do Caderno do aluno, páginas 86-87. Questões 1 e 2.</p> | <p>Caderno do aluno e fotocópias para a realização da ficha.</p> | <p>10</p> <p>5</p> <p>10</p> | <p>Atenção na observação da imagem e da sua mensagem.</p> <p>Adesão dos alunos aos valores propostos.</p> <p>Comportamento e interesse manifestado na realização da ficha de trabalho.</p> |
|--|--|--|--|------------------------------|--|

Interdisciplinaridade: Formação Cívica: Os valores

Começamos por escrever o sumário e lembrar aos alunos que, quando falamos da família, não estamos a fazer referência à nossa família. É importante dizê-lo com já aconteceu na primeira e segunda aula. Não aconteceu na terceira aula dado que nos referimos a uma família muito concreta: a Família de Nazaré. Prosseguimos recordando a “chuva de ideias da primeira aula acerca do título da unidade letiva: “a família, comunidade de amor”. Com a participação dos alunos iremos ao encontro dos valores familiares, tais como: amizade, carinho, amor, afeto, proteção, confiança, respeito, responsabilidade, solidariedade, entre outros. À medida que os alunos vão participando iremos escrevendo no quadro.

Depois diremos: tudo isto é muito importante e devemos aprendê-lo na família. Não é na escola que o vamos aprender. Na escola encontramos a proteção, a confiança, o respeito, a solidariedade, ...; fazemos amigos, criamos afetos e carinho por outras pessoas. Mas tudo isto tem os seus inícios na família. Isto é a função humanizante da família: transmitir os valores essenciais para a vida.

Recordando a aula anterior, respondíamos a quatro questões: 1ª Quem foi a Família de Nazaré? – Maria, José e Jesus. 2ª Onde viviam? – Na Palestina: Galileia, Samaria e Judeia. Na Galileia situa-se Nazaré a terra onde Jesus viveu; na Judeia encontramos Belém, onde Jesus nasceu, e Jerusalém, onde morreu. 3ª Como era a vida naquele tempo? O homem era o chefe e responsável pela segurança da família; a mulher ocupava-se da vida doméstica e os filhos, os mais novos, ficavam ao cuidado da mãe e, os mais velhos aprendiam a profissão do pai. Desde muito cedo conheciam os deveres para com os pais, a saber: a honra, respeito, obediência e humildade. Iam à sinagoga com os pais e aprendiam a catequese. 4ª De que viviam? Da agricultura e da pesca. Terminávamos dizendo que a Família de Nazaré foi uma comunidade de amor, pois nela se viveu as virtudes humanas: respeito, obediência, partilha, humildade, compreensão, diálogo, escuta, silêncio, entrega à vontade de Deus, colaboração e solidariedade.

Além desta família, o nosso Manual apresenta-nos outra família que viveu em pleno esta função humanizante. Vamos ler o texto da página 122 do Manual do aluno. Um aluno fará a leitura do texto. Segue-se o comentário. O texto fala-nos de uma família fundada no amor; que educou as filhas com os princípios do Evangelho e, por isso, nelas encontramos as virtudes humanas e cristãs. A mais famosa das cinco irmãs chama-se Teresa do Menino Jesus. Seguiu a vida religiosa e era uma adolescente simples, obediente e humilde. Quando era repreendida, como também acontece connosco, em vez de se zangar, sorria; dizia que a verdadeira experiência que fazemos é aquela que nos ajuda a corrigir os nossos defeitos e imperfeições; só somos capazes de mudar o que está menos bem na nossa vida, quando tomarmos consciência das nossas fraquezas. Disse tudo isto e muito mais porque recebeu valores humanos importantes da família. Portanto, pela vida de Santa Teresa do Menino Jesus ficamos a saber, também, que a função humana da família é a de transmitir e educar nos valores.

Função Social: Manual do aluno, página 123. Dada a extensão deste texto, vamos lê-lo em três partes, intercaladas com diapositivos que reforçam as ideias nele contido e tornam a aula mais suave.

Primeira parte: um aluno lê o primeiro e segundo parágrafos (*Cf. Manual do aluno, 123*). No final da leitura desta primeira parte será apresentado um diapositivo (*cfr, anexo 14*) ao qual se segue o comentário seguinte: A família é: origem e transmissora de vida; dela recebemos os primeiros afetos e despertamos para o amor; nela aprendemos a relação com os outros.

Segunda parte: Ler o terceiro e quarto parágrafo (*Cfr, Manual do aluno, 123*). Outro aluno lê. No final é apresentado o diapositivo (*cfr, Anexo 14*) ao qual se faz o seguinte comentário:

Assim se cresce num ambiente de confiança, respeito, responsabilidade e liberdade, reconhecendo sempre a autoridade moderada do modelo masculino e/ou feminino.

Terceira e última parte: Um outro aluno lê o último parágrafo do texto (*Cfr, Manual do aluno, 123*). Segue-se a apresentação de mais um diapositivo (*cfr, anexo 14*) com o comentário: O amor vivido na família vai criando laços de comunhão. Deve ser desinteressado, pois procura sempre o bem do outro (*cfr, anexo 15*). Para os casais cristãos, esse amor realiza-se pelo sacramento do matrimônio. Tendo por base este amor, é na família que se faz a experiência de: (*cfr, anexo 15*) acolhimento, aceitação da diferença, tolerância, reconciliação e é nela também que se cresce na responsabilidade. Assim se criam condições de bem estar para todos os membros da família. Por isso colaboramos, na forma do possível, nas tarefas familiares (*cfr, anexo 15*). Quais são essas tarefas? Os alunos vão dizendo: lavar a louça, ajudar na cozinha, cuidar da roupa, limpar a casa, tratar do jardim, etc. Assim a família cumpre a sua função socializadora.

Conclusão: diapositivo (*cfr. anexo 15*) com a frase: “a família é a nossa primeira escola onde aprendemos o essencial para a vida”

Realização e correção da ficha de trabalho nº 29 do caderno do aluno, páginas 86-87. Questões 1 e 2 (*cfr, anexo 20*).

3.5. O lugar dos mais velhos e o respeito pelos direitos da família

Quinta aula

Sumário: Os idosos e a família. Papel do Estado e direitos da família

Competências específicas:

- 1ª. Reconhecer os valores da pessoa humana, tendo por base a mensagem cristã;
- 6ª. Identificar factos sociais que impedem uma saudável convivência familiar;
- 7ª. Relacionar-se com os idosos com base nos princípios de cooperação e solidariedade, reconhecendo a sua dignidade e assumindo a alteridade e diversidade com factos de enriquecimento mútuos;
- 9ª. Descobrir os direitos da família em ordem ao reconhecimento da dignidade humana;

| Operacionalização das competências | Conteúdos | Atividade/Estratégias | Material | T/Min | Avaliação Formativa |
|--|--|--|--|-------|--|
| <p>1. Reconhecer a importância dos idosos na transmissão de valores, sabedoria e cultura.</p> <p>2. Perceber que não temos o direito de discriminar os idosos, começando pelos nossos familiares.</p> <p>3. Descobrir os direitos da família e as obrigações do Estado para com a família.</p> | <p>1. Os valores como herança que se recebe e deve ser colocada em prática.</p> <p>2. A falta de amor, afeto e atenção pelos idosos.</p> <p>3. Condições de vida favoráveis à família: Os direitos da família: à educação, saúde, a ter uma casa, ser feliz, ter uma religião, ter carinho e amor.</p> | <p>. Acolhimento. . Sumário. . Recapitulação da aula anterior e introdução ao sumário.</p> <p>1. Apresentação e exploração de imagens que retratam a convivência entre avós e netos .Apresentação, explicação dos diapositivos.</p> <p>2. Às vezes a família falha. Nem sempre cumpre com os seus deveres. Ler, através do diapositivo, a “estória” da velhinha discriminada pela família. Explorar o texto; . Leitura e compreensão dos textos das págs. 134 e 135.</p> <p>3. O papel do Estado na defesa dos direitos da família: proporcionar educação, cuidados de saúde e proteger as famílias, de modo a obter um ambiente equilibrado e estável, a começar pelas famílias mais necessitadas e mais vulneráveis.</p> | <p>Quadro, Marcador ou giz</p> <p>Computador e Vídeo projetor.</p> | 5 | Atenção demonstrada na redação do sumário e interesse pelo tema. |
| | | | | 5 | Interesse pelas imagens e sua interpretação. |
| | | | | 10 | Interpretação da mensagem dos textos e assimilação dos respetivos conteúdos. |
| | | | | 5 | |
| | 4.Declaração | 4.Recordar as | | | Atenção e |

| | | | | | |
|--|---|--|-------------------------------------|----|---|
| <p>4. Conhecer alguns dos documentos que defendem os direitos da família e dos cidadãos . Reconhecer os direitos fundamentais da família.</p> <p>5. Compreender que a família é/deve ser uma comunidade de amor.</p> | <p>dos Direitos do Homem (ONU), em 1948.</p> <p>Constituição da República Portuguesa.</p> | <p>aprendizagens do 1º período acerca dos direitos da criança.</p> <p>Pedir a um aluno para ler o artigo 67º (manual do aluno pág. 126). À medida que o aluno termina de ler abrir diálogo para comentários e explicação.</p> | <p>Manual do aluno.</p> <p>DVD.</p> | 5 | <p>respeito dos alunos pelos colegas que leem os textos.</p> |
| | <p>Pontifício Conselho para a Família, 1983. carta dos Direitos da Família.</p> | <p>. Um aluno lê o texto da pág. 125. Explicar o que é a Santa Sé: organismo central e supremo do governo da Igreja Católica em todo o mundo e que estabelece relações externas, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais fraterna.</p> | | 10 | <p>Verificar os conhecimentos adquiridos sobre os valores e os direitos da família.</p> |
| | <p>5. Três grandes pilares para a vida familiar: Afeto, carinho e Amor.</p> | <p>5. Síntese da Unidade Letiva.</p> <p>. Visualização de partes do DVD: “Charlie e a fábrica do chocolate” sobre a importância da família na nossa vida.</p> <p>Nota: esta atividade prolongar-se-á na próxima aula com a Dra. Maria José Dias.</p> | | 5 | <p>Curiosidade dos alunos pelo DVD.</p> |

Interdisciplinaridade: Formação Cívica: Conhecer os nossos direitos e deveres; a importância dos valores familiares; **História:** As organizações internacionais

Esta é a quinta e última aula da unidade letiva. Depois do acolhimento, do sumário e recapitulação da aula anterior, iniciaremos o tema da aula. Esta será dividida em duas partes: Primeiro os idosos e a família e, seguidamente, o papel do Estado e os direitos da família. Se houver tempo os alunos começarão a ver o DVD: “Charlie e a fábrica do chocolate”, que terá continuidade na próxima aula, que será lecionada pela Dra. Maria José Dias.

Primeira parte: os idosos e a família

1. A importância dos idosos. Através do diapositivo (*cfr, anexo 16*) vamos responder à questão o que é a velhice? É importante a convivência entre as pessoas idosas e os mais novos. Isto porque, eles contam-nos a sua experiência, falam-nos da sua história, das suas tradições e das culturas do seu tempo (*cfr, anexo 16*) Com os idosos ficamos a saber muitas coisas que às vezes não foram nem são escritas.

2. Na família: Avós e netos. Porque têm mais tempo disponível, os avós levam e vão buscar os netos à escola, dão-lhes carinho, afeto e cuidam deles. Este contributo é muito enriquecedor e determinante. Mais: o convívio entre os idosos e as crianças é uma das formas que os povos têm para perpetuarem a sua história, tradições e culturas. (*cfr, anexo 17*).

3. Os idosos e a família. Em certas culturas africanas o idoso tem grande destaque na sociedade. Ser velho é, precisamente, sinal de experiência, sabedoria e respeito. Já no ocidente não é bem assim. Parece que a sociedade ocidental esqueceu e continua a esquecer os seus idosos e, por isso, encontramos idosos que vivem sozinhos, que aparecem mortos em casa, que são colocados em lares ou casas de acolhimento para as quais não desejam ir, que sofrem maus tratos por parte da família. A propósito de maus tratos vamos ler o resumo de um texto que não se encontra no manual do aluno (*cfr, anexo 18*). Um aluno lê e no final da leitura começa o diálogo.

Este texto fala-nos do desrespeito por uma pessoa idosa, da discriminação, de não saber ser nora e muito menos filho, da falta de amor, de afeto e de atenção para com alguém que pelo facto de ser familiar muito próximo e ser idosa já merecia ser respeitada. Mas a grande lição vem da menina da vossa idade: faz perceber ao pai e à mãe a maneira ingrata como tratavam a avozinha. Mostra-lhes que um dia, ao serem velhinhos, podem ter o mesmo trato.

Dado que os idosos são, por vezes, esquecidos pelos seus familiares e pela sociedade, João Paulo II chamou atenção para este assunto. Vamos ler o texto das páginas 134-135. Depois da leitura podemos comentar o seguinte: O Papa convida-nos a refletir sobre os idosos, o seu papel e a acolhe-los amorosamente. Mais, a Constituição da República Portuguesa consagra um artigo, o 72º, à terceira idade. Vamos lê-lo também. Este artigo fala-nos dos direitos dos idosos. Quais são? Respondemos identificando-os no texto.

4. Vimos que a família nem sempre cumpre o seu papel, não só com os seus idosos, mas também com as crianças. As causas para que tal aconteça são muitas. Salientamos as seguintes: dificuldades económicas, falta de formação humana, falta de tempo e, às vezes, um certo egoísmo. É aqui que surge a intervenção da sociedade civil, mais concretamente o Estado.

Segunda parte: O papel do Estado e os direitos da família

1. Estado: Para garantir o bem estar de toda a família, a começar pelos mais vulneráveis, que são as crianças e os idosos (*cfr, anexo 18*), surgiram diferentes formas de apoio para responder às necessidades familiares e apagar algumas destas imagens tristes que estamos a ver. Uma dessas formas chama-se a institucionalização. A institucionalização – quer dizer que os

idosos e as crianças são acolhidos em instituições. A adoção, de que já falamos, regra geral é fruto disto mesmo. Seria bom que a institucionalização fosse temporária (por algum tempo), pois o melhor lugar que responde às necessidades das crianças e dos idosos será sempre a sua família.

2. Outros exemplos: Associação portuguesa de famílias numerosas, ajuda de mãe, associação vida universitária, centros de orientação família, entre outros.

3. Isto tudo porque a família tem os seus direitos: direito à educação, a ter uma casa, à saúde, ao carinho e amor, a ser feliz, à proteção, Existem documentos que nos falam destes direitos: a Declaração dos Direitos do Homem e os direitos da criança (de que já se falou na unidade letiva um: “Sou Pessoa”, A Constituição da República Portuguesa (ler texto da página 126 do manual do aluno), Carta dos direitos da família – Santa Sé – (ler texto da página 125 do manual do aluno) sobre os direitos da família (mostrar aos alunos o documento).

A Santa Sé é o organismo central do governo da Igreja que estabelece relações externas com todo o mundo, ajudando a construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais fraterna.

4. Síntese final da unidade letiva três: “a família, comunidade de amor”.

Definição e importância da família; tipologias de família; a família de Nazaré, como modelo de todas as famílias; funções da família e, finalmente os idosos, as crianças e direitos da família.

5.DVD: “Charlie e a fábrica do chocolate” – sobre a importância da família.

Resumo: Um menino pobre vivia com os pais e os avós numa pequena e miserável casa. O menino era um grande fã de chocolate, mas só comia chocolate uma vez no ano. Num dado momento, o dono de uma fábrica de chocolate resolveu lançar uma promoção. A promoção é a seguinte: em cinco das muitas barras de chocolate havia convites dourados. Quem tivesse a sorte de lhe sair, teria o direito de passar um dia a visitar a fábrica. Charlie foi um dos contemplados. Chegou a casa e contou aos pais. Estes não acreditaram. Mas o avô acreditou e lá foi com o menino visitar a fábrica. Os outros quatro vencedores foram desistindo um a um. Charlie ficou sozinho. Como o dono da fábrica não se entendia com o pai, Charlie ajudou-o a resolver os desentendimentos com o pai. Conclusão: Charlie ganhou a fábrica e o dono da fábrica ganhou uma família.

3.6. Avaliação da unidade letiva: a família, comunidade de amor

A unidade letiva: “a família, comunidade de amor”, foi planificada para cinco aulas. Precisávamos de mais uma aula para podermos separar aquilo que tivemos de agrupar na última aula. Temos consciência que não há grande ligação entre o tema “os idosos e a família” e “o papel do Estado e os direitos da família”. No entanto, conseguimos fazer o elo de ligação. Tivemos em conta os quarenta e cinco minutos semanais e as unidades letivas que faltavam lecionar. Era preciso dar o devido tempo para que fosse cumprida a planificação anual.

À parte este pormenor, as aulas tiveram uma sequência lógica de planificação e respetiva leção. Começamos pela apresentação da unidade letiva, preparando os alunos para aquilo que seriam os conteúdos a transmitir sobre a família durante as cinco aulas. Além da temática no seu conjunto apresentamos uma primeira definição de família, que se foi aprofundando à medida que íamos avançando no tema central da unidade. A definição de família ficou mais enriquecida quando apresentamos as várias tipologias de família, dizendo que, perante as diversas formas de vida familiar, não é fácil encontrar uma definição concreta de família.

Depois desta visão geral sobre a família, onde cada aluno da turma descobriu a tipologia de família à qual pertence, descemos até às concretizações daquilo que se espera das famílias de hoje. Assim a terceira aula centrou-se na vivência familiar. Como devem ser as famílias de hoje? Apresentamos a vivência da família de Nazaré como exemplo heroico para a vida de todas as famílias, quer sejam ou não cristãs.

A nossa família é o primeiro berço e a primeira escola. Nela aprendemos os valores que servirão de pilares para a vida. A família humaniza e sociabiliza. Através das descobertas que fazemos daquilo que deve ser a vida familiar, descobrimos as funções de cada um dos seus membros. Com onze/doze anos, idades incutimos nos alunos a responsabilidade que vamos tendo no cumprimento de determinadas tarefas familiares.

Por fim, e dadas a inúmeras circunstâncias dos dias de hoje, encerramos a unidade letiva no sentido de sensibilizar para a importância que os idosos têm no seio familiar, além das responsabilidades do Estado no cumprimento das suas obrigações para com a família.

Do acima apresentado, e tendo em conta os alunos da turma onde os conteúdos foram lecionados, esta foi a melhor forma encontrada para que as cinco aulas fossem bastante participativas, para que houvesse diálogo na exposição dos temas e, acima de tudo, para que os alunos ficassem a perceber este tema tão delicado que é a família. Pessoalmente muito satisfeito por tudo aquilo que foi conseguido com os alunos, por ver que assimilaram novos conhecimentos

e que as aulas foram todas ao encontro das suas aspirações. Utilizamos os recursos ao nosso alcance e os mais convenientes para que os alunos aprendessem e gostassem das aulas.

A colaboração, atenção e compreensão dos alunos bem como as interpelações ao longo das aulas e a realização e correção das fichas de trabalho, são provas para uma avaliação bastante positiva da unidade lecionada.

A abordagem da família foi feita numa perspetiva ética e moral, respeitando o pensamento livre e responsável dos alunos, mas sempre orientando para os princípios e valores morais defendidos pela Igreja e os mais adequados à vivência familiar.

A interdisciplinaridade foi posta em prática, nomeadamente com as disciplinas de história e geografia de Portugal, a formação cívica e a língua materna, o português.

Os alunos demonstraram motivação e interesse pelos conteúdos trabalhados nas cinco aulas. As estratégias implementadas ajudaram a compreender melhor os conteúdos que foram trabalhados numa perspetiva científica, religiosa e cristã, servindo como facilitadoras do diálogo e da aprendizagem.

Os recursos disponibilizados para esta unidade letiva são bons. O manual e o caderno do aluno dão orientações sobre os conteúdos a trabalhar, bem como sugestões de atividades que podem e devem ser concretizadas. O suporte digital à unidade letiva é muito bom tornando-se um recurso interessante e indispensável de apoio ao professor na preparação das aulas.

CAPÍTULO IV: DIMENSÃO CULTURAL, HUMANA E CRISTÃ DA FAMÍLIA: CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA

À semelhança das outras disciplinas, a educação moral religiosa católica¹⁶¹ contribui para o sucesso escolar dos alunos, promovendo uma ligação com as suas famílias. Para fundamentar esta afirmação vamos, ao longo deste capítulo, procurar conhecer e compreender a especificidade da EMRC, o programa do quinto ao décimo segundo ano, bem como a identidade e missão daqueles (as) que o testemunham e lecionam.

1. Especificidade da educação moral religiosa católica

A cultura europeia está fortemente marcada pelo cristianismo. É sobejamente conhecido e inquestionável que o nosso património tem a sua matriz cultural na religião cristã. Ao ser “apresentado o catolicismo na escola, a Igreja ajuda os alunos a compreender a cultura em que vivem”¹⁶². O ensino da religião no geral, e o da EMRC em particular, ajudam a escola e as famílias a desenvolverem e fundamentarem o objetivo do ensino “entrando em diálogo com outras matérias de ensino, mas conservando a sua especificidade, que não pode confundir-se com os objetivos das outras disciplinas”¹⁶³. Dada a sua importância na formação dos alunos, ela “não pode ser substituída por outras experiências, nem sequer pela sempre necessária catequese paroquial”¹⁶⁴. A “catequese é uma educação da fé que compreende, de modo particular, um ensino sistemático e orgânico da doutrina cristã, com o fim de iniciar as crianças, os jovens e os adultos à plenitude da vida cristã. (...) É, por isso, um projeto global de educação da fé”¹⁶⁵, enquanto a EMRC, como veremos, não tem tais objetivos.

O mundo que nos rodeia é o mundo do instantâneo, do imediato e do efémero, da indiferença e da hostilidade. Por isso é preciso que na escola “os alunos encontrem o suporte efetivo e o apoio para clarificarem os seus próprios valores, levando-os a construir o seu quadro de referências para a formação da sua personalidade”¹⁶⁶. Educando e contribuindo para a clarificação de valores a EMRC ajuda o aluno a identificar-se e a aceitar-se como é – ajuda a ser; faz com que o aluno seja capaz de se relacionar bem com as outras pessoas - ajuda a ser com. E,

¹⁶¹ A partir deste momento quando nos referirmos à educação moral religiosa católica, usaremos a sigla EMRC.

¹⁶² Carlo Maria MARTINI, *Aonde vais família? Reflexões sobre a vida familiar*, op.cit., 39.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ *Ibidem*, 41.

¹⁶⁵ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo, Religioso e Moral*, ed. Secretariado da Educação Cristã, Lisboa, 1996, 162.

¹⁶⁶ Isabel VILAÇA e Vítor CARMONA, *Os conteúdos pedagógicos e educativos da EMRC*, in *Pastoral catequética*, Ano2, 5 (2006), 93.

finalmente, ajuda a ser para e a ser mais.¹⁶⁷ Esta especificidade exige que “as motivações e estratégias desta aula, tenham de ser diferentes das outras disciplinas, porque esta é essencialmente humana, e terá de ser conforme as necessidades e sensibilidades de cada aluno”¹⁶⁸. As estratégias utilizadas são diferentes em virtude das funções muito peculiares, pois “a educação religiosa e moral tem, para todos os alunos, uma função de informação e de reflexão sobre diversos aspetos da fé cristã e do diálogo entre a fé e a cultura e sobre as suas consequências na vida pessoal e social¹⁶⁹ dos alunos que as outras disciplinas do mesmo departamento curricular – História, Geografia, Filosofia e Psicologia – não têm.

Uma outra característica, já referida mas não aprofundada, e que marca a sua especificidade, é que se trata de uma disciplina católica, que tem a ver com o cristianismo. Com ela e por ela a Igreja torna-se presente na escola através do testemunho dos professores e da descoberta que os alunos vão fazendo sobre valores humanos, morais e religiosos. “A educação religiosa deve ajudar os estudantes a discernir e a escolher os valores que assegurem a qualidade e a promoção da vida humana”¹⁷⁰ na escola e na família. “A aula de religião insere-se na estrutura escolar para se tornar um lugar da procura existencial própria ao crescimento humano, em ordem ao desenvolvimento harmonioso e integral da pessoa”¹⁷¹, procurando o sentido das coisas e dos acontecimentos da vida pessoal, escolar, social e eclesial, criando assim espaços de fraternidade e de solidariedade, propondo a experiência com Deus e o religioso, e não deixando lugar para o isolamento e o anonimato¹⁷², retificando atitudes e melhorando as relações interpessoais.

A finalidade da EMRC é “explorar o universo religioso, a fim de ajudar os alunos a darem um sentido à sua vida, porque a religião permanece um campo privilegiado de conhecimentos e de experiências que se abrem sobre uma visão específica do mundo”¹⁷³, levantando hipóteses e encontrando soluções para as inquietações que se levantam ao ser humano, nomeadamente, a procura do sentido para a vida “que não é possível satisfazer plenamente sem o recurso aos valores religiosos”¹⁷⁴.

¹⁶⁷ Cfr, *Ibidem*, 89-90.

¹⁶⁸ Manuel FERREIRA PATRICIO, *A escola cultural e os valores*, ed. Porto editora, coleção “Mundo de saberes – 19”, Porto, 1997, 286.

¹⁶⁹ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo, Religioso e Moral*, op.cit., 155.

¹⁷⁰ AA.VV., *Igreja, Educação, Escola. Educar na fé, hoje*, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 1981, 110.

¹⁷¹ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, op.cit., 59.

¹⁷² Cfr, AA.VV., *Igreja, Educação, Escola. Educar na fé, hoje*, op.cit., 109.

¹⁷³ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, op.cit., 62.

¹⁷⁴ Deolinda SERRALHEIRO, *A EMRC na Escola Pública*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1990, 19.

Sendo o objetivo último da educação formar cidadãos que sejam responsáveis responsáveis, “a educação moral e religiosa presta um valioso contributo na formação da personalidade, pois ajuda a descobrir o projeto divino sobre a pessoa, sobre a vida humana e sobre a sociedade. Longe de prejudicar a liberdade pessoal e a inserção social, propõe aos educandos uma interpretação integral da existência pessoal, do compromisso social e orienta-os na definição de um projeto de vida enriquecido pelos valores humanizantes do Evangelho que dão conteúdo à liberdade, à dignidade e à responsabilidade pessoais”¹⁷⁵.

Concluimos que, face às necessidades educativas dos alunos, face aos valores sociais e educacionais da escola e da família, a EMRC ajuda a encontrar razões de existir e de estar no mundo. É um processo de educação da dimensão religiosa do Homem, usando um vocabulário científico próprio que permite uma conceção integral e global da vida, justificando razões e relações, promovendo a síntese entre a fé a cultura. “A aprendizagem moral realiza-se, precisamente, na e pela relação com o conjunto familiar, social e cultural. Desde a infância, o jovem encontra normas prescritas pelos pais e, paulatinamente, vai descobrindo as leis e os valores que a sociedade e a cultura veiculam. É uma parte essencial do trabalho de educação moral ajudar o jovem a abrir a sua consciência a estes apelos ou interpelações que lhe vem do existir...”¹⁷⁶. A EMRC não só contribui para a inserção do aluno na sociedade como o ajuda a descobrir e a aceitar a sua própria identidade.

2. O novo programa de educação moral religiosa católica e os valores humanos e cristãos

Olhando para a sociedade em que vivemos é notória a falta de regras, de normas e de valores em todas as classes etárias, começando pelos mais jovens, que são “produto” de uma geração que já cresceu à margem de princípios sólidos e regras básicas de cidadania. Aqueles valores que eram aceites por todos, porque necessários, são agora postos em causa e mesmo contestados. Gerou-se uma crise de valores, todos o sabemos. É face a esta crise de valores do mundo atual que, cada vez mais, se torna importante, no currículo escolar uma disciplina como a EMRC.

Por isso, neste relatório de prática do ensino supervisionada - que nos abriu novos horizontes – não poderíamos deixar de fazer uma abordagem, ainda que genérica, aos novos programas que reforçam positivamente os valores humanos e cristãos. Já temos experiência da

¹⁷⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral: Educação. Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, op.cit., nº5.

¹⁷⁶ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, op.cit., 90.

sua lecionação com exceção para o programa do sétimo ano de escolaridade. Apesar de podermos ser muito sintéticos e incompletos, faremos uma pequena reflexão e exteriorizaremos a nossa percepção sobre os programas.

A EMRC é uma disciplina que faz parte do departamento das ciências sociais e humanas. É-lhe reconhecido o estatuto de estar diretamente ligada ao Homem e à sociedade. Por isso “as razões que levam os alunos e as famílias a preferir o ensino da religião católica na escola são boas e convincentes. E sê-lo-ão ainda mais, se esse ensino souber propor programas cada vez mais persuasivos e tiver professores cada vez mais bem preparados”¹⁷⁷. Essa preparação, além da formação superior, passa prática do ensino supervisionada, e pela formação permanente dos professores de EMRC.

Um estudo global sobre novo programa, faz-nos perceber o contributo da EMRC no âmbito cultural e humanizante da escola. “O ensino da religião na escola pode constituir para todos – crentes, não crentes e indiferentes – uma ocasião única de exame crítico do seu posicionamento face à religião, e bem assim para poder fazer uma opção religiosa mais consciente, livre e responsável, vencendo as limitações do ambiente”¹⁷⁸ ateu e antirreligioso dos tempos em que vivemos, se bem que a missão da EMRC não é formar prosélitos. Essa é missão da catequese.

A EMRC é uma educação à dimensão humana, moral e religiosa. Ela é o “lugar da procura da elaboração ética, onde o estilo das relações educativas dá à personalidade moral do jovem o tempo para se construir, assim como os estímulos, os apelos e a benevolência do educador que conduz a aprendizagem”¹⁷⁹. Ela ajuda os alunos do segundo e terceiro ciclo do ensino básico, e os do secundário a “emitirem um juízo moral, fazerem referências a normas, princípios e valores, tomarem uma decisão livre, assumirem e orientarem a sua afetividade e agir em conformidade com as suas intenções e as suas escolhas, através de um conjunto complexo de condições”¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Carlo Maria MARTINI, *Aonde vais família? Reflexões sobre a vida familiar*, op.cit., 41.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ Deolinda SERRALHEIRO, *O Ato Educativo Religioso e Moral*, op.cit., 109.

¹⁸⁰ *Ibidem*, 110.

2.1. Programa do 2º e 3º ciclo do ensino básico

Aos alunos do quinto ano, muitos dos quais estão matriculados pela primeira vez na disciplina, é oferecido um programa centrado em atitudes e comportamentos, partindo dos ensinamentos da fé cristã. Pretende-se que os alunos aprendam a viver com os outros, despertando para o amor ao próximo e comecem a perceber que os valores espirituais e morais têm prioridade sobre os valores materiais. Como a sociedade não oferece um ambiente que seja propício à aprendizagem e vivência dos valores fundamentais, o programa propõe caminhar em grupo, promovendo a concórdia e percebendo o alcance da palavra fraternidade. O mal moral é o contrário de fazer o bem, por isso, pretende-se que no quinto ano, os alunos sejam capazes de mobilizar princípios e valores éticos para a orientação dos seus comportamentos. Na verdade, para a construção de um mundo mais fraterno é necessário tomar consciência de que viver com os outros exige respeito, verdade, justiça, bondade e paz, conhecer e cumprir regras e normas para uma sadia convivência. Alguns dos bens essenciais para a vida também são tratados no quinto ano. Por isso, o programa chama a atenção para a questão da água, consciencializando os alunos para o uso adequado dos recursos naturais, bem como as consequências que podem surgir pela escassez de água e da poluição dos meios aquáticos¹⁸¹.

Os alunos do sétimo ano vivem ou estão a iniciar a idade da adolescência. O programa leva-os ao encontro das maravilhas do universo e da grandeza do ser Humano, cuidando das coisas criadas, colaborando assim com Deus na obra da criação. Para tal é preciso reconhecer a existência de Deus e a função da religião na vida pessoal e coletiva. Judaísmo, Cristianismo e Islamismo têm diferentes perspetivas sobre Deus. Ao refletirem sobre cada uma destas religiões os alunos são interpelados no sentido de tomarem uma posição de respeito na diferença para com os crentes desta ou daquela religião. Respeito esse que, no caso da igreja católica, é aprofundado através do diálogo com as religiões não cristãs. A adolescência é a fase dos afetos, o tempo em que os alunos questionam o sentido da realidade, vivem a fase das mudanças e experimentam novas formas de pensar. É preciso um acompanhamento próximo, ajudando os alunos a ultrapassarem o egocentrismo infantil, a crescerem e assumirem novas responsabilidades. Destas novas responsabilidades salientam-se o assumir gestos de fraternidade e solidariedade, valorizando as relações interpessoais, como espaços de construção para a felicidade, que é o grande sonho da humanidade.

¹⁸¹ Deveríamos apresentar agora o programa do sexto ano. Não o vamos fazer, uma vez que já foi abordado no ponto um do capítulo terceiro desta segunda parte do relatório (Cfr, páginas 67-69). Avancamos assim para o programa do sétimo ano.

“Livres para amar” é o título do manual do oitavo ano. Com as unidades letivas o amor humano, o ecumenismo e confissões cristãs, a liberdade e ecologia de valores, pretende-se que os alunos sejam capazes de organizar valores fundados na dignidade humana e na liberdade responsável de cada um. O programa relaciona dados da ciência sobre o planeamento familiar com as interpretações cristãs da realidade numa perspetiva ética da igreja católica. Ajuda os alunos a levantarem a questão sobre o sentido da separação entre as igrejas cristãs, cooperando e aceitando as diferenças, sempre dentro do respeito pela dignidade da pessoa humana. Os alunos devem compreender que liberdade não é libertinagem. Com a libertinagem dos dias de hoje os adolescentes são facilmente manipulados pelas falsas liberdades que conduzem à destruição da sua própria liberdade. A liberdade é sempre uma orientação para o bem e para a corresponsabilidade. Assim sendo é a nossa liberdade que nos leva a respeitar o ambiente natural em que vivemos. Mas isso nem sempre acontece. Por isso o programa apresenta alguns caminhos para o conflito que existe entre os valores económicos e ambientais, dizendo-nos que a responsabilidade e o respeito pela natureza toca a toda a humanidade.

A EMRC ajuda a encontrar “um lugar existencial inerente ao crescimento humano, em ordem ao desenvolvimento harmonioso, integral e cultural da pessoa humana. Esta disciplina visa a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais e estéticos, para provar que Deus está na ordem, na beleza, nos valores morais e cívicos numa perspetiva confessional. Não poderá a aula de moral esquecer o ambiente e o problema ecológico”¹⁸².

Proporcionando aos alunos um conhecimento cada vez mais alargado sobre a realidade que os envolve, o programa do nono ano abre novos horizontes. No meio de tanta informação e ideologias tão divergentes que estão ao dispor de toda a gente, é preciso que os alunos sejam capazes de compreender que a vida humana é inviolável. Por isso é preciso valorizar e defender a dignidade de todas as pessoas.

A questão de Deus, o questionamento sobre a Sua existência, ajudados pela fé e a confiança de cada um contribuirão, certamente, para que se reconheça que todos somos dádiva de Deus. Depois de refletirem sobre as religiões abraâmicas no sétimo ano, os alunos são agora convidados a conhecer as religiões orientais, as suas tradições e costumes. É preciso que se relacione os elementos convergentes e divergentes do hinduísmo, budismo, taoísmo e confucionismo, com o cristianismo. Porque é comparando e distinguindo que os alunos estarão preparados para tomarem uma posição pessoal face ao universo de valores propostos pelas

¹⁸² Manuel FERREIRA PATRICIO, *A escola cultural e os valores*, op.cit., 287

diferentes religiões e “ para além de uma formação sistemática do fenómeno religioso, particularmente sobre a religião judaico-cristã, tem ainda a oportunidade de beneficiar de um ambiente de diálogo aberto, face a outras ideologias religiosas”¹⁸³. Assim se vai construindo um projeto de vida pessoal que tenha como base um conjunto de valores humanos, apoiados pela fé cristã.

2.2. Programa do ensino secundário

O programa do secundário está dividido em doze unidades letivas que devem ser distribuídas de tal modo que sejam lecionadas ao longo dos três anos do secundário. O principal objetivo da EMRC para o ensino secundário é dar continuidade à educação para os valores preparando os alunos para encararem com otimismo e confiança as etapas da vida que têm à sua frente. Às vezes há o medo de avançar e é preciso ajudar os alunos a encontrarem um sentido para a vida nas escolhas e opções que fizeram e/ou vão fazendo, encaminhando-os sempre para a realização pessoal. Esse sentido para a vida constrói-se através dos valores e da ética cristã, onde é elaborada uma lista de valores dos quais constam sempre o respeito pela vida, pela dignidade humana, pela justiça e igualdade, entre outros. Assim se descobre a “civilização do amor” que ajuda a distinguir o egoísmo do amor autêntico. É importante ainda conhecer, neste processo de ensino, de aprendizagem e de descoberta, a posição da Igreja Católica perante a urgência de separar prazer, amor e fecundidade. O egoísmo é estéril, ao passo que o amor fecundo e a relação com os outros conduzem, tanto aquele que ama com o que é amado, à felicidade.

Viver em sociedade supõe que haja uma igualdade de oportunidades e que o trabalho seja perspectivado e orientado de harmonia com a dignidade da pessoa. É necessário reconhecer a dignidade e o valor de todas as pessoas, bem como os direitos humanos. O lugar da mulher no mundo do trabalho e o respeito pelos estrangeiros, os idosos e as pessoas com deficiência não podem deixar de ser aprofundados. Além de um dever, o trabalho é um direito. Por isso os alunos, já muito próximos do mundo do trabalho, devem conhecer a legislação sobre o mesmo, comparando-a com aquilo que na realidade vai acontecendo.

Num mundo global que passou da era da industrialização para a era digital, importa ajudar a distinguir ética de economia tendo presente que é o Homem que se encontra no centro de toda a atividade económica, e não o contrário. A vida económica e o seu desenvolvimento devem contribuir para o bem estar social. Os alunos devem ainda conhecer a atuação da Igreja Católica

¹⁸³ *Ibidem*, 287-288.

no campo social e a sua opção pelos mais pobres, bem como os documentos da doutrina social da igreja sobre o trabalho humano.

A ciência deve estar sempre ao serviço do Homem e da qualidade de vida. Refletir sobre o “Ser” e o “Ter”, eis a sempre difícil relação entre a ciência e a religião. A unidade letiva “ciência e tecnologia” dá a conhecer a explicação materialista da vida através da ciência, tecnologia e desenvolvimento, mas aprendendo a respeitar o mistério. Vivendo num mundo do “vi claramente visto” devemos ousar confiar no mistério indizível, fazendo uma síntese do Homem religioso. Daí a importância de se conhecerem os novos movimentos religiosos. Apesar destes movimentos, é sempre possível tomar decisões coerentes com a fé cristã. Tais decisões são possíveis através da fidelidade ao evangelho, ao conhecimento da fé cristã e da essência da Igreja enquanto comunidade dos crentes em Cristo. A beleza do mistério cristão torna-se visível, não só mas também, na arte cristã, que ajuda a compreender o significado da expressão artística.

O programa de EMRC do ensino secundário contribui, finalmente, para que os alunos possam questionar a política na sua relação com a ética e a religião, relacionando e interpretando factos políticos e religiosos.

Concluimos dizendo que a EMRC preocupa-se “em ir ao encontro das interrogações dos alunos, de acordo com o seu estágio de evolução pessoal, social, cultural, moral e religioso, e em favorecer neles a liberdade de expressão”¹⁸⁴, através das “questões sobre o sentido da vida, os modos de viver, a responsabilidade face ao mundo, o futuro, as origens, as religiões...”¹⁸⁵. Tudo isto se torna uma mais valia para o conhecimento e desenvolvimento da personalidade e da cultura geral do aluno, despertando para a vivência dos valores a nível individual, familiar e escolar. A EMRC dá o seu contributo na preparação de pessoas para um compromisso com as realidades do mundo e as realidades da fé.

¹⁸⁴ Deolinda SERRALHEIRO, *A EMRC na Escola Pública, op.cit.*, 37.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

3. Identidade e missão do professor de educação moral religiosa católica

Cada professor, no uso das suas funções escolares, deve-se identificar com a disciplina que leciona. Mas o professor de EMRC, tendo o perfil comum aos outros professores, distingue-se deles, dada a especificidade da disciplina que leciona. A nível geral, o Código de Direito canónico define o professor de religião com a qualidade de notável. Diz o código: “seja notável pela exatidão da doutrina, pelo testemunho de vida cristã e pela capacidade pedagógica” (Cân 804§2). “A autoridade do ‘mestre’, em educação, passa mais pelo que ele vive e faz e não só pelo que diz”¹⁸⁶.

É preciso que o professor de EMRC viva a fé que professa, a qual lhe serve de ponto de orientação na sua ação enquanto professor. Essa vivência será testemunhada e avaliada pelos alunos e toda a comunidade educativa. É o testemunho que o identifica e lhe inspira confiança no conhecimento e compreensão dos outros, através do diálogo aberto e franco. Este diálogo fará com se aproxime dos alunos e mantenha uma relação pessoal que facilite o desenvolvimento psicológico e intelectual dos mesmos, que depois chegará às famílias. Por isso “a disciplina de EMRC reclama exigências pessoais de identidade e de credibilidade. Tais exigências são um estímulo a realizar e a viver plenamente a unidade entre a fé pessoal e a imagem pública da Igreja que ele leva consigo”¹⁸⁷. Ele é enviado pela Igreja e em nome da Igreja. Com o seu carisma muito próprio é um cooperador da Igreja na escola, quer esta seja pública ou privada. Por isso deve alimentar a sua vida com a Palavra de Deus, a oração, a vivência dos sacramentos e das virtudes teologias, para assumir como sua a causa do Evangelho, dando um testemunho que seja credível perante os alunos, os pais, a demais comunidade educativa e a sociedade.

Na relação com os alunos deve estar “disposto a uma compreensão crítica, levando a sério as suas perguntas, que não são mais do que manifestações do modo atual de ver o mundo. (...) Não só deverá respeitar plenamente a liberdade pessoal do aluno, mas também estará disposto a deixar-se pôr em questão pelas suas experiências”¹⁸⁸. Isto supõe respeitar outras posições e convicções. O professor de EMRC deve propor mas não impor. Ele não é um construtor de muros mas de pontes e, como tal, deve estar sempre aberto ao diálogo com os alunos, a escola e a família. Quanto a esta deve apoiar a sua função educativa e “conquistar, pela sua qualidade pedagógica, o espaço educativo da escola pela abertura total às outras disciplinas e às verdadeiras

¹⁸⁶ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação. Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, op.cit., nº14.

¹⁸⁷ Deolinda SERRALHEIRO, *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1990, 46.

¹⁸⁸ AA.VV., *Igreja, Educação; Escola. Educar na fé, hoje*. op.cit., 70.

questões dos alunos”¹⁸⁹, muitas vezes problemáticas. Isto consegue-se através de uma “relação respeitosa e compreensiva, que permite aos alunos manifestarem-se com espontaneidade e naturalidade, sem a necessidade de manipular a própria identidade para ‘ganhar’ a aceitação e o apreço do mestre”¹⁹⁰. Por isso, quando é preciso ouvir os encarregados de educação num ou outro problema causado pelos seus educandos, depois da direção da escola os ouvir, esta pede (é uma experiência pessoal vivida ao longo destes anos de ensino) ao professor de EMRC que também fale com os pais. Outras vezes há, porém, em que a direção da escola pede a presença do professor na reunião com os alunos em causa e respetivos pais, ou então uma conversa individual com o aluno.

Também a escola e a família percebem que a identidade e missão do professor de EMRC é a “de ajudar a educar, a formar consciências, é como ver em cada aluno, um ‘Cristo pequenino’, um ‘irmão’ e um ‘amigo’. Não se devem ver os alunos como meros peões numa mesa de xadrez”¹⁹¹. Pelo contrário é preciso ter sempre presente a capacidade de acolhimento numa atitude dialogante mesmo que, por vezes, da parte dos alunos e pais haja uma reação contrária que dificulta essa relação.

Outra característica da identidade e missão do professor é que “tem de saber um pouco de tudo sobre o mundo que nos rodeia, de tudo o que é suscetível de chamar a atenção e ser motivo de interesse dos jovens, com os seus heróis e os seus modos. Porque se assim não for, o professor perderá a credibilidade e, esta é indispensável quando lhes dizemos que há fome no mundo, que há crianças maltratadas, que a sida mata, que há que ter cuidado com o amor livre. Resumindo, o professor de moral tem que cheirar a ‘ganga’ mas com certo ar de serenidade”¹⁹² em tudo o que se passa na escola e fora dela. Só assim haverá um compromisso com a escola, entendendo-a como comunidade, e não somente como um espaço onde se leciona.

O professor de EMRC tem de ser “otimista, alegre, bem-disposto, disponível aos outros, dotado de muito amor e compreensão heroica, apoiado e convencido que só em Cristo as aspirações humanas encontrarão respostas válidas”¹⁹³. Daqui a necessidade da firmeza na fé e na esperança, e a consciencialização sempre presente da sua vocação e missão recebida da Igreja.

¹⁸⁹ Deolinda SERRALHEIRO, *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, op.cit., 48.

¹⁹⁰ Josep PUIG ROVIRA, *La educacion Moral en la enseñanza obligatoria*, ed. Horsori, Barcelona, 1995, 259.

¹⁹¹ Manuel FERREIRA PATRICIO, *A Escola Cultural e os valores*, op.cit., 287.

¹⁹² *Ibidem*, 288.

¹⁹³ *Ibidem*, 289.

Quanto às aulas, elas devem ser aquele “espaço que proporciona aos alunos uma visão global da pessoa humana, da sociedade e da ciência, inspirada no Evangelho”¹⁹⁴, com interação constante entre alunos e professores. As questões que se colocam ao longo das aulas devem ser “perguntas encaminhadas a facilitar o pensamento, a argumentação e a construção de hipóteses, motivando os alunos a interessarem-se pelo diálogo como processo e não unicamente como produto”¹⁹⁵, respeitando as temáticas do programa, os conhecimentos a ensinar, bem como as aptidões a desenvolver e os valores e atitudes a adquirir.

Dado o estatuto facultativo da disciplina, dado tudo aquilo que muitas vezes e, erroneamente, se diz à volta do seu lugar no currículo, é fundamental ter em conta e colocar em prática, no seio escolar onde cada um está, as virtudes da tolerância, da honestidade, da justiça, da paciência, da comunicação, da imaginação, do entusiasmo, da dedicação, da sensibilidade e compaixão, da responsabilidade e do respeito pelos outros. Preparados para gerir situações problemáticas e conflitos interpessoais e, sabendo relacionar-se bem, é necessário também redobrar esforços no sentido de promover aquela tão desejável cooperação entre a escola e a família, não para benefício pessoal mas para o sucesso escolar e integral dos alunos. As interações com as famílias devem sempre respeitar as diferenças ajudando a combater a exclusão e discriminação.

¹⁹⁴ Deolinda SERRALHEIRO, *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, op.cit., 48.

¹⁹⁵ Josep PUIG ROVIRA, *La educacion Moral en la enseñanza obligatoria*, op.cit., 258.

CONCLUSÃO

O nosso trabalho procurou abordar e refletir sobre temas pilares das sociedades contemporâneas como a escola e a família. Mais especificamente, procuramos compreender a importância da família como agente primeiro e fundamental de socialização e a sua importância e contributo para a formação dos jovens que são o futuro de todas as sociedades que, como sabemos, são cada vez mais globais o que aumenta o sentido da responsabilidade da família na educação para os valores e princípios éticos, pilares das sociedades.

Por outro lado procuramos estabelecer a relação entre a família e a escola. A escola é também um agente poderoso de socialização e de transmissão de valores que precisa da cooperação e colaboração das famílias na educação dos jovens que cada vez passam mais tempo na escola. A participação das famílias e da comunidade escolar é fundamental e está regulada nos normativos. Os sucessivos governos perceberam a importância da abertura das escolas às famílias e às comunidades locais, sem as quais a escola como educadora para os valores terá mais dificuldades. No âmbito das responsabilidades da escola abordamos a problemática da autonomia que consideramos essencial para que as nossas escolas possam de facto desempenhar a sua função e papel com eficácia. O decreto-lei 75/2008 define a autonomia das escolas no Artigo 8.º como “a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos.” Da nossa análise ficou mais ou menos claro que a autonomia, como autorregulação ou independência para criar as suas próprias regras, é uma miragem dada a tendência centralista do nosso sistema político relativamente à educação. A autonomia é decretada, regulamentada pela tutela, pelo que na verdade não se trata de autonomia embora haja a possibilidade de uma certa autonomia das escolas na elaboração do projeto educativo ou no plano anual de atividades que se constituem como instrumentos de autonomia, segundo a lei.

O nosso quadro legislativo relativo à educação, presente na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), consagram as finalidades da educação, estabelecendo que ao Estado compete promover a sua democratização, garantindo a todos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística. A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece os princípios de organização deste sistema, designadamente a promoção da formação integral, da cidadania, da

valorização cultural, moral e ética e da interculturalidade. A educação deverá ser oferecida de forma descentralizada e diversificada, com participação das localidades, assegurando a igualdade de oportunidades e as práticas democráticas. A nossa legislação estabelece um conjunto de princípios fundamentais que regem o sistema educativo português como a igualdade, a equidade, a democraticidade, a abrangência, a inclusão e a participação. É com base nestes fundamentos legais que se produz a restante legislação sobre a educação e o ensino nomeadamente o decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril que no preâmbulo estipula que: *“Em primeiro lugar, trata -se de reforçar a participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino. É indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Para tanto, torna -se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efetiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na atividade e na vida de cada escola. Uma tal intervenção constitui também um primeiro nível, mais direto e imediato, de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve. Este objetivo é concretizado, no presente decreto -lei, através da instituição de um órgão de direção estratégica em que têm representação o pessoal docente e não docente, os pais e encarregados de educação (e também os alunos, no caso dos adultos e do ensino secundário), as autarquias e a comunidade local, nomeadamente representantes de instituições, organizações e atividades económicas, sociais, culturais e científicas. A este órgão colegial de direção — designado conselho geral — cabe a aprovação das regras fundamentais de funcionamento da escola (regulamento interno), as decisões estratégicas e de planeamento (projeto educativo, plano de atividades) e o acompanhamento da sua concretização (relatório anual de atividades).”*

Portanto, além da abertura das escolas à comunidade e às famílias, estas têm o poder de estar representadas em órgãos centrais nas decisões sobre a vida da escola, nomeadamente, conselho geral e conselho pedagógico a quem cabe a competência de elaborar (conselho pedagógico) e aprovar (conselho geral) os instrumentos símbolos da autonomia das escolas, ou seja, o projeto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de atividades e o orçamento (Artigo 9.º).

A família é o lugar do primeiro relacionamento de cada ser humano. É nela que nos iniciamos para vida, aprendemos aquilo que somos e aquilo que seremos ao longo da nossa existência. Enquanto berço onde aprendemos a ser pessoa, a família ensina-nos a dar os primeiros de muitos passos, as primeiras de muitas palavras e as primeiras relações humanas que servirão de base para a nossa personalidade. Por isso, é preciso que a educação dos mais novos seja feita no sentido de descobrirem a sua identidade, na prática de atitudes e comportamentos responsáveis, na capacidade de amar através da experiência de se sentir amado. É pela família que aprendemos a ser homens e mulheres e nos tornamos úteis para a sociedade. Esta utilidade depende da maneira como nos ensinam e aprendemos as virtudes sociais do dar e receber, do acolher e proteger, da união e comunhão, da amizade e do diálogo, da capacidade de abertura ao outro e do perdão, da ajuda e do serviço, da dedicação e da humildade. Estas virtudes têm as suas raízes no amor e no diálogo, condições fundamentais para que haja família. Em família é preciso dialogar, conversar e perguntar para que os valores sejam aprendidos, vividos e passem de geração em geração. É muito importante que a instituição família seja espaço de formação onde se recebem exemplos de vida e de amor, de experiências e de compromissos.

Partindo do amor desenvolvem-se a profundidade e a intimidade das relações familiares. A família constitui uma comunidade de amor e de solidariedade insubstituível para o ensino e a transmissão de valores culturais, éticos, sociais, espirituais e religiosos, essenciais ao desenvolvimento e bem estar dos seus próprios membros e da sociedade. Ela é o lugar onde se encontram diferentes gerações que se ajudam mutuamente no crescimento humano de harmonia com os direitos individuais de cada um e as exigências da vida social.

O modelo de família constituído por um homem e uma mulher que promovem a sua complementaridade com abertura à procriação há muito tempo que deixou de ser único. Hoje defendem-se, como vimos, novos modelos e tipologias de família: monoparentais, uniões de facto, recompostas, homossexuais, entre outras. Apesar desta verdade, também é verdade que de todas as novas tipologias de família, aquela que melhor serve para a sociedade é a família fundada no casamento entre duas pessoas de sexos diferentes.

As famílias de hoje passam por momentos de dificuldades, de crise e de provações de toda a ordem. Muita da legislação sobre a família tem como consequências a desestruturação da própria família. A família e a sociedade ficam mais pobres com os divórcios, as uniões de facto, as famílias monoparentais, a homossexualidade. Os governos, com as suas políticas, em vez de ajudarem as famílias a serem aquilo que elas são e devem ser, fazem com que elas percam a sua

identidade e a capacidade de serem espaço de comunhão, amor, unidade, diálogo, serviço e perdão.

Perante a crise económica que estamos a viver é preciso que a família não se sinta sozinha e confusa no meio de tanta informação contraditória e desfavorável a um ambiente familiar harmonioso e saudável. Os meios de comunicação social, nomeadamente a televisão e a internet, dominaram e substituíram os espaços de convívio familiares. As relações à distância (virtuais) tornaram-se mais fáceis que as presenciais (reais), procurando por vários meios apresentarem novas formas de vida familiar.

A família é o que de mais importante há na sociedade. Sem família não há sociedade e, como tal, a sociedade deve proteger a família com medidas de carácter político, económico, social e jurídico, que contribuam para a consolidação da unidade e estabilidade familiar no cumprimento das suas funções específicas. Por isso, também a escola, enquanto campo de formação e educação, deve acompanhar de perto os alunos e suas famílias/encarregados de educação, promovendo um diálogo aberto e construtivo que tenha como resultado a formação de cidadãos responsáveis. Entre a escola e a família é preciso continuar a criar um ambiente de cumplicidade, estabilidade, proximidade, confiança, cooperação e harmonia. Não basta que a legislação aponte para isso mesmo. É preciso que a família e a escola atuem em conjunto para o bem das partes. Tal como prevê o artigo 3º do decreto-lei 75/2008, parece-nos fundamental como princípio geral, “assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente, dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das atividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino.”

Finalmente, temos de lutar contra tudo aquilo que são os atentados à família, à sua integridade e à sua missão. As separações, os novos casamentos, as uniões de facto, são situações que acontecem nas famílias e tem implicações diretas nos filhos que, muitas vezes, são abandonados ou deixados ao cuidado de outros membros do agregado familiar (geralmente mais velhos e sem forças para poderem responder a todas as necessidades familiares e educativas), ou de instituições criadas para responder a estas situações. Nunca devemos esquecer que o lugar do ser humano é a sua família e não esta ou aquela instituição.

O trabalho desenvolvido ao nível da fundamentação científica e da escolha de estratégias para a operacionalização das competências específicas da unidade letiva três do sexto ano de escolaridade: “a família, comunidade de amor”, assim como os recursos didáticos e a análise de avaliação das aulas lecionadas, possibilitaram um aprofundamento sobre a família, bem como um enriquecimento enquanto professor de educação moral religiosa católica. Completam-se hoje (três de maio de dois mil e doze) doze anos de leção da disciplina de educação moral religiosa católica. A prática do ensino supervisionada ao longo deste ano letivo abriu-nos novos horizontes que irão contribuir para esta missão de educar adolescentes e jovens nos valores humanos e cristãos, ajudando-os a tomarem uma posição perante as realidades do mundo de hoje.

A disciplina de educação moral religiosa católica, dada sua especificidade de ser católica, defenderá sempre os valores humanos como pilares da família, refletirá sobre os problemas que afetam as famílias, lutando contra tudo aquilo que a impede de crescer no amor, na fidelidade, no dom de si, na ajuda desinteressada, na comunhão cada vez mais plena, no diálogo harmonioso e na capacidade de perdoar. Esta é também a missão do Estado e o dever de cada membro da família.

Tendo em conta as mudanças a que a sociedade atual está sujeita, torna-se bastante difícil conseguir alcançar o objetivo de educar para os princípios axiológicos em consonância com os valores cristãos. Basta pensarmos na sociedade tecnológica, que como defendemos anteriormente, está em constante mutação e impõe a necessidade de contarmos com as repercussões que a ciência deste século nos traz ao nível dos valores, da formação pessoal e da educação. Diariamente novos desafios se colocam à educação e esta, por sua vez, tem de se adaptar e se reajustar às transformações que a sociedade exige, sejam de natureza sociológica, cultural ou ideológica o que na nossa opinião coloca a nossa disciplina (EMRC) num lugar central do sistema educativo, dada a sua especificidade de formar para os valores pilares, das sociedades verdadeiramente humanas.

Todos juntos devemos contribuir para a criação de mais e melhores oportunidades, porque a família precisa e deve ser mais respeitada. É preciso transmitir com segurança o respeito pelo outro na sua condição de pessoa, como ser único e irrepetível.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (10/12/1984)

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO – 1986.

DECRETO-LEI 43/89 de 3 de fevereiro.

DECRETO-LEI 115-A/98, de 4 de maio.

DECRETO-LEI nº6/2001 de 18 de janeiro, *artigo 12º*.

DECRETO-LEI nº75/2008, de 22 de abril, *preâmbulo e artigos 3º, 8º e 9º*.

DECRETO-LEI nº 45/78, de 11 de julho.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, *artigos 67º e 74º*.

CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, *cân 804§2*.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV., *Caminhos de Liberdade*, Manual de Educação Moral Religiosa Católica, 11^a ano, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 1997³.
- AA. VV., *O Ensino secundário em debate. Reflexões de escolas e professores*, ed. Ministério da Educação, Lisboa, 1998.
- AA.VV., *A crise da instituição familiar*, ed. Salvato editores, Barcelona, 1979.
- AA.VV., *A família e o sucesso escolar*, ed. Presença, Lisboa, 2005⁴.
- AA.VV., *Aprender a ensinar, ensinar a aprender*, ed. Afrontamento, Porto, 1994.
- AA.VV., *Área de Integração I*, ed. Plátano, Lisboa, 2010.
- AA.VV., *Igreja, Educação, Escola. Educar na fé, hoje*, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 1981.
- AA.VV., *Profissão Professor*, ed. Porto editora, *Coleção “Ciências da Educação”*, Porto, 1991.
- AA.VV., *Sociologia*, ed. Texto editora, Porto, 2006.
- ALVES, Manuel Isidro, *A família na Bíblia: luzes e sombras*, in *Theológica*, Vol. XXIX, 1 (1994), 31-42.
- ANDRÉS FLECHA, José Román, *Cultura familiar y valores ético-religiosos*, in Dionísio Borobio (coord), *Família y Cultura. La familia en el umbral del año 2000*, ed. Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 1998, 322-356.
- ARTIGO 231º do *Regulamento Interno do Agrupamento Vertical de Escolas Território Educativo de Coura*.
- AZEVEDO, Joaquim, *Família, educação e escola* in CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Léxico da Família. Temas ambíguos e controversos sobre família, vida e aspetos éticos*, ed. Principia, Cascais, 2010, 485-504.
- BARROSO, João, *Autonomia das escolas: Da modernização da gestão ao aprofundamento da democracia. 1º Simpósio sobre Organização e gestão Escolar – Estratégias e Lideranças nas Escolas*, 2000.
- BARROSO, João, *O estudo da escola*, ed. Porto editora, Porto, 1996.
- BISCAIA, Jorge, *Os avós*, in “Brotéria” Vol. 160, 5/6 (2005), 435-442.
- BOROBIO, Dionísio, *Família, Sociedad, Iglesia. Identidad y misión de la familia Cristiana*, ed. Desclée de Brouwer, Bilbao, 1994.
- CARDOSO OLIVEIRA, Ana Paula, *A Receptividade à mudança e à Inovação Pedagógica – O Professor e o Contexto escolar*, ed. Asa, Porto, 2002.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, ed. Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000².

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Documentos Conciliares e Pontifícios. Decreto sobre os meios de comunicação social*, ed. Apostolado da Oração, Braga, 1987¹⁰.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Documentos Conciliares e Pontifícios. Declaração A educação Cristã (GE)*, ed. Apostolado da Oração, Braga, 1987¹⁰.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral: A família, esperança da Igreja e do mundo*, ed. Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 2004.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral: Educação Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, ed. Secretariado da Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 2002.

CURY, Augusto, *Pais brilhantes, Professores Fascinantes. Como formar jovens felizes e inteligentes*, ed. Pergaminho, Cascais, 2004.

DA FONSECA, Dinis, *Responsabilidades Familiares*, ed. União Gráfica, Lisboa, 1951.

DE ASSUNÇÃO, Torre, *Família*, in *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, coordenação de António Pereira Dias DE MAGALHÃES, Manuel Alves DE OLIVEIRA e outros, ed. Verbo, Vol. VIII, Lisboa, 1969.

DECRETO-LEI 115/98, art.47º, nº1.

DREN, *Na Escola. Autonomia*, ed. Asa, Porto, 1990.

FONSECA, António, *A tomada de decisões na escola*, ed. Texto editora, Porto 1998.

GARCIA GUTIÉRREZ, José Luís *Família e princípio de subsidiariedade*, in CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Léxico da Família. Temas ambíguos e controversos sobre a família, vida e aspetos éticos*, ed. Principia, Cascais, 2010, 428-433.

GARCIA SÁNCHEZ, Elena, *Família y Educacion*, in Dionísio Borobio (cord.), *Família en un mundo cambiante*, ed. Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca, 1994.

GIDDENS, Antohony, *Sociologia*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997².

JOÃO PAULO II, *Carta às Famílias*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1994.

JOÃO PAULO II, *Exortação Apostólica Familiaris Consortio*, ed. São Paulo, Lisboa, 1994.

LEANDRO, Engrácia *Famílias. Visão panorâmica sobre o resultado dos últimos censos*, in *Communio*, Ano XXII, 1 (2005), 5-12.

LEANDRO, Engrácia, *Complexidade das estruturas familiares na sociedade moderna*, in *Theológica*, Vol. XXIX, 1 (1994), 13-29.

- LEANDRO, Engrácia, *Transformações da família na história do ocidente*, in *Theológica*, Vol. 41, 1 (2006), 51-74.
- LIMA, Licínio, *Administração da Educação e Autonomia das Escolas*. Citado in Licínio LIMA (org), *A Educação em Portugal (1986-2006) – Alguns Contributos de Investigação*. Comissão Nacional de Educação, Lisboa, 2007.
- LIMA, Licínio, *Produção e reprodução de regras: normatismo e infidelidade normativa na organização escolar*, in *Inovação* Vol. 4, nº2-3 (1991), 141-153.
- MARTINI, Carlo Maria, *Aonde vais família? Reflexões sobre a vida familiar*, ed. São Paulo, Coleção Família – 9, Lisboa, 1996, 103.
- MORATALLA, Agustín Domingo, *Ética de la vida familiar, Claves para una ciudadanía comunitária*, ed. Desclée de Brouwer, Bilbao, 2006.
- NETO GONÇALVES, Margarida, *Para uma política da família. 100 Compromissos*, in “*Communio*”, Ano XXII, 1 (2005), 101-104.
- PACHECO, José Augusto, *Projeto Curricular integrado*, ed. Ministério da Educação, Lisboa, 1998.
- PATRICIO FERREIRA, Manuel, *A escola cultural e os valores*, ed. Porto Editora, coleção “Mundo de saberes” – 19”, Porto, 1997.
- PEREIRA, Jorge Augusto, *Educação Moral Religiosa Católica. Alicerces. Valores e Ética Cristã, UL2*, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2009.
- PEREIRA, Jorge Augusto, *Nós e o mundo. Manual de Educação Moral Religiosa Católica, 6ºano*, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2009.
- PEREIRA, Jorge Augusto, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2007.
- PERRENOUD, Phillipe, *Ofício do aluno e sentido do trabalho escolar*, ed. Porto editora, Porto, 1995.
- PLÁ REIG, Juan António, *La família Cristiana comunidad de creyentes*, ed. Edicep. C.B., Valência, 1991.
- PONTIFICIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *A Família, o Trabalho e a Festa, Catequeses preparatórias para o VII Encontro Mundial das Famílias*, ed. Lucerna, Cascais, 2011.
- RIBEIRO CARRILHO, António, *Reflexões sobre a Reforma Educativa*, ed. Texto editora, Lisboa, 1989.
- ROLDÃO, Maria do Céu, *Os professores e a gestão do currículo*, ed. Porto editora, Porto, 1999.

ROVIRA PUIG, Josep, *La educacion Moral en la enseñanza obligatória*, ed. Horsori, Barcelona, 1995.

SAMPAIO, Daniel, *Inventem-se Novos Pais*, ed. Caminho, Lisboa, 2001.

SANTA SÉ, PONTÍFICIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, *Carta dos Direitos da Família*, ed. Apostolado da Oração, Braga, 1994⁶.

SARMENTO, Manuel Jacinto, *A Escola e as Autonomias*, “*Coleção Cadernos Pedagógicos*”, ed. Asa, Porto, 1993, 12.

SECO, Maria da Graça, *A satisfação dos professores. Teorias, Modelos e evidências*, ed. Asa, Porto, 2001.

SERRALHEIRO, Deolinda, *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1990.

SERRALHEIRO, Deolinda, *A EMRC na Escola Pública*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1990.

SERRALHEIRO, Deolinda, *O Ato Educativo, Religioso e Moral*, ed. Secretariado da Educação Cristã, Lisboa, 1996.

SERRÃO, Daniel, *Em defesa dos direitos da família*, ed. Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

SHARMA, Robin, *El monje que vendió su Ferrari*, Plaza & Janés Editores, Barcelona, 1998.

SILVEIRA DE BRITO, José Henrique, *O idoso, a família e a sociedade*, in *Brotéria*, vol.161, 4 (2005), 275-285.

VILAÇA, Isabel e CARMONA, Vítor, *Os conteúdos pedagógicos e educativos da EMRC*, in *Pastoral catequética*, Ano2, 5 (2006), 89-96.

XAVIER LOBO, Rita, *Família, direito e lei*, in CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Léxico da Família. Temas ambíguos sobre a família, vida e aspetos éticos*, ed. Principia, Cascais, 2010, 363-373.

ANEXOS



ANEXO 2



Anexo 3



O QUE É UMA FAMÍLIA?



. Grupo de pessoas que vivem num determinado lugar, durante um período de tempo mais ou menos longo, e que estão unidas ou não por laços consanguíneos;



. Este grupo cresce no amor através dos afetos, da confiança e do respeito mútuo, criando relações estáveis;

. Está ligado a uma sociedade à qual pertence e e da qual recebe uma cultura;



Tipos de organização familiar

Quanto ao agregado familiar

Agregado isolado – Viúva sem filhos, pessoa solteira

Agregado não conjugal – Lar sem estrutura familiar

Agregado familiar simples – Casais com ou sem filhos

Agregado familiar alargado ou extenso – Famílias onde se incluem vários graus de parentesco

Agregado familiar múltiplo – formado por um núcleo principal e outro secundário. Dois ou mais casais de irmãos

Tipos de organização familiar:

quanto ao nº de elementos



Monoparentais – formada apenas por 1 dos progenitores



Biparentais – formadas pelos 2 progenitores

A nossa família é o bem mais precioso que temos



Famílias numerosas – as que têm mais de 3 filhos



Conjunto de pessoas onde os elei têm diversos graus de parentesco para além dos filhos.

Apresentação de
possíveis do Micro

t)

Tipologias de família (cont)

Família adotivas

Família consanguínea – Laços de sangue

Família por afinidade

Família de União de facto

Família Canguru

Família recomposta



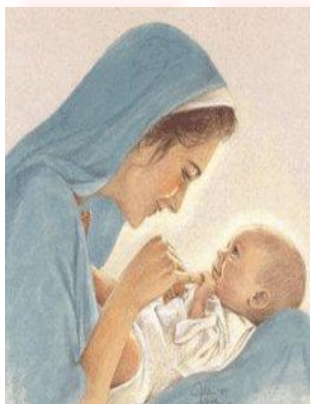
Apresentação de
apostivos do Micros

A família de Jesus de Nazaré

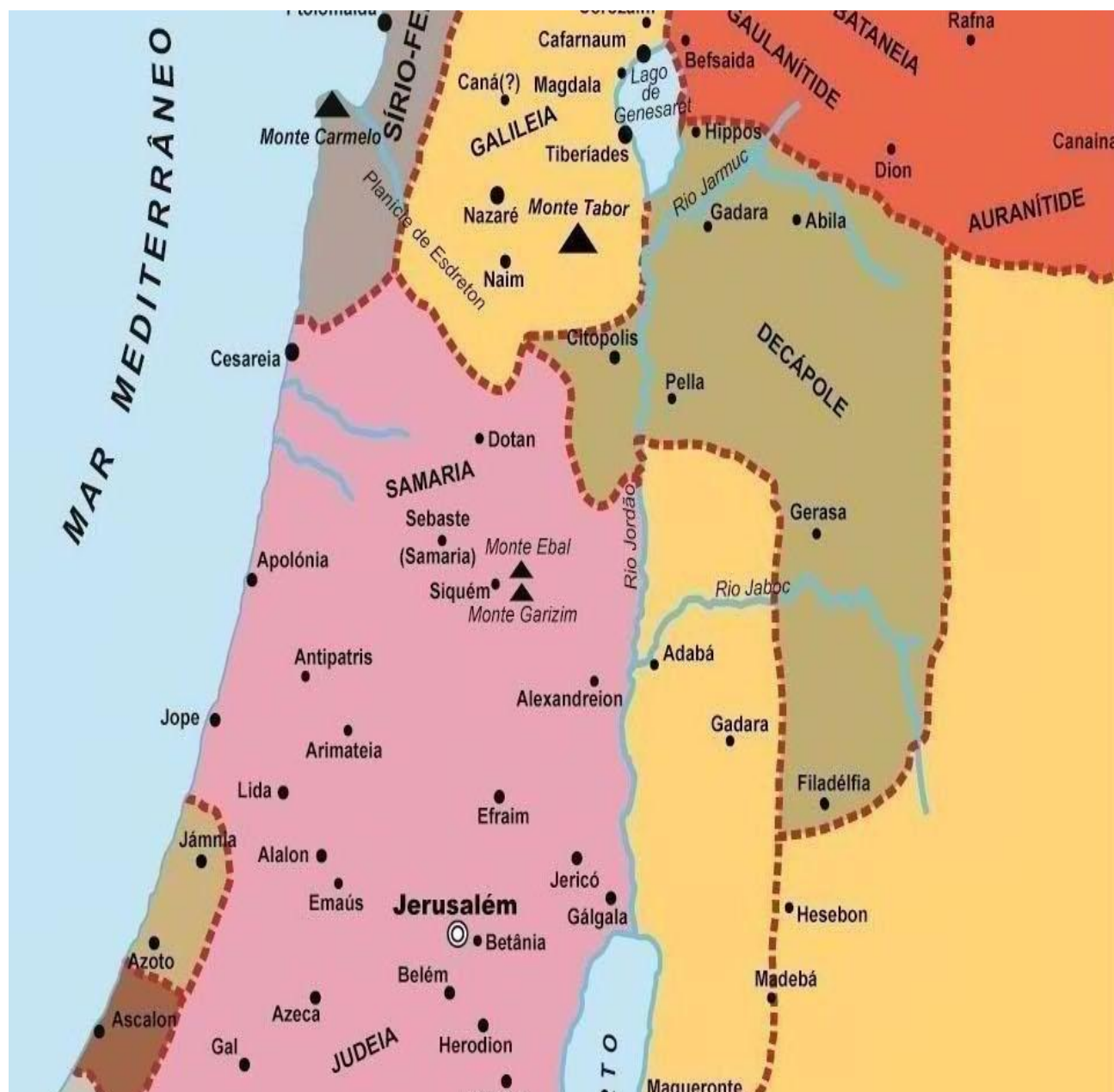
Maria e José viviam em Nazaré. José pertencia à descendência de David e exercia o ofício de carpinteiro.

Maria encontrava-se noiva de José quando o anjo Gabriel lhe anunciou que tinha sido escolhida para ser a mãe do filho de Deus.

A família de Jesus de Nazaré



Anexo 8



A vida familiar



As famílias constituíam a estrutura central da vida social da Galileia. Eram, por norma, extensas ou alargadas.

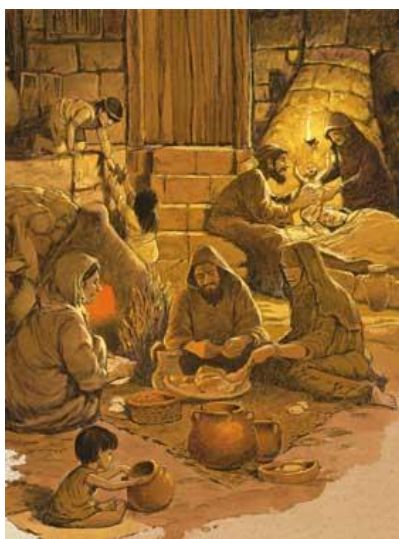
O homem era o chefe de família e o responsável religioso. Era seu dever manter a segurança e zelar pelo bem estar de todos. Tinha a responsabilidade de trabalhar para alimentar, proteger e garantir um abrigo à mulher e aos filhos.

A vida familiar



À mulher competia realizar os trabalhos domésticos: confeccionava o pão, preparava as refeições, moía a farinha, produzia o queijo, fiava o linho e tratava dos animais, que lhes garantiam a carne, o leite e a lã.

A vida familiar



Os filhos de tenra idade ficavam em casa com as mães. Conheciam desde cedo os seus deveres para com os pais, para com Deus, e era com os pais que iam à sinagoga, aprendiam a catequese e, normalmente, aprendiam os ofícios de família.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL, ECONÓMICA E POLÍTICA

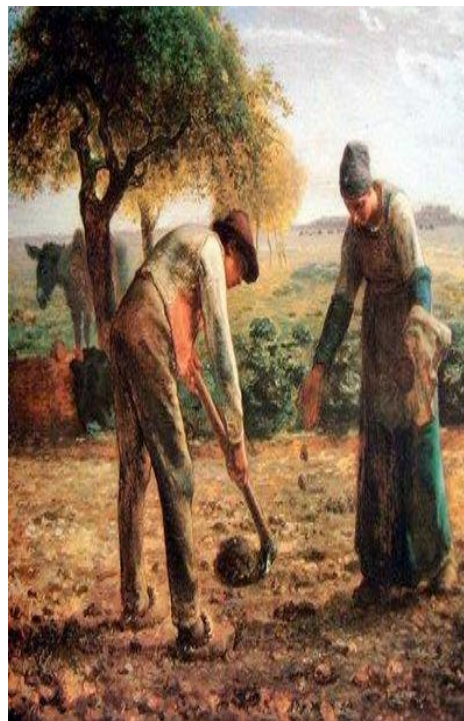
A Palestina estava sob o domínio do Império Romano. Jesus e a sua família viviam sujeitos às leis do Império. A Galileia estava sujeita ao seu sistema de contribuições e impostos. Os habitantes da Galileia eram sobretudo judeus.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL, ECONÓMICA POLÍTICA



Jesus de Nazaré nasceu em Belém de Judá na Palestina. Ao norte da Palestina, os solos da província da Galileia eram muito férteis e as suas colheitas alimentavam muitas

Destacavam-se o trigo, a cevada, os legumes, o linho, as nozes, os figos, a uva e outros frutos. A norte, terras mais altas, a produção de madeira marcava a riqueza desta região.



O mar de Tiberíades ou mar da Galileia alimenta uma importante economia de pesca de água doce



Nazaré, na Galileia, foi a terra onde Jesus viveu com a sua família durante a infância e juventude, até ao início da sua vida pública.



Marque com “V” ou “F” consoante seja VERDADEIRO ou FALSO

1. A Galileia, a Samaria e a Judeia não são províncias da Palestina. _____
2. A vida em comum é um princípio de todas as famílias. _____
3. Jesus nunca obedecia aos seus pais. _____
4. Na nossa família, tal como na de Jesus, deve haver alegria e amor. _____
5. A família de Nazaré é uma família monoparental. _____
6. A família de Nazaré é uma família do tipo alargada e extensa. _____
7. José era um homem bom e responsável. _____
8. Maria trabalhava numa fábrica de têxteis e não se importava com a vida da casa. _____
9. A Palestina era dominada pelo Império Húngaro. _____
10. As famílias daquele tempo não pagavam impostos. _____
11. A agricultura e a pesca eram o sustento das famílias. _____
12. Jesus cresceu numa família simples e num ambiente de amor. _____

A FAMÍLIA TRANSMISSORA DE VIDA

No contexto familiar, a criança recebe os primeiros afectos e aprende a relacionar-se com os outros.

Desde o nascimento que nós estamos despertos para o **AMOR**.



A família tempera a **AUTORIDADE** com o **AFETO**, promovendo a **CONFIANÇA**, o **RESPEITO**, a **RESPONSABILIDADE** e a **LIBERDADE**

A experiência de se sentir **RESPEITADA** é muitíssimo importante. A família é o espaço onde se transmitem **VALORES**

Na vivência do amor criam-se os laços de comunhão e procura-se desinteressadamente o bem dos outros.

Para os casais cristãos este amor realiza-se no sacramento do matrimónio

É na família que se vive a experiência de:
**ACOLHIMENTO, ACEITAR A
DIFERENÇA, TOLERÂNCIA E
RECONCILIAÇÃO**



**A FAMÍLIA É A
NOSSA PRIMEIRA
ESCOLA
ONDE APRENDEMOS O
ESSENCIAL PARA A VIDA**

O LUGAR DOS MAIS VELHOS



A velhice é o auge da vida, que passou por diversas fases:

A infância, a adolescência, a juventude, a idade adulta e a terceira idade



Os idosos são os grandes portadores de sabedoria, cultura e valores.

A transmissão deste património, que se comunica de geração em geração, verifica-se sobretudo através dos idosos.



“UM A VELHINHA FOI VIVER COM O SEU FILHO, NOFA E NETA. DIA A DIA A IDOSA IA PERDENDO A VISTA E O OUIDO. ÀS VEZES AS MÃOS TREMIAM-IHE TANTO QUE IHE CAÍAM AS ERVIHAS AO CHÃO E A SOPA ESCORRIA-IHE DO PRATO. ISTO CAUSAVA INCÓMODO À NOFA E AO FILHO. UM DIA DISSERAM: BASTA. E COLOCARAM UMA MESA NUM CANTO PARA QUE A VELHINHA COMESSE ALI, SOZINHA. E ASSIM FOI ACONTECENDO DURANTE ALGUNS DIAS. A VELHINHA DE LÁGRIMA NO OLHO E TRISTE LÁ COMIA NA ESQUINA DA SALA. UMA TARDE, ANTES DO JANTAR, A MENINA ESTAVA SENTADA NO CHÃO A BRINCAR COM UM BLOCO DE CONSTRUÇÃO. QUE ESTÁS A FAZER? — PERGUNTA O PAI. ESTOU A CONSTRUIR UMA MESA PARA TI E PARA MAMÃ, DISSE A MENINA. ASSIM QUANDO FORES VELHINHOS, COMO O AVÓ, PODEREIS COMER SOZINHOS NA ESQUINA DA SALA. FEZ-SE SILENCIO. NAQUELA NOITE O PAI E A MÃE COLOCARAM DE NOVO A VELHINHA NO SEU SÍTIO, À MESA COM TODOS, NA SALA DE JANTAR’.

